



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA



MIDIAN TAVARES CORREIA

As condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas
públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo
(1937-1945)

RECIFE
2020

MIDIAN TAVARES CORREIA

As condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo (1937-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselda Brito Silva.

RECIFE
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C824cc Correia, Midian Tavares
As condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo (1937-1945) / Midian Tavares Correia. - 2020.
122 f. : il.
- Orientadora: Giselda Brito Silva.
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
1. Estado Novo. 2. Políticas Públicas. 3. Pobreza. 4. Habitação. I. Silva, Giselda Brito, orient. II. Título

CDD 981

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado elaborada por
Midian Tavares Correia

As condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas
públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo
(1937-1945)

Aprovada em 27/02/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Giselda Brito Silva
Orientadora - Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof.^o Dr^o Wellington Barbosa dos Santos
Examinador interno - Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof^a. Dr^a Maria do Socorro de Abreu e Lima
Examinadora externa - Programa Pós-Graduação em História – UFPE

AGRADECIMENTOS

Começo agradecer aos meus pais, minha mãe Carmem Lúcia Ribeiro, meu pai Salatiel Tavares Correia (*in memoriam*) por tudo que representam em minha vida. Pela criação e cuidados com seus filhos. A minha mãe em especial pelas palavras de apoio, por acreditar sempre em mim e incentivar-me sempre com suas frases: “Deus proverá”, “vai dar tudo certo”. Meu pai não sabia muito bem o valor do conhecimento por ser um homem analfabeto não teve a oportunidade de conhecer e valorizar os saberes.

À minha nobre orientadora, Prof^ª. Dr^ª Giselda Brito Silva, pela confiança, respeito e estímulo constante. Não apenas no processo de produção da presente dissertação, mas em grande parte da minha trajetória acadêmica. Desde a graduação, sempre acreditando e incentivando, com seriedade e esmero, minhas capacidades e ideias. Por ter sido mais do que um orientadora, um amiga nos anos difíceis que se seguiram no mestrado.

Um momento que me deu a dimensão da importância de uma orientação, foi na ocasião de desesperança, quando lhe perguntava sobre o meu trabalho que mostrei-lhe o esboço de um dos capítulos e ela me respondeu depois de lê-lo: “Refaça tudo. Seu trabalho precisa melhorar”. Fiquei sem saber o que fazer, mas lembrei de um pensamento de Marcel Proust fala “o aprendizado é uma violência, aprendemos pela dor”, já que estudar não é encontrar o mundo que eu concordo, as ideias que apoiam meu universo, autores confirmam o que eu já sei. Estudar é expandir, entrar em contradição, pensar, buscar os limites de cada pensamento. Estudar não é abrir um espelho para seu rosto ser contemplado no seu esplendor, mas uma janela para sua mente olhar mais longe e além do seu mundo. Assim, muito obrigada por tudo. Gratidão, Giselda!

Agradeço aos membros da banca examinadora: Prof. Dr. Wellington Barbosa dos Santos, Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro de Abreu e Lima, Prof^ª. Dr^ª Giselda Brito Silva pelas intervenções e contundência teórica na avaliação na qualificação, contribuindo para o enriquecimento do texto e do autor. À todos professores que passaram pela graduação em história na UFRPE.

Aos colegas do curso de mestrado e de graduação, pela fraterna convivência, momentos de descontração e conhecimentos compartilhados. Vocês conseguiram deixar a dureza “mestranda” mais leve. Também não posso deixar de mencionar a minha família de mulheres e homens tão fortes e trabalhadores. Estendo o agradecimento à pessoas amigas que souberam ter paciência e que nunca deixaram de estender a mão para que eu voltasse a acreditar que conseguiria. Gratidão aos meus amigos e colegas, entendo que muitos não compreenderam o

período de silêncio e reserva que precisei, mas foi necessário.

Tenho a agradecer ao Programa de Pós-Graduação em história (PRPPG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, por proporcionarem meios técnicos e tecnológicos para executarmos parte das nossas cotidianas tarefas de estudo e pesquisa. Deixo aqui os agradecimentos especiais ao funcionário da coordenação do mestrado, Rafael Cipriano. Sempre se mostrando competente e afetivo no trato comigo e com os outros alunos.

Agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado, cujos recursos foram fundamentais para o andamento dessa pesquisa e que possibilitam a realização de tantos outros trabalhos.

Assim, existem agradecimentos que não agradecem. Agradecimentos que precisam ser feitos, pois se mostram insuficiente diante da completude do apoio recebido e disseminado, incomensurável as leis do universo, a força criadora que rege todo o planeta que intitularam chamar “Deus”. Qualquer gesto torna-se inadequadamente pequeno, gratidão!

“Foram com estas sombrias imagens dos mangues e da lama que comecei a criar o mundo da minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim, a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angustia de encontrar o que comer” (CASTRO, 2010).

RESUMO

O presente trabalho aborda as relações entre a pobreza e as políticas públicas analisando as ações do interventor Agamenon Magalhães, durante o Estado Novo em Pernambuco. Através da história do cotidiano das comunidades pobres, enfocando suas condições de vida e de moradia em relação às políticas públicas do regime e a política social para essa população. No desenvolvimento do trabalho, buscou-se analisar três questões centrais: a princípio saber como se deu a formação da pobreza no Recife, visto que muitos desses sujeitos eram remanescentes dos ex escravos, que durante a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre não conseguiram ser inseridos no mercado de trabalho. Posteriormente foi trabalhada a formação das moradias irregulares que foram fruto das migrações e da busca por melhores condições de vida no centro da cidade, as famílias que foram repelidas pela seca, são as que ocupam ao alagados, os mangues do Recife. Pernambuco enfrentava desafios tanto da esfera nacional como regional, pois devido a imigração de muitos sujeitos do campo para a cidade, o Recife sofre com o inchaço populacional, ao analisar as condições de vida das camadas populares, foi observado o discurso médico e sanitário difundido por Agamenon Magalhães para eliminar os mocambos. No terceiro momento serão analisadas as ações de Agamenon junto a habitação popular e sua iniciativa em extirpar os mocambos como opção de moradia no Recife, em busca de combater o mocambo o mesmo usou como estratégia o sonho da casa própria, com proposta de assegurar a uma nova habitação.

Palavras-chave: Estado Novo, Políticas Públicas, Pobreza, Habitação.

ABSTRACT

This paper addresses the relations between poverty and public policies by analyzing the actions of the intervenor Agamenon Magalhães, during the New State in Pernambuco. Through the history of the daily life of poor communities, focusing on their living and living conditions in relation to the public policies of the regime and social policy for this population. The development of work, sought to analyze three central questions: at first, how poverty was formed in Recife, since many of these subjects were remnants of the former slaves, who during the transition from slave labor to free labor, have not been able to be inserted into the labour market. Subsequently, the formation of irregular dwellings that were the result of migrations and the search for better living conditions in the city center was worked, the families that have been repelled by drought, are the ones that occupy the flooded, the mangroves of Recife. Pernambuco faced challenges from both the national and regional spheres, because due to the immigration of many subjects from the countryside to the city, Recife suffers from population swelling, when analyzing the living conditions of the popular layers, the medical and sanitarian discourse disseminated by Agamenon Magalhães was observed to eliminate the mocambos. In the third moment will be analyzed the actions of Agamenon with popular housing and his initiative to excise the mocambos as a housing option in Recife, in search of fighting the mocambo, he used as a strategy the dream of his own home, with a proposal to ensure his own home.

Keywords: New State, Public Policies, Poverty, Housing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O garoto do mocambo e o turista.....	40
Figura 2 – Josué de Castro e um catador de caranguejo.....	43
Figura 3 – A vida obscura dos pescadores de mariscos. Dona Francisca e sua família.....	51
Figura 4 – Pescadores de mariscos e caçadores de pérolas.....	54
Figura 5 – Mocambos de palhas e de barro, tipo do mocambo palha terra.....	58
Figura 6 – Rio Capibaribe década de 1940. Fotografia Alexandre Berzin.....	60
Figura 7 – Visita de Estácio Coimbra ao mocambo.....	72
Figura 8 – “Fundação da Liga Social contra o Mocambo”.....	73
Figura 9 – Mulheres e crianças ao lado de um mocambo. Ao fundo um Dirigível Zeppelin. A modernidade contrasta com o atraso e pobreza. Fotografia feita por um dos tripulantes do Lz127 Graf Zeppelin, localidade do Jiquiá, Recife 1939.....	80
Figura 10 – Fotografias do Recife feitas pelos tripulantes do Zeppelin.....	82
Figura 11 – Cruzada Contra o Mocambo e seu desenvolvimento, arrancando uma população livre da escravidão dos mangues.....	86
Figura 12 – Aspectos Típicos dos mocambos na Cabanga. Boletim Técnico de Aviação e Obras Públicas do Recife. Recife de Janeiro a Março de 1941.....	95
Figura 13 – Mapa demonstrativo da realizações da Liga Social Contra o Mocambo. Relatório da Liga Social Contra o Mocambo. Recife, Julho de1939 à Julho 1942.....	97
Figura 14 – Plano de Construção de Habitações Econômicas.....	99
Figura 15 – Vila dos Remédios.....	102
Figura 16 – Morro de Casa Amarela, entre os anos de 1940 e 1955.....	104
Figura 17 – Homens, crianças e mulheres do Mandacarú: aspecto da população pobre do Recife entre os anos de 1946.....	108
Figura 18 – Característica marcante da população pobre do Recife entre os anos de 1946.....	109
Figura 19 – População removida dos mangues do Recife, “os homens urubus” entre os anos de 1946.....	112
Quadro 1 – Crescimento das habitações de tipo mocambos em Olinda.....	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	POR UMA HISTÓRIA DA POBREZA DO RECIFE E DAS HABITAÇÕES POPULARES.....	20
2.1	Do escravo ao trabalhador livre: a formação da população pobre e suas condições de moradia no Recife.....	27
2.2	O processo de ocupação e aglomeração urbana: habitação popular como um problema no Recife.....	33
2.3	Entre a lama, a pobreza e os mangues: a habitação dos alagados nos planos da cidade.....	38
3	A SOCIEDADE DOS ALAGADOS E MANGUES.....	47
3.1	Os alagados do Recife: os homens dos mangues.....	48
3.2	Proliferação dos mocambos: enchentes nos alagadiços, o medo dos habitantes dos mangues.....	54
3.3	Migração do homem do campo expulso pelas secas em busca de melhores condições de vida no Recife.....	62
4	OS MOCAMBOS, O PROBLEMA DE MORADIA E A CONSTRUÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS NO ESTADO NOVO.....	70
4.1	A proliferação dos mocambos: expansão da pobreza no Recife.....	74
4.2	Fundação da Liga Social Contra o Mocambo: a tentativa de convencimento para demolição dos casebres de palha.....	80
4.2.1	O projeto de modernização da cidade: os aterros dos alagados e a construção das Vilas operárias.....	86
4.3	A demolição dos mocambos: para onde vão os pobres? mais mocambos ou menos mocambos?.....	102
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

Com as pesquisas, a leitura, ida aos arquivos e a busca da análise das fontes, possibilitou enxergar a complexidade da pobreza no Recife e das condições de moradia de seus habitantes no período estudado. Dessa forma, o presente estudo teve inclinação para a história social, já que anteriormente buscou-se conhecer os grupos subalternos e como eles moravam e viviam, compreender esses sujeitos, com o objetivo de contribuir com suas histórias, para um mundo mais justo e melhor dando visibilidade aos “vencidos”. Com isso, foi possível buscar na historiografia, leituras e reflexões para o campo de análise sobre as formas de morar e a pobreza, mesmo sabendo das lacunas existentes. Assim, o trabalho teve como pretensão não só perceber esses sujeitos e suas formas de vida, mas o esforço de fazer um trabalho e cumprir com um papel social: enxergar os menos favorecidos.

A vida social dos sujeitos estudados, se deram pelas práticas sociais dos grupos analisados. A abordagem partiu dos modos de vida da população pobre e suas formas de moradia. Entende-se que a relação entre a vida burguesa e a vida das camadas populares se dão de forma ideológica, visto que esses “mundos” distintos, são formados de uma forma para reproduzir preconceito, hierarquia e outras dinâmicas de exclusão. Desse modo, o exercício de produção desse trabalho se deu através de aspectos de certas camadas da sociedade, na busca da compreensão aos modos de vida dos de baixo. A história social fornece ferramentas e é através das práticas sociais desses sujeitos que busca-se compreender aspectos das suas formas de viver na cidade. Sabe-se que a problemática de habitação da população de baixa renda faz parte da história do Recife. A construção das moradias desses sujeitos é fruto da herança conflituosa que trouxe tensões vivenciadas por diferentes segmentos da sociedade, no decorrer do século XX, e tais conflitos é visível nas péssimas condições de moradia da população pobre da cidade, visto que a concentração de renda, das terras, contribuiu para empobrecimento desse grupo social.

A introdução de um trabalho tem como função inserir o leitor no universo discutido na organização do mesmo e tem como tarefa apresentar as ideias gerais que foram construídas. Assim, a apresentação será feita com o objetivo de mostrar quais os caminhos trilhados para a construção do mesmo.

Ao ingressar no mestrado, o projeto defendido e aprovado tinha como objetivo um estudo sobre o cotidiano da população pobre durante o Estado Novo, a partir dos programas sociais destinados para essa parcela da população.

Sabe-se que toda pesquisa é oriunda de algum tipo de motivação pessoal, já que há

uma razão que inspira o pesquisador. No início da graduação, surgiu o interesse por leituras acerca da história da pobreza, sem o caráter de uma ótica comprometida e organizada para o desenvolvimento dessa pesquisa especificamente.

Por essa razão, as leituras sobre a população pobre e sua realidade era mais um interesse pessoal sobre determinado assunto. Porém, foi na graduação que o presente trabalho foi pensado durante experiência desenvolvida como bolsista de Iniciação Científica. No decorrer da graduação em história na Universidade Federal Rural de Pernambuco, quando a autora da presente dissertação participou de um projeto intitulado: O alcoolismo na história de Pernambuco: da propaganda a repressão policial e o tratamento psiquiátrico (1920-1970), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Giselda Brito Silva.

A pesquisa buscava oferecer subsídios a história do alcoolismo em Pernambuco, aprofundando a compressão das relações entre a pobreza e o alcoolismo. De tal projeto derivou o subprojeto de Iniciação Científica (PIC) intitulado: A pobreza as margens do Rio Capibaribe entre os anos de 1937-1945. A pesquisa buscava compreender as relações entre a política social do Estado Novo, o cotidiano da população pobre e sua aplicabilidade aos que viviam da pesca do rio Capibaribe, da catação de mariscos e caranguejos.

O trabalho mostrou que na busca de remodelar a cidade o Interventor Federal Agamenon Magalhães propagava investimentos em projetos de melhoria para os pobres, desde o trabalho a moradia, mas esse projeto não atinge a todos, pois o pobre continuava a sendo visto como caso de polícia para o interventor. Dessa maneira, percebendo que as condições de vida das comunidades ribeirinhas eram péssimas veio logo o interesse de falar dessa população que viviam não só às margens do Rio, mas também da sociedade.

Após percorrer um caminho marcado pela desigualdade social a medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, percebeu-se que existia uma grande relação das precárias condições de moradia da população pobre com os mangues da cidade. Haja vista, a concentração da propriedade do solo e a necessidade por alimentação. O mangue se apresentava como uma oportunidade e visto muitas vezes como um “único” caminho para os que buscavam construir uma moradia a baixo custo. Pois, além da oportunidade de levantar uma habitação também era um local de grande quantidade de mariscos e caranguejos. Era uma luta cotidiana por uma moradia, um verdadeiro desafio para os pobres da cidade. Se por um lado a busca por um lugar para se viver era uma necessidade para muitos. Por outro, o interventor federal propagava discursos de melhoria para população principalmente no campo da habitação.

Agamenon Magalhães na realidade buscava a implantação e consolidação do Estado

Novo em Pernambuco, através do qual o governo central avançava no seu processo de centralização política. Para isso as interventorias eram necessárias já que eram mecanismo eficazes para centralização do projeto de Getúlio Vargas para a consolidação e dominação estadonovista.

Essa pesquisa ocupa-se com a problemática habitacional e a pobreza, já que o governo central tinha como tema de seus discursos planos para a população no campo da moradia e trabalho. Mas o acesso à moradia pelas camadas populares era precário e fruto de embates cotidianos por uma habitação. O interventor propôs novas alternativas para população afirmando em seus discursos que a problemática da moradia seria resolvida e por essa razão, os pobres não iriam mais precisar adentrar os mangues para tentar erguer seus casebres.

A presente pesquisa busca entender como se consolidou a ação social de Agamenon na remoção dos mocambos em Recife? Como se deu essas novas alternativas de moradia para as camadas populares? E como o interventor colocou em prática as propostas políticas e sociais do Estado Novo? Com um caráter modernizador o interventor Agamenon Magalhães convocou sua equipe para trabalhar na remoção dos mocambos e como proposta as moradias precárias seriam substituídas pelas Vilas Operárias vista como moderna e também seriam por essas moradias próximas as fábricas que se regularia a vida dos habitantes da cidade.

Para a construção dessa história os periódicos e os boletins técnicos possibilitaram a visão da imprensa sobre o projeto de Agamenon e como a sociedade recebia essas informações.

As matérias publicadas pelos principais jornais de então, em Pernambuco, funcionavam como uma caixa de ressonância política e cultural, instrumento de combate de grupos políticos, lançado mão pelas elites locais para doutrinar, retratar e controlar a população. Os Jornais analisados foram Folha da Manhã (1937-1945), Diário de Pernambuco (1937-1945), Jornal Pequeno (1939-1945). Em relação a iconografia buscou-se, apoio nos jornais citados especificamente o Folha da Manhã e nas fontes do Arquivo Público do Recife, na Hemeroteca Digital, no Centro de Estudos Josué de Castro e na Fundação Joaquim Nabuco.

A pesquisa apresenta-se escrita em cinco capítulos e o primeiro se tratando da introdução. No segundo capítulo intitulado: Por uma História da pobreza e das habitações populares, é apresentado e discutido a formação da população pobre no Recife e as precárias condições de moradia que esses sujeitos viviam, a vida dos grupos que residiam nos mocambos do Recife. Como fora se formando a ocupação dessa massa de desempregados na cidade, de sujeitos que não foram inseridos no mercado de trabalho e muitas vezes já viviam

em situações desanimadoras na condição de cativo e que continuou a sofrer com problemas de alimentação e moradia mesmo depois da abolição do trabalho escravo em 1888. Visto que, com a Proclamação da República em 1889 a condição de vida de muitos homens livres não mudaram muito, já que os pobres do Recife e do Brasil, viveram vários impasses em uma República nascente, segundo José Murilo de Carvalho (1996, p. 199) “Os Bestializados de ontem e de hoje são a face oculta de nosso modernismo; a cidade permaneceu alheia e atônita, buscando perdidamente seu cidadãos”.

Nesse sentido, como representações sociais construídas a partir da cidade, a cidadania e exclusão passam a ser uma em relação á outras, mas a história urbana das cidades revela uma preocupação bem maior com a urbe do que com seus habitantes. Quem são os cidadãos para o Estado Novo? Pois quem não trabalhavam formalmente e não possuíam carteira de trabalho ou título de eleitor eram considerados cidadãos? Desse modo a pesquisa mostra formas de ocupação irregulares e condições de pobreza de seus habitantes, reveladas principalmente nas formas de morar. Analisou-se o conceito de pobreza utilizado na pesquisa e a exclusão social, como se deu a reconstrução da historicidade dos pobres em Recife e das habitações populares entre os anos de 1937-1945, mostrando que os problemas da desigualdade sempre existiram no processo de desenvolvimento urbano-industrial nas construções das sociedades.

Com isso, buscou-se saber como se deu as remodelações da cidade pelo interventor que marcou a história da cidade do Recife nas décadas de 30 e 40, pois suas ações de cunho disciplinador impactaram a vida da população pobre na época em que atuava a República nova e as ações do Estado Novo em 1937-1945.

Os embates verificados entre as ações governamentais e a população se deram por divergências de pensamentos, uns eram a favor do interventor e outros contra as propostas de remodelação e urbanização da cidade. Alguns confrontos foram evidenciados entre o Estado e a busca intermitente por um lugar para morar. A população de baixa renda buscava sobreviver em meio à lama dos mangues do Recife e o Estado buscava destruir os casebres de barro e madeira erguidos nos alagados da cidade. Nesse contexto percebe-se a construção da diferença através do processo de exclusão social vivenciados por muitos recifenses. O mundo dos excluídos se dava através daqueles que partilhavam experiências conflitantes entre a sociedade e as instituições públicas na busca por moradia.

Nesse sentido, o objetivo do capítulo é entender o processo de construção da pobreza, no período histórico de passagem para a república. Buscou-se compreender como a abolição

da escravidão e a Proclamação da República influenciaram na dinâmica da economia de tal forma que “colocou” os pobres em outros locais para sobreviverem em condições tão precárias quando na condição de cativo. Novas formas de se viver na República brasileira leva a perceber as construções da diferença, segundo a historiadora Sandra Pesavento (2001, p. 7) “a força das representações na construção do mundo, produzindo uma cadeia simbólica de sentidos que se organiza conforme a lógica da diferença e que são dados a perceber como naturais”.

Uma das preocupações enfrentadas foi tentar compreender como se deu a ação da população e do Estado no processo de construções de moradias na cidade. Além da água, uma das características marcantes da paisagem do Recife é a presença dos pobres. Na cidade idealizada pelo interventor como moderna a ocupação irregular principalmente em áreas de maior complexidade como a dos alagados incomodava o turismo e os planos do governo. O historiador Thiago Pereira Francisco (2013, p. 18) lembra que:

Nesse momento, mostra-se como a moradia passou a atrair atenções das autoridades políticas, numa época que várias circunstâncias contribuíram para esse fato: primeiro, é um período sob o impacto da desagregação do sistema escravista, se antes a casa popular não incomodava tanto era porque apesar de seus residentes estarem tão próximos espacialmente, estão diametralmente distantes no seio social. Uma parcela significativa da população que não detinha maiores bens passou a querer ocupar o território, a tomar pra si uma parte da terra, portanto, o morador pobre livre deixou de ser invisível, despercebido ou ignorado, passando a se tornar senão uma ameaça à ordem estabelecida, ao menos um incômodo.

Assim, percebe-se nesse capítulo o crescimento demográfico que o Recife alcançou na primeira metade do século XX, e a expansão populacional se chocou com uma cidade que não tinha tantos recursos materiais: saneamento e abastecimento, serviços urbanos necessários. O Recife não tinha condições de absorver o pobres, visto que não daria conta da oferta de mão-de-obra, que fora gerada pelo fim da escravidão.

Toda situação de desigualdade contribuiu para a construção de casas tão simples de barro, madeira e palhas. Habitações pobres e precárias chamadas de mocambos¹, pois fazia alusão as antigas casas dos escravos no período colonial. Houve elevação dos empregos informais e os casebres de palha por tanto tempo convivera no cenário da cidade, passara a interferir nos planos de remodelação e modernidade projetado pelo interventor. De um lado, o Recife prosperava com o porto da cidade, se organizava etornava um polo de atração

¹ Na grafia da época era mais comum se escrever com U. Neste trabalho opta-se por seguir a grafia com O, mocambo em vez de mucambo.

comercial, com investimento de diversos usineiros. Por outro, a população crescia, as habitações irregulares também, e aos poucos os mocambos iriam fazendo parte do cenário urbano da cidade.

No terceiro capítulo intitulado: A sociedade dos alagados e mangues, é apresentada e analisada a população de menores rendimentos que construíam sua habitação nos alagados, sua forma de viver e morar, visto que o processo de ocupação e aglomeração urbana no Recife é fundamentada por fatores determinantes que possibilitaram uma disputa por territórios, disputa que permearam a escalada demográfica, traduzindo as péssimas condições dos pobres em busca de um pedaço de terra. Os debates que permeavam sobre a habitação popular desqualificava não só a moradia, bem como os sujeitos que nelas residiam. Os homens caranguejos que viviam em Afogados, Ilha do Leite, Santo Amaro, zonas de mangues dos mocambos, locais dos operários, dos desempregados, dos catadores de mariscos e caranguejos.

Nesse sentido, percebe-se que os pobres se instalaram em espacialidades inferiores. A ocupação do espaço se deu de forma precária para aqueles que buscavam um lugar na cidade. Os desafios encontrados eram muitos, visto que o saneamento era precário e redes de esgotos quase não existiam. Se por um lado, o Recife apresentava um desenvolvimento econômico com vias de modernização e urbanismo, por outro revelava uma face obscura na qual viviam a população nos alagados da cidade. A história urbana do Recife nas primeiras quatro décadas do século XX não se restringe ao pretensão processo modernizador da construção de uma cidade unicamente a partir do centro, mas do crescimento desordenado dos subúrbios e conseqüentemente das habitações irregulares. O processo de ocupação da aglomeração urbana de Recife se traduz a existência de fatores determinantes que interferiam em sua formação e constituição enquanto cidade. Ao examinar algumas plantas da cidade a socióloga Rosa Maria Cortês de Lima (2012, p. 43) afirma que:

a cidade do Recife de 1932 a 1943 constata-se o espraiamento da ocupação sobre as áreas de mangues conquistadas através dos aterros, ao mesmo tempo em que, os morros a noroeste e a norte já absorvem a dilatação da malha urbana e mostram a instalação de moradias dos segmentos populares, naquela parte da cidade. Fato que se encontra mais fortemente representado quando se analisa a planta de 1943 e a de 1951, comprovando a dilatação da malha urbana.

Com isso, a expansão urbana demonstra, já nos anos quarenta do século XX, um rompimento parcial com a forma tentacular anterior, motivado pelo alargamento da cidade em direção aos morros da Zona Norte e a ampliação da ocupação da planície, locais que vai se

formando os as habitações irregulares no Recife. Nesse contexto foram analisadas as famílias que habitavam os alagados do Recife e ergueram seus mocambos continuamente em áreas verdejantes dos manguezais. Esses sujeitos incorporaram-se á expansão da cidade a partir dos anos quarenta. Comunidades como Caranguejo Tabaiars foram se formando. Eram homens e mulheres que Josué de Castro (2010) chamou de “irmãs” e “irmãos” de leite dos caranguejos. Grupos humanos, que a margem do desenvolvimento urbano, erguiam suas moradias e buscavam suas alimentações.

Como foi analisado, a população dos mocambos possuía sua própria organização social e desenvolviam atividades econômicas na própria localidade, como pesca a criação de caranguejos e coleta de mariscos. As condições de moradias interligavam à pobreza e a espaços alagados, nesses caminhos a população pobre vai avançando com seus mocambos ocupando as áreas ainda sem valor adentrando a natureza. O lugar dos pobres na cidade do Recife, como analisado eram os alagados, próximos a rios como Capibaribe, Beberibe nos mangues. Procurou-se nesse capítulo tratar como foram construídas as habitações irregulares que ficavam em territórios úmidos. Áreas que até então o setor imobiliário não tinha tanto interesse no momento. Além disso, observa-se como muitos tinham uma alimentação deficitária e a falta de condições financeiras impulsionou a busca por caranguejos, que era muitas vezes a única alimentação diária dessa população. O povo vivia de pegar caranguejo o crustáceo que crescia comendo lama e dejetos alimentava as comunidades dos mocambos. Mostrou-se uma história voltada para o universo daqueles que vivenciaram as mais diferentes formas de exclusão social, através dos periódicos analisados.

Já no quarto capítulo intitulado: Os mocambos, o problema de moradia e a construção das vilas operárias. Versa sobre o traçado da cidade, e a proposta de modernizar a fisionomia urbana, Agamenon Magalhães declarava a incumbência de extirpar os mocambos do Recife, mas o mesmo não foi o único responsável pela sua efetivação. Além disso, não conseguiu impedir que esse tipo de moradia popular se multiplicasse nos arredores da cidade, chegando a compor os cenários dos córregos e morros da cidade. É importante saber como se deu essas realizações no Recife.

Foi mostrado como se deram as relações entre as políticas públicas para a extirpação dos mocambos e como a população reagiu a tais políticas. A pesquisa levantou algumas interrogações, pois como o interventor, nos anos 1937-1945, trata a questão da moradia, absorvendo ou rejeitando, as formas de acesso à habitação construídas pelas camadas populares? Buscou-se compreender também como se deu a relação entre as propostas do setor imobiliário e as equipes técnicas de Agamenon magalhães, sendo incorporados interesses

paralelos aos do interventor federal.

Mostrou-se como os mocambos foram estigmatizados como o produtor da pobreza do homem recifense e considerado um antro de doenças, os mocambos era visto como antecedentes das moradias dos ex escravos. Como a habitação popular se tornaria a referência da pobreza e ao higienismo. Os casebres de palha se tornam alvos de ataques das políticas publicas através da interventoria e da medicina social.

Observa-se como se deu a criação da Liga Social, órgão responsável para reafirmar políticas públicas no campo da habitação, mas no intuito de combater as moradias dos pobres, esse período fora caracterizado por grandes transformações no espaço urbano e uma propaganda intensa contra os moradores de mocambo, criticava-se as condições de moradia da população, porém não com o objetivo de ajudar tais moradores. O que a Liga Social fazia era uma associação profunda entre a moradia e o sujeito, sendo os mocambos estigmatizados como causadores de todos os males portadores de epidemias, locais perigosos e imorais de se viver. É bom lembrar nesse período ainda de forte influência das ideias higienistas e eugênicas.

Com o desenvolvimento demográfico o Recife apresentava um significativo crescimento da pobreza. Já que a expansão urbana trazia preocupações para as autoridade públicas, visto a insalubridade e a gamenon buscava um idela de embelezamento da cidade. Além fatores estéticos o higienismo acabava ampliando o saber e o poder médico. Nesse sentido, o crescimento desordenado e o desemprego tornavam-se ameaças principlamente para as elites locais.

Em tal espaço de tempo, foram introduzidas medidas como objetivo de melhorar as condições de higiene da cidade e dinamizar os precários serviços públicos prestados à população. Não só a habitação foi estigmatizada como a propagadora de doenças o próprio porto do Recife fora visto como um problema em momentos anteriores segundo o historiador Carlos Miranda (2012, p. 146):

A habitação nem sempre foi vista como a maior das ameaças nas epidemias da cidade, esse posto foi longamente ocupado pelo porto, devido às doenças trazidas por marinheiros e viajantes, já sendo permitidas fumigações desinfectantes contra o cólera-morbus em meados do século XIX.

Sendo o porto um dos maiores focos de epidemias, mesmo assim, os preceitos higienistas do Recife no período, condenavam os mocambos e essa situação volta a ser lembrada no Estado Novo, visto que o interventor federal Agamenon Magalhães, junto a elite

econômica e a política de Pernambuco, buscam fazer uma “cirurgia” urbana para a extinção dos mocambos. Nesse momento, o discurso sanitaria e eugenista no urbanismo apresenta uma forma de ver a cidade e a moradia interligando a residência à formação do caráter, preocupando-se como a moral, família e costumes, José Lira (1996, p. 12) em seus estudos sobre habitação popular do tipo mocambo orienta a perceber que:

[...] Não é de se estranhar também que o discurso da doença e do saneamento do país tenha de fato da nação contribuído com mais força para referendar e escoltar a disciplina urbanística em sua função modernizadora. [...] É possível até que a ascensão, entre 1910 e 1920, de um argumento nacionalista a reivindicara precedência de causas higiênicas e sociais de ‘nossa decadência’ tenha ampliado as possibilidades de abordagens dos males do Brasil e de regeneração do homem nacional para além de visões étnicas e raciais até então indiscutíveis.

Assim, é mostrado um caráter manipulador do interventor e do Estado Novo, que buscava a todo custo fazer associação das doenças com a moradia popular, usando argumentos de procedência higiênicas, colaborando com a destruição das moradias populares, repelindo os pobres dos centros urbanos. As diferenças sociais eram visíveis, o homem do mocambo era visto pela diferença dada pela própria habitação, pois a casa tinha uma importância por conta da herança patriarcal. Os mocambos como mostraremos se espalhavam cada vez mais pela áreas desprezadas da cidade. As novas configurações urbanas vão sendo elaboradas e nessa nova configuração as divergências sociais se acentuam.

Os mocambos passam a ser alvo de perseguição pelo Estado que via nessas habitações o motivo de atraso para a cidade. Assim, a interventoria federal foi a “primeira” a se levantar contra os casebres de palha. Foi analisado como viviam as populações nos mocambos, as proibições feitas por Agamenon para a construção desse tipo de moradia. Tentou-se mostrar como o interventor buscou convencer a população abandonar a sua habitação para a demolição. Além disso Agamenon discutava contra o ciclo do caranguejo afirmando ser brincadeira de crianças, pois o mesmo sabia da relação do mocambo com a catação do crustáceo e mariscos já que os casebres eram erguidos em áreas de mangues.

Com isso, buscou-se compreender os conflitos entre o Estado e os mocambeiros que se recusavam a sair de suas moradias. Apesar que muitos foram convencidos a sair, pois o interventor propagava o sonho da casa própria.

Muitos dos sujeitos que suas habitações foram destruídas, tiveram que migrar para áreas nas zonas nortes e noroeste do Recife. Essas são regiões que apresentam atenção na redefinição espacial da cidade, são espaços que foram habitados com maior predominância de pobres e negros, é mostrado também aspectos da ocupação irregular e o crescimento

desordenado dos mocambos, tanto no Recife como a cidade vizinha, Olinda.

Assim, fica claro como a prática de aterramento em solo recifense gerou consequências nas formas de morar, já que muitos populares ao terem suas casas demolidas, passaram a ocupar morros, córregos, e continuaram a erguer suas moradias em áreas alagadiças. A expansão urbana e o acesso à habitação pelos pobres notadamente foi péssima e progressivamente desigual. Além disso, acabou deixando como consequência uma situação sócio espacial segmentada. Pois o processo de crescimento e de urbanização no Recife contribuiu para uma profunda desigualdade.

2 POR UMA HISTÓRIA DA POBREZA DO RECIFE E DAS HABITAÇÕES POPULARES

Ao longo dos séculos XIX e XX, as cidades brasileiras conviveram com as críticas aos modelos de urbanidade e se depararam com inúmeras tentativas de equilíbrio, organização de seus espaços (fossem eles públicos ou privados), de construção de espaços habitáveis, saneamento, entre outras intervenções necessárias que se tornasse cidades modernas, aprazíveis aos seus moradores, especialmente suas elites, bem como para seus visitantes e investidores.

Os fatores determinantes e condicionantes que marcaram a formação social do Recife e tornaram-se expressivos no processo de expansão urbana estão interligados com sua formação econômica, acompanhados pelo crescimento desordenado da população, gerando problemas sociais como o desemprego e precárias condições de moradia. Segundo Rosa Maria Cortês de Lima (2005) a problemática de habitação da população pobre faz parte da história da cidade. Além disso, o Recife foi constituído de diversas formas marcadas por fatores políticos, sociais e econômicos:

As múltiplas faces do Recife, ou as várias cidades nela contida estão espelhadas no processo de expansão urbana traçado no tempo dos acontecimentos vividos nesse território. Raízes foram fincadas, lembranças guardadas e demarcadas pelas relações econômicas, sociais, políticas, jurídicas que, no curso da história se manifestaram e arraigaram-se na cidade. Outras tantas se ocultaram, ou mesmo foram suprimidas lentamente, pelo avanço e crescimento urbano, convertendo-se em traços quase indivisíveis (LIMA, 2005, p. 45).

Assim o Recife do século XX, além mostrar um crescimento urbano através da dinâmica da sua economia principalmente de atividades primárias como algodão e o açúcar desenvolvida nas terras mais distantes do centro. O Recife também era a região do Nordeste que atuava diretamente como centro comercial a nível mundial, através das atividades do porto. Dessa maneira, tanto a formação da cidade bem como as formas de moradia da população de baixa renda fez parte da dinâmica do território recifense. Com isso, o avanço do urbanismo como forma de preocupação em planejar a cidade era questão importante através de modelos autoritários na primeira república, logo a urbe se tornava campo de intervenções principalmente à habitação popular. Embora algumas cidades brasileiras viessem, desde a:

segunda metade do século XIX, experimentando mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, especialmente em suas ruas e áreas centrais, em decorrência da emergência de uma sensibilidade favorável ao moderno, ao novo e que vê como atraso e não civilização, hábitos, costumes e mesmo a arquitetura que remetia à cidade colonial, elas chegam ao século XX ainda atormentadas com o problema

urbano (PESAVENTO, 1994, p. 2).

Nesse processo, tornam-se relativamente visíveis e explícitos os mecanismos de empobrecimento dentre uma ampla parte da população e as péssimas condições de moradia que eram habitadas por esses sujeitos. Conforme será visto nas comunidades que foram elencadas nos estudos para o período de 1937-1945, onde a pobreza existe ostensiva. Diversos condicionantes de ordem social, cultural e principalmente econômica determinaram as ações humanas na construção de sua moradia. As populações pobres dentro desta perspectiva eram as que mais sofriam, visto que não dominavam técnicas e não tinham poder aquisitivo para a construção de seu habitat.

Assim, o crescimento desordenado e a aglomeração urbana eram vistas como responsável pela falta de organização da cidade:

A produção espontânea das unidades habitacionais populares foi apontada por muito tempo como fruto da desorganização urbana, uma vez que não obedeciam aos padrões da regulamentação oficial. Isto condicionou, no passado, o ordenamento urbano a programas de erradicação de favelas que resultou no acirramento da exclusão social e da periferização urbana (ARRUDA, 2003, p. 16).

Por essa razão, verificas-se as intervenções feitas ao longo do Estado Novo, com o objetivo primordial de extinguir as habitações dos moradores das áreas alagadas do Recife. Assim, fora se consolidando a trajetória de um personagem que não só contribuiu para tal feito, mas que marcou a história da cidade com ações efetivas sobre o pobre e suas moradias, o qual promoveu ações de cunho assistencialista e disciplinador. A figura de Agamenon Magalhães é marcada pelo tema da habitação popular, por sua ação durante o Estado Novo de 1937-1945. O interventor via nas construções habitacionais espontânea o exemplo da feiura do Recife. Como indica Almeida (1996, p. 11) em seu estudo sobre o Estado Novo e o discurso da Folha da Manhã:

A implantação do Estado Novo em Pernambuco em Novembro de 1937, e a interventoria Agamenon Magalhães trazem consigo a meta de erradicar tudo que simbolizasse o velho, obsoleto, ou seja tudo que representasse a República Velha, o Anciën Regimen. Nesta proposta concentrava-se o ideário regenerador estadonovista: criar o novo acionando signos que, no seu conjunto, colaboravam para a construção de um imaginário em que a ideia de progresso se apresentava como antônimo de provinciano, do atraso, do feio, do repugnante. E suma, tudo aquilo que estivesse atrofiando o progresso deveria ser eliminado.

Assim, o interventor Federal buscava equiparar o Recife às grandes metrópoles brasileiras da época, como por exemplo, o Rio de Janeiro. Fazia parte do projeto de

modernização assumido pelo governo republicano, pois existia semelhanças entre o projeto pernambucano e o da cidade do Rio, já que tais projetos pertenciam a um período histórico singular, o qual afetava os moradores dos mocambos em Recife e também atingia os moradores das favelas no Rio de Janeiro. Com a intervenção de Victor Tavares de Moura (que fazia parte do Governo de Getúlio Vargas), tais propósitos atingiram a política, cultura e a ordem social. As questões das moradias e da pobreza se apresentavam como um problema social, um atraso aos ditames do Estado Novo.

Atingindo os pobres que moravam nos mocambos do Recife, vistos como causadores da desorganização urbana e da feiura da cidade. A população considerada pobre teria que se deslocar e suas habitações serem derrubadas. O interventor na tentativa de reconfigurar seu traçado e de modernizar a fisionomia urbana da cidade, usou como estratégia diversas propostas que visavam imprimir quais formas de morar eram legitimadas pelo Estado Novo.

Para melhor compreender as origens do problema habitacional e da pobreza no Recife, é importante estudar as condições de vida e moradia da sociedade remanescente do corpo social escravista. De modo a compreender como o processo de abolição da escravidão também foi responsável pela exclusão da massa de sujeitos que buscavam uma moradia e integração no cotidiano urbano da cidade através do trabalho.

É neste momento de transição, conhecido como Primeira República, que ficam perceptíveis os mecanismos de perpetuação da pobreza e moradia irregular através da virada para transição do trabalho escravo ao trabalho livre, em que muitos não são absorvidos pelo campo de trabalho assalariado, abrindo espaços para o crescimento da pobreza com origem nos ex-escravos provenientes do campo que já circulavam na cidade. Freyre (2004, p. 270) afirma que “enquanto as senzalas diminuíram de tamanho, engrossavam as aldeias de mucambos e de palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas das cidades”.

O Recife como uma zona portuária recebeu vários ex-escravos, organizou sua ocupação nos arredores do porto com construção de habitações e comércio. Posteriormente a interação do crescimento citadino e suas repercussões na moradia, se torna um problema para a cidade e na interventoria de Agamenon Magalhães. Visto que a habitação popular se tornaria (no discurso das autoridades e elites locais) a principal responsável pela insalubridade, decadência estética e atraso da cidade, bem como pelo pauperismo. Para o historiador Thiago Pereira Francisco (2013) cada vez mais o crescimento desordenado aumentava, visto que

muita gente aliciada no interior para trabalhar nas indústrias próximas ao Recife, veio iludida pela promessa de montanhas de cuscus e chafarizes de leite diariamente na mesa. Por fim a própria taxa de natalidade da cidade contribuiu para o crescimento vegetativo notado na época. Foi nessa fase que o crescimento urbano passou a chamar atenção de moradores e autoridades (FRANCISCO, 2013, p. 30).

A aglomeração na cidade fora fruto da busca por melhores condições de vida, posto que não existia trabalho para todos, boa parte da população não tinha condições para obter uma alimentação apropriada e muitos menos uma moradia para se proteger. Assim, a cidade tornara um polo atrativo às pessoas. Já que o Recife também ganhou importância por ser banhada pelo porto valorizando o Rio Capibaribe. Um importante rio local que cortava a cidade, garantindo o transporte da cana, das plantações e moradias em seu entorno. A expansão urbana se deu com o crescimento das periferias, formando os bairros pobres. O que caracterizou um aumento populacional, segundo Lima (2005, p. 48):

A cidade do Recife segue a trajetória do crescimento populacional. Entre 1940 e 1960, dados dos recenseamentos (IBGE) mostram para o Recife uma população de 343.740 mil pessoas, elevando-se para 788.336 mil habitantes, ou seja, a cidade mais que duplicando sua população. Esse aumento explica-se pelos fluxos migratórios. Parcela dessa população, construída particularmente por pobres, passa a habitar uma cidade de frágil economia urbana, e na ausência de alternativas aloja-se em mocambos.

Assim caracterizou-se um movimento de mudanças, com construções de habitações e de residências permanentes. Por outro lado, a década de vinte também caracterizou-se por um movimento de modernização com construções de casa de veraneios, e de residências permanentes. Mas é conhecido que desde a década de trinta que a ocupação urbana movia-se, principalmente, para as margens do Rio Capibaribe. Zélia Gominho (1998, p. 13) informa que a Mucambópolis²

localizava-se as margens do rio Capibaribe, Beberibe nas ilhas formadas por tais rios nascia a Ilha do Leite, Coelho, Joana Bezerra dentre outros formando a capital anfíbia dos alagados compostas pelas as comunidades ribeirinhas.

Na década de 1920, numa linha contínua de ocupação da sociedade pós-escravidão, também tem expansão o trabalhador urbano da indústria, refazendo o espaço do Recife entre os moradores dos mocambos (herança escravocrata) e um novo

² Termo usado pelo geógrafo pernambucano Mário Lacerda de Melo, referindo-se aquela massa de choças de miseráveis (CASTRO, J. de **Fatores de localização do Recife**: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 74).

conjunto social (que) informava uma certa configuração espacial do Recife: residências, comércio, porto e indústria, mas está aparente complementaridade de funções cidadinas é transfigurada na competição ou no conflito pelo uso, apropriação e fruição da terra urbana (PONTUAL, 2001, p. 423-424).

Isso porque é também um momento de intensificação dos conflitos de classes sociais na cidade e pelo funcionamento da urbe. A autora abaixo cita que na segunda metade do século XIX:

Com a desativação dos primeiros engenhos e o seu parcelamento, nenhum plano se fez [...]. O Recife, no nível de acesso da área urbana para o subúrbio, a área dos antigos engenhos, e das povoações, se organizava segundo aqueles acessos principais, que também se dirigiam para as outras cidades, e os outros acessos secundários, engenho a engenho (PONTUAL, 2001, p. 423-424).

Até as primeiras décadas do século XX, a forma urbana da cidade do Recife permanecia seguindo em cinco direções: norte, sul, sudeste, oeste e noroeste, formando a malha viária principal da cidade, diz Pontual (2001). O Confronto entre as plantas de 1932 a 1943, continua ela, mostra menor registro de áreas de mangues devido aos aterros, à ocupação dos morros a noroeste e à expansão urbana, na direção oeste, ao longo da Avenida Caxangá, alcançando, então, o bairro de Iputinga, mantendo-se a forma tentacular. E continua:

Ao serem confrontadas as plantas de 1943 e 1951, verifica-se que, na primeira, o rio Capibaribe marcava uma linha de ocupação da cidade, a que se estendia na direção do centro para as áreas localizadas ao norte e noroeste do município; e, na segunda, esse elemento da natureza já tinha sido ultrapassado, e a ocupação estendia-se continua ao longo da outra margem (PONTUAL, 2001, p. 423-424).

A expansão da cidade do Recife vai se dando de forma desordenada, tornando-se um problema mais visível na era Vargas. Consequência dos deslocamentos da população proveniente dos engenhos falidos, do pós-abolição e do avanço da industrialização que, no entanto, não absorve a todos.

Estes projetos de modificações do espaço construído e dos usos do público foi acompanhado pelo deslocamento da população pobre que deu lugar aos imóveis comerciais sobre tudo do bairro do Recife (REZENDE, 1997, p. 56).

A cidade se transformava, ganhava novos personagens, a indústria se expandia e acordava seus funcionários com o seus apitos. Projetos de modificações do espaço foram sendo elaborados, eram criadas as classificações entre bons e maus costumes, desejáveis e indesejáveis, passados e atuais, dessa maneira as habitações populares de tipo mocambo eram

vistas como algo primitivo por lembrar um elemento da escravidão. Com essas circunstâncias, os segmentos mais abastados da sociedade tomam como preocupação esse crescimento exponencial de indivíduos marginalizados na sociedade.

E, tal como os imigrantes, igualmente atravessaram o oceano pensamentos “ancorados no determinismo biológico de Cesare Lombroso e nos discursos racistas de Gobineau, Gustave Le Bon e de Francis Galton”, através deles a elite brasileira procurava justificar e legitimar a exclusão social, em especial, dos ex-escravos nas grandes cidades (MIRANDA, 2004, p. 142).

Assim, controlar a pobreza e a habitação dos sujeitos de baixa renda, era uma forma de disciplinar esses indivíduos; um fator necessário, pois na visão das elites, os costumes de ex-escravos e os hábitos populares se tornam importantes obstáculos ao progresso nacional. As habitações erguidas por esses sujeitos não se enquadrava nos parâmetros da cidade que se pretendia. Portanto, combater tais elementos indesejáveis era um, através de um discurso civilizatório recurso importante para evitar a desordem e a violência pública.

Foi um período significativo com o uso da máquina, transporte a vapor, depois nos automóveis. Através da inovação permitiu-se a criação de outras máquinas, com objetivo de ampliar as experiências da vida social, gerando novos hábitos. Tornou-se o período que teorias ganharam espaço entre o corpo técnico nacional e estadual e as ações do interventor federal travavam uma guerra contra os ditos distúrbios sociais, dentre esses estavam a pobreza vista com um entrave à modernidade.

Proliferou avanços técnico-científicos que transformaram as concepções e as formas de mundo. Tais transformações buscavam modificar o cidadão, suas formas de vida e seus costumes. Assim, umas das metas de “Agamenon era erradicar tudo que simbolizasse o atraso, o feio o velho” (ALMEIDA, 1996, p. 11).

Nesse sentido, uma das primeiras medidas da interventoria foi formular um plano para a cidade, segundo o qual a pobreza em todas as suas nuances deveria ser extirpada, porque era através dela que se “expressava o retrato da feiura do Recife” (ALMEIDA, 1996, p. 11).

O projeto do interventor orientou-se nos discursos de embelezar e higienizar a cidade. De acordo com os novos discursos do interventor na busca da construção de uma nova vida para o Recife, era necessário compreender que o pobre e sua moradia atrapalhava a interventoria, visto que as categorias de modernidade, progresso eram incompatíveis com a pobreza e a miséria das moradia irregulares que emergiam nas ruas centrais do Recife atrapalhando as mudanças, já que no processo de embelezamento da cidade, seus moradores também deveriam apresentar-se como um conjunto de cidadãos belos e harmoniosos.

Entre os séculos XIX e XX percebe-se um diálogo que se sustentou por um século, calcado num projeto modernizante social e urbano cujas soluções se buscaram as mais diversas, como através das políticas públicas com apoio da medicina urbana, soluções estas que transitavam entre a remodelação da urbe quanto aos seus serviços e quanto à sua face construída, podiam passar pela ingerência no corpo social no tangente ao controle dos grupos vistos como perigosos, imorais e indesejáveis (LOPES, 2003, p. 82).

Nesse sentido, para compreender a pobreza e as habitações populares aqui estudadas, é importante perceber as formas de pobreza existentes desde o período da escravidão e posteriormente, já que as habitações populares e os modos de vida dos pobres eram vistos como empecilhos para a modernização da cidade. É preciso conhecer quem foram os pobres e de que forma eles ocupavam a cidade que se queria modernizar. Para o historiador Iranilson Buriti de Oliveira (2002) o Recife se apresentava como uma importância política e econômica diante das outras cidades brasileiras.

Recife, uma cidade de maior expressividade política do Nordeste, revelava uma tentativa de civilizar os “maus comportamento”, desinfetar os corpos, inspecionar as áreas consideradas regeneráveis, impor hábitos higiênicos, preparar o lugar para receber as famílias limpas. Causava impacto nos visitantes que a tinham conhecido “colonial,” bizarra, pitoresca (OLIVEIRA, 2002, p. 33).

Batalhas urbanísticas eram elaboradas através da arquitetura, por causa da habitação, jornais como por exemplo o Folha da Manhã. Para Agamenon emergia modernidade, discursos higienistas eram elaborados pelos saberes médicos, através de um corpo técnico. Aqui destacamos o lugar social daqueles que viviam às margens do rio Capibaribe, do desenvolvimento da cidade e da sociedade. Trata-se de uma população envolvida em questões de desigualdades, pobreza e de miserabilidade na cidade, as práticas e discursos elaborados sobre os pobres e suas moradias viraram artigos no jornal Folha da manhã.

Antes de adentrar na história desta população pobre do Recife e suas condições de moradia em habitações degradantes, consideramos importante definir a noção de pobreza aqui tratadas. Inicialmente, ajuda-nos nesta questão, um verbete publicado no Dicionário de Sociologia, organizado pelo sociólogo Allan Jonhson (1997, p. 176), ao definir que:

Pobreza em sentido geral, é uma situação na qual pessoas carecem daquilo de que tem necessidades de viver, os limites de “necessidade para viver”, no entanto, são matéria de definição. Se a pobreza é definida de em termos absolutos- aquilo de que indivíduos precisam para sobreviver fisicamente-, torna-se mais simples definir o ponto em que pessoas se tornam pobres. A experiência de pobreza, porém, depende também do quando as pessoas tem em comparação com outras pessoas na sociedade e com os valores culturais que definem a “boa vida”. Em muitas partes dom mundo por exemplo água encanada é considerada sinal de prosperidade, ao passo que, nas sociedades a industriais é comum sua ausência numa casa passa a ser considerada

sinal de pobreza.

Dessa maneira, a pobreza pode ser entendida numa acepção mais direta como uma realidade socioeconômica que leva as pessoas à situação de exclusão de bens, perda das condições de obter a sustentação e outras condições garantidoras dos meios de subsistência. A pobreza assume, portanto, na perspectiva do autor uma dimensão abrangente, evidenciando um quadro amplo para a intervenção de Políticas Públicas³ capazes de cuidar daqueles que estão em situação de exclusão social, tornando-se as políticas públicas uma referência das propostas de governo do Estado Novo que muitas vezes ficaram apenas nos discursos.

Visto que os planos de remodelação da cidade proposto pelo interventor Federal de Pernambuco em muitos momentos intensificou a ampliação dos bairros suburbanos da cidade e colocou os pobres em condições de maiores vulnerabilidades, haja vista o crescimento das habitações em locais de risco e distantes dos centros. Por essa razão o interesse por leituras acerca da história urbana fora feita com o objetivo de tentar compreender às condições de vida e moradia dos pobres do Recife no período da interventoria de Agamenon Magalhães.

2.1 DO ESCRAVO AO TRABALHADOR LIVRE: A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE E SUAS CONDIÇÕES DE MORADIA NO RECIFE

Ao analisar a dimensão da moradia popular e as condições de vida de seus habitantes e conseqüentemente a pobreza nela existente, torna-se alvo de projetos modernizadores, o morador como objeto de igual intervenção. Dessa maneira a análise sobre a habitação popular revela a produção habitacional associada à qualidade de vida na capital pernambucana. Com isso, o pobre e suas moradias aparecem no cenário urbano como objeto de intervenção do Estado Novo e torna-se alvo de um projeto de segregação espacial, para Pontual (2001, p. 13):

As cidades brasileiras convivem, até hoje, com sérios problemas pertinentes à qualidade de vida de suas populações. São exemplos de ordenamento do espaço, a falta de saneamento básico, as dificuldades do tráfego [...].

Essas informações mostram as mudanças e permanências na cidade do Recife, revelando como o novo e o velho não se excluem, porém constituem uma narrativa importante, visto que ao reconstituir parte da história da cidade e de seus habitantes entendemos como se deu a construção e ocupação das moradias populares bem como a

³ As Políticas Públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

condição de pobreza dos seus moradores, é fundamental para analisar a espacialidade desigual formada no Recife e os projetos modernos aplicados pelo governo para os seus habitantes, compreender questões referentes ao urbanismo, conforme Pontual (2001, p. 13):

No Brasil o saber urbanístico emerge no bojo do ambiente cultural do urbanismo nos anos 20. Logo vem a longa noite da ditadura do Estado Novo, sendo Novaes Filho nomeado Prefeito do Recife. A ordem autoritária procura sempre legitimar-se na cidade, para isso recorre a realização de grandes obras, com prioridade para intervenções no centro. Estas são visíveis mostra a eficiência do gestor público.

Essa maneira, era como as autoridades públicas embasavam suas ações, estigmatizando os pobres com representações sociais negativas que a sociedade e a interventoria faziam deles, bem como das suas habitações, condenando e segregando através do deslocamento desses dos centros urbanos. É dessa maneira que as autoridades públicas agem com as questões de moradia e pobreza no Recife de 1937-1945. Assim, as moradias e os menos favorecidos tornam-se alvos de ataques das políticas públicas, que deveriam garantir assistência e não serem prejudicados por seu modos de viver e morar.

Para compreender como se deu o processo de aglomeração urbana em Recife com formações de habitações irregulares, é necessário entender como a pobreza urbana fora se configurando na cidade e conseqüentemente os mocambos (tipo de habitação popular) vão fazendo parte do cenário urbano. Quem são esses pobres? quais condições de moradia que eles já viviam? E, se tinham uma habitação quais as condições das mesmas?

A fim de assimilar o pauperismo e o problema da habitação popular, é necessário que se reconstrua a historicidade dos pobres percebendo o papel social destes sujeitos frente às mudanças histórico-sociais da sociedade recifense. Ao longo da segunda metade do século XIX, uma questão esteve no centro das preocupações das elites brasileiras, encontrar novas formas de subordinação do trabalhador ao capital frente à desagregação da ordem escravocrata.

Com a transição para a República a dinâmica da economia mudou e tal acontecimento provocou mudanças na vida da população. Novas formas de se viver foram elaboradas, os escravos livres passaram a “gerenciar” suas vidas, mas o declínio da escravidão não escondeu a pobreza vigente que na realidade já existia, visto que muitos escravos e seus filhos eram pobres e viviam em péssimas condições de moradia subordinados aos seus senhores.

Um olhar mais atento à forma como se estruturou o processo da pobreza e das condições de moradia dessa população, nos mostra que a busca por subordinar esse homem livre pobre ao universo do trabalho assalariado não foi tarefa difícil, haja vista a quantidade

de negros libertos e sem perspectiva de vida. As observações abaixo apresentam a afirmativa de que a elaboração das relações de controle se deu pelas mudanças da economia:

A identificação da emergência do trabalho livre e da conseqüente reelaboração das relações de dominação como fulcro da transição capitalista remete, por sua vez, à análise das condições históricas objetivas que deram concretude àqueles processos (COSTA, 1999, p. 280).

Os processos citados pela autora acima fazem referência as condições de controle da população após a transição capitalista. Com isso, o declínio da ordem escravocrata gerou a imigração de homens livres. Numerosos negros sem condições de sobrevivência, foram buscar novas forma de viver com o surgimento das indústrias modernas a necessidade por mão de obra era eminente. O historiador abaixo ao analisar esse processo de transição para a uma sociedade republicana em Juiz de Fora, informa que:

Os códigos de posturas indicavam várias punições para aqueles que não trouxessem limpas suas casas, mantivessem animais soltos [...] não se ocupassem e através meios honestos que lhes permitissem a sobrevivência (PINTO, 2008, p. 23).

É possível perceber esse processo já desde as décadas do século XIX, quando essa nova ordem ganha força na sociedade brasileira e em áreas como “Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador” (PINTO, 2008, p. 23). Existiam elementos que eram combatidos pelos republicanos através de um regime de posturas que o habitantes deveriam ter para manter a ordem pública e na maioria das vezes a pobreza e habitações já levantavam comentários de discussão afirmando a habitação popular como um problema social a ser resolvido.

Os sujeitos que estavam “um pouco aquém, ou porque não, além do limite da linha de pobreza” (BLOCH, 2001, p. 52), lembrando que ainda pode ser encontrado nas ruas, praças ou rodoviárias nos dias atuais, ou seja, em nossa realidade próxima. Diante do contexto do fim da ordem escravocrata, quais seriam as conseqüências para os sujeitos que já viviam em condições degradantes antes e depois do fim da abolição e nascimento da República (BLOCH, 2001).

Nesse sentido, o declínio da ordem escravocrata gerou a imigração de homens livres numerosos negros sem condições de sobrevivência, foram buscar novas formas de viver. Com o surgimento das indústrias modernas a necessidade por mão de obra era eminente. Esse período é marcado por significativas transformações nas relações de trabalho; o fluxo regular de escravos seria necessária, pois as estratégias para a superação do sistema escravocrata se deu de forma a preservar o contingente interno como afirma Sandra Pesavento (1994, p. 10):

Configurado o problema da mão-de-obra, foram tentadas estratégias para a sua superação. A possibilidade de preservação do contingente interno de escravos, através da sua reprodução natural para o mercado ou da "poupança" de mão-de-obra, "economizando" força de trabalho, revelou-se ineficaz. Poupar mão-de-obra serviria implicaria reduzir a duração e a intensidade do trabalho, o que se revelava incompatível com um sistema baseado na coerção e na violência para a extração de um sobretrabalho.

Nesse sentido, as próprias características de compulsão ao trabalho pela violência e as extensas jornadas, eram responsáveis por uma alta mortalidade infantil. Em péssimas condições de moradia, além disso, a reprodução natural não asseguraria de imediato o fornecimento da mão-de-obra na quantidade exigida pela expansão dos cafezais. A necessidade de mão-de-obra no momento tornou-se urgente, o interessante é perceber como viviam essa população que eram muitas vezes confundida como escrava sem condições dignas de sobrevivência. Ainda segundo Pesavento (1994, p. 28):

Confirma-se a caracterização de um mercado de trabalho de relativa escassez na oferta de mão-de-obra, situação agravada pelo fato de que a debilidade da acumulação da classe dominante.

Considerando que a maioria desta população eram ex-escrava e conseqüentemente majoritariamente pobres, o período de mudanças intensificou ainda mais a situação de desigualdade, haja vista que os pobres ficaram com os piores locais de moradia e dificuldades em suas formas de viver, o que acabou interferindo nos valores e práticas assumidas por eles nos anos subsequentes na busca pela sobrevivência. Assim, Emília Viotti da Costa (1999) explica que os homens livres passaram a viver em condições precárias de moradia, com alimentação deficitária:

Construíam choças miseráveis, viviam em condições miseráveis como morador [...] viviam na condição de sua benevolência, vegetava as margens da economia, ignorante e mal nutrido, alimentando-se de farinha e feijão, desenvolvia hábitos de violência e agressividade, fugia ao convívio de outras camadas e se recusava a servir como assalariado (COSTA, 1999, p. 280-281).

Portanto, essas eram as condições que viviam os homens pobres livres nesse período, os mesmos que em condição de escravidão também estavam em situações desanimadoras. O historiador abaixo faz uma análise da antropologia urbana e análise política da população com a Proclamação da República nascente que teimava ainda em perturbar o sono das elites brasileiras, visto que após a abolição do trabalho escravo os pobres continuavam a crescer e incomodar os setores mais abastados, a população aumentava e essas pessoas precisavam

habitar a cidade, construir suas moradias e viver:

As mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do império e que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República. A mudança de regime com todas as expectativas que trazia e também com todas as dificuldades que implicava, como quem projetou luz intensa sobre novas realidades, tornando a vivência delas também mais intensa e mais difundida. Mas as alterações quantitativas são inescapáveis. A primeira delas foi a de natureza demográfica. Alterou-se a população, em termos de números de habitantes, de composição étnica e estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados (CARVALHO, 1996, p. 16).

Diante do crescimento desordenado, as habitações desses sujeitos passaram a ser alvo considerado um problema social, visto que as expectativas de mudanças não foram as melhores, tornando a construção de casebres mais acelerado e intensa. Já que o número de habitantes crescia, o aumento populacional formou uma massa de desempregados e sem perspectiva de vida. Nesse sentido, é bom perceber em que bases, os escravos libertos construíram suas expectativas de cidadania inserção na ordem social, envolvendo questões como moradia, alimentação, como parte de uma tempo novo que se propagou na primeira República.

A passagem de transição do trabalho escravo para o trabalho livre pós-abolição gerou uma grande massa de pobres desocupados que se deslocavam entre o campo e a cidade e que se espalharam em busca de sobrevivência para várias partes da cidade do Brasil inclusive o Recife. O crescimento desordenados dos casebres de palhas passaram a ser alvo de perseguição, visto que eram acusados de propagar doenças, por essa razão os administradores da saúde pública passaram interditar casas e derrubar tantas outras, exigiam de seus moradores limpeza.

O Estado passou a fiscalizar as moradias, exigindo toda sorte de melhoramento, mas como muitos não tinham nem condições para viverem não tinham como seguir as normas do estado. Sendo assim, pelas péssimas condições de moradia da população de baixa renda, o jeito era derrubar as habitações populares. Assim caberia a o Estado conter os excessos dos pobres segundo Carvalho (1996, p. 95):

Tal atividade evidentemente provocou o rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas em especial o proprietários das casas desapropriadas para a demolição, os donos de casas e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reforma-los ou demoli-los, [...] para a desinfecções ou mesmo abandonar as habitações quando condenada a demolição.

Logo, foi ao passar da segunda metade do século XIX que se formou a massa de

pobres sem moradia ou em condições péssimas que vão compor a sociedade da primeira metade do século XX, com consequências até nossos dias, e que se tornarão mais uma vez o centro das preocupações da elite brasileira, visto que já eram relegados a sorte desde a condição de cativo.

Neste contexto, as elites brasileiras procuravam encontrar novas formas de subordinação do trabalhador ao capital frente à desagregação da ordem escravocrata, dado o aumento da massa pobre entre os novos trabalhadores, não se preocupava com o cidadão, sendo a cidadania uma ficção ou uma construção simbólica. A República veio dar sequência ao processo de renovação urbana. Mas deixou muitos as margens, visto que viver na cidade, exigia estratégias da população, homens, mulheres e crianças migraram para o Recife, que passa a ser um polo atrativo:

A segunda circunstância está no crescimento demográfico que o Recife alcançou na primeira metade do século XX. Essa expansão humana se chocou com uma cidade limitada em recursos materiais – serviços urbanos como saneamento e abastecimento – tampouco em condições de absorver a oferta de mão-de-obra, o que gerou uma elevação dos empregos informais e da solução informal da necessidade da moradia através dos mocambos. Esse tipo de habitação, que por tanto tempo convivera no cenário da cidade, passara a interferir nos planos de modernidade projetada para o Recife, modernidade esta que acompanharia a nova onda de prosperidade econômica esperada com os investimentos no porto e na organização da cidade para a atração de indústrias, crescimento da atividade usineira e circulação do capital comercial (FRANCISCO, 2013, p. 18).

A cidade do Recife crescia, mas não conseguia absorver o quantitativo populacional, o desenvolvimento econômico da cidade na época tinha na indústria canavieira o seu potencial, mas amargava o seu declínio “desde o século XIX e deixará de ser a referência internacional na atividade” (EISENBERG, 1977, p. 54). Logo, a oferta maior frente a mão-de obra barata contribuiu diretamente na precariedade das habitações populares, afetando a população recifense. Esse sujeito mal- assalariado e subalimentado buscou como única opção recorrer para uma moradia mais barata, fatores que contribuíram para à concentração urbana em torno das fábricas e à economia deficitária entre os segmentos populares, com baixo poder de consumo numa cidade com alta concentração de renda, só poderia gerar mais casebres decadentes e em condições péssimas de se habitar, o que posteriormente seria condenados pelo poder público.

2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E AGLOMERAÇÃO URBANA: HABITAÇÃO POPULAR COMO UM PROBLEMA NO RECIFE

O crescimento de setores de produção e serviços na cidade atraíram diversos sujeitos. As mudanças do Recife que ocorriam desde a metade do século XX, possibilitaram crescimento populacional que revelaram mudanças estruturais, culturais e sociais na metrópole. Remanescentes ex-cativos e homens livres passaram a formar parte da aglomeração populacional na cidade, os antigos moradores dos engenhos e sobrados. Homens que passaram a compor o cenários das grandes cidade em busca de melhores perspectivas de vida. Estudos sobre as transformações urbanas no Recife nos informam que:

O processo de ocupação e aglomeração urbana recifense traduz a existência de fatores condicionantes e determinantes que interferiam na formação e constituição enquanto cidade. Intensamente no longo tempo histórico uma disputa que perdura séculos entre o homem e natureza, entre o ocupante do lugar e a água, numa luta no sentido de domina-la (LIMA, 2012, p. 88).

Aos fatores condicionantes da formação urbana do Recife, foi condicionada à ação do homem por intermédio de intensos aterros, realizados sobre as águas da cidade, rios e espaços alagados eram invadidos, locais de absorção da população pauperizada. Diversos eram os casebres sendo erguidos sobre o elemento líquido sobre lamas e mangues, os moradores viviam em condições precárias e suas moradias iriam incorporando-se à expansão da cidade principalmente a partir da década de 1940. Documentos oficiais mostram que esse tipo de habitação só crescia no Recife:

Numa cidade, como a do Recife, de 500 mil habitantes existiram apenas 22 mil casas de alvenaria e 45 mil mocambos. Um terço dessa população, ou sejam 165 mil habitantes é que vivia nos mocambos. O mocambo é morada de quem não tem classificação na geografia humana. Não é forma de vida. É forma de morte. O seu piso é de lama. As suas paredes de folhas de flandre, tábuas velhas, escoras apanhadas nos escombros das demolições ou colhidas nos despejos da cidade. O seu teto é de palha suja como a lama, ou zinco, ou de tábuas das caixas de sabão retiradas ao lixo (UM ANO..., 1940, não p.).

Foram nos espaços das terras molhadas e de manguezais, que segmentos da sociedade de baixa renda foram construindo suas moradias. Os fatores determinantes eram os econômicos; se erguia as habitações com materiais jogados ao lixo, elementos da natureza e restos de materiais alternativos. Esses fatores somaram-se a busca por emprego na cidade, essas habitações foram se formando em espacialidades desiguais, uma geografia da exclusão,

mas na busca por um espaço ocupado na formação urbana da cidade mocambos ergueram-se continuamente.

O forte crescimento demográfico e expansão da cidade do Recife estão diretamente ligados ao processo migratório em sua direção a partir de 1870, no entanto mais intensa a partir da década de 1890, visto que com o fim da escravidão a busca por espaços para se morar e por terras aumentaram, segundo Lira (1996, p. 124):

Em 1890 com a abolição da escravidão, a fome de terras dos novos latifúndios em constituição, a expulsão dos foreiros da zona-da-mata açucareira recentemente industrializada pelo “processo usineiro”, cuja população proletária ano após ano parecia decrescer apenas para se amontoar mais adiante no Recife.

Vale ressaltar que, não apenas os homens pobres livres passaram habitar a cidade em busca de emprego e alimentação, mas as secas do interior de Pernambuco que assolaram o sertão, muitos homens, mulheres e crianças começaram a fazer parte de uma boa parcela da população cidadina. Os fatores naturais exerceram influência decisiva no processo de formação e expansão da cidade expulsos de suas terras pela seca, e não suportaram o regime de trabalho pesado durante a expansão das usinas na Zona da Mata, passaram a migrar para o Recife, a capital que atraía pessoas que migravam pelas possibilidades de emprego numa época que algumas indústrias também se instalaram e se somavam às obras para reformar o porto, para Gominho (1997, p. 26):

Aqueles que bebiam dos mananciais recifenses puderam ver com os próprios olhos a “marcha macabra” de homens mulheres e crianças, vindos não só do sertão pernambucano como também do Ceará e da Paraíba, em busca de um reservatório de vida.

Assim, a crise do campo e a busca de trabalho na indústria solidificam a questão desse fenômeno de crescimento da cidade. Grande parte dessa população, aqui recém chegada, não encontra emprego e moradia; sem condições de se manter vão habitar terrenos de mangue e alagados em construções primitivas de taipa e capim em terrenos que vertiginosamente se valorizam, dentre outras coisas por conta dos aterros feitos e pela proximidade do centro comercial e financeiro da cidade. Os habitantes dos mocambos em sua grande maioria além de serem expulsos pelas secas eram homens e mulheres que não conseguiram se inserir no universo do trabalho ou perderam suas funções, para Gominho (1997, p. 26-27):

As histórias que as décadas de trinta e quarenta nos deixaram por escrito ou na memória de sobreviventes, estão como todas as épocas marcadas por medos e desejos.

[...] O crescimento desordenado das cidades, desde o final do século XIX, trazia consigo a incomoda visão de habitações insalubres e promiscuas, e de uma crescente massas de desocupados (antigos artesões, artistas de rua, prostitutas, marginais, ambulantes, tipos populares, músicos e mendigos [...]).

O enredo predominante na escrita dessa história, nos mostra a quantidade de pessoas que viviam sem as mínimas condições de moradia e de vida, eram sobreviventes de uma história de pobreza e exclusão social, muitos desses passaram a erguer suas moradias por conta própria, através da autoconstrução. Devido à alta dos preços o processo ampliação dos casebres aumentaram, visto que com os preços elevados as condições de vida até das pessoas que moravam em casas alugadas passaram a correr atrás de um espaço para a construir seu próprio mocambo, como bem lembra Bezerra (1965, p. 62):

[...] O índice demográfico do próprio município cresce naturalmente. ‘Para o período de 30 anos, segundo os dados de 1920 e 1950, é de 3,9%. Já no período de 1940 a 1950, o ritmo anual eleva-se para 4,6%. O empobrecimento da classe proletária está aumentando na proporção ditada pela inflação, que atinge fortemente não só os gêneros alimentícios e vestuários, como também o preço dos materiais de construção, dos aluguéis de casas e de quartos dos mais modestos.

Para implantar o Estado Novo, Getúlio Vargas e seus interventores investem na destruição de tudo aquilo que punha em risco a modernização do Estado e das cidades. Em Pernambuco, Agamenon Magalhães, interventor federal, se propaga como aquele que iria resolver os problemas de moradia da população carente do Recife. Ao lado do interventor estava o prefeito Antônio Novais Filho que fora indicado pelo mesmo para combater os problemas da população pobre e suas moradias.

Na primeira metade do século XX, é possível acompanhar os modos de sobrevivência desta população e suas formas de moradia. É importante perceber como vivia essa população, pois grande parte dessa massa é fruto dos homens pobres e livres ou libertos e pessoas que migraram da Zona da Mata pernambucana repelidos pela seca e por condições precárias de trabalho. Tais sujeitos são, em sua grande maioria, os mesmos que o então, interventor busca exercer um certo controle social ao deslocar tais cidadãos de seus locais de moradia. Havia uma estreita ligação entre a pobreza e falta trabalho, muitas vezes mal vista pelo interventor que tinha como lema do Estado Novo uma Pátria Trabalhadora.

O interventor dizia que o ócio pela falta de um trabalho geraria indigência e parasitismo. Desse modo, começa na interventoria a “guerra” contra os mocambos e seus habitantes, era uma batalha muito além da moradia apenas. Era algo associada à ação de dominação política e à encenação do poder autoritário. O morador do mocambo era visto e tinha sua imagem

vendida como um poço de descontentamento propício a cometer desatinos e provocar instabilidade social.

De acordo com análise do historiador Ricardo Leite (2010) havia no período cerca de trinta e oito por cento (38%) de moradores que, não tendo como comprar sua própria casa, moravam nos mocambos fazendo parte da Mucambópolis. Conhecido como espaço de combate. Segundo uma historiografia recifense, a exemplo do trabalho de Zélia Gominho em sua obra “Veneza Americana x Mucambópolis” publicada no ano de 1998. De acordo com esta historiadora, Recife é uma cidade formada por muitos nomes, por algumas peculiaridades, São Paulo Cidade da Garoa, Rio de Janeiro Cidade Maravilhosa - mas já ficou conhecida como a Cidade das Favelas Recife supera em denominações: Cidade Várzea, Cidade Mauricia, Mauristad, Caeté, Capital do Açúcar, Veneza Brasileira e Cidade dos Mocambos, Mucambópolis.

A procura por um terreno se tornou a prioridade para os pobres no Recife, a busca desenfreada por um pedaço de terra para poder erguer sua palafita ou seu mocambo. O escritor José Campello na época, colaborou assiduamente com o Interventor Federal de Pernambuco, pois para ele as habitações populares, não passavam de um problema social para o Recife que poderia prejudicar o desenvolvimento da cidade:

Desgraçadamente aqueles terrenos já estavam sendo tomados uma fealdade e de uma imundície incriveis amesquinhando-se tudo fecham-se os horizontes, acabam com as perspectivas mais amplas do Recife [...] (CAMPELLO, 1937, p. 3).

Sendo assim, com o crescimento do espaço urbano, o pobre e suas moradias passava a enfeiar a cidade, já que mudanças políticas e sociais da época condenavam as suas construções, pois diziam que elas contribuíam para a regressão do desenvolvimento. Através das habitações irregulares os mocambos contribuíram para que o Recife fosse taxada como uma cidade mesquinha pelo escritor. Os mocambeiros eram os sujeitos que saíam da crise do campo em busca de melhores condições de vida e teriam seus espaços e modos de viver vigiados pelo então Interventor Federal Agamenon Magalhães.

Algumas de suas peculiaridades foram percebidas pelo Estado Novo, que incorporou a cidade em seus projetos de moradia sob a interventoria de Agamenon Magalhães, procurando cooptar as camadas populares, trabalhadores, em consequência da explosão do crescimento populacional em situação de vulnerabilidade dos seus habitantes.

[..] A raiz desse fenômeno de crescimento da cidade; grande parte dessa população, aqui recém chegada, não encontra emprego e moradia; sem condições de se manter

vão habitar terrenos de mangue e alagados em construções primitivas de taipa e capim em terrenos que vertiginosamente se valorizam, dentre outras coisas por conta dos aterros feitos e pela proximidade do centro comercial e financeiro da cidade. Os habitantes dos mocambos passam a ser alvo de perseguição, adquirem o status de mocambeiro e ficam na alça de mira do exterminador de mocambos (LEITE, 2010, p. 3).

Assim, a ocupação das terras e aglomeração populacional, contribui para a capital pernambucana aumentar o fluxo de desigualdade já existente, em um movimento dinâmico e sucessivo destruição dos fatores físicos e geográficos da cidade como: os rios, a vegetação dos manguezais, destruição solo que molduraria a cidade. Os mocambeiros revelavam a outra face do Recife aos seus visitantes, ao lado do desenvolvimento urbano da cidade havia muita pobreza, locais o culpados por retirantes, proletários, artesões, costureiras e catadores de mariscos.

Era a existência de dois Recifes: de uma lado o Recife das famílias burguesas, do outro, a cidade dos homens caranguejos. A cidade anfíbia nascida nas águas, registra seus efeitos sobre os territórios da cidade, mostrando as condições de vida nos alagados, condições de penúria. Logo, as condições de moradia da população recifense eram precárias, juntava-se a deficiência alimentar e produzia-se um ciclo persistente de pobreza. Revelando as desigualdades sociais da Veneza pernambucana.

Por tanto, o Recife esteve presente na rota da modernidade. Nesta Epopeia, inovações chegavam a todos instante a velocidade passava a fazer parte das ruas da cidade, divertimentos surgiam a e o novo passava a sobrepor a tradição. Situado no interior destas transformações ora abruptas e violentas, se encontra os habitantes da cidade, seja ele pobre ou rico. É no cotidiano que as novidades são sentidas e experimentadas. É também nele que surgem as reações de quem não as admira e a alegria de quem tanto esperou.

Conforme se pode observar, a pobreza e as habitações populares se ligam as péssimas condições de se morar pelos habitantes da capital pernambucana. Desvelando a prática de disputa das terras entre os pobres do Recife. Vivenciava-se na cidade a expansão dos casebres no alagados, as habitações de modo geral dos segmentos mais pobres.

Atender à demanda por moradias diante do déficit, com o fim do processo de abolição da escravidão e posteriormente das migrações dos homens repelidos pela seca da Zona da Mata. Os mocambos se tornariam muito mais numerosos, não existiam habitação para todos.

2.3 ENTRE A LAMA, A POBREZA E OS MANGUES: A HABITAÇÃO DOS ALAGADOS NOS PLANOS DA CIDADE

O Recife passara por transformações urbanas e sociais na primeira década do século XX, através de um cenário de mudanças apresentadas pelas edificações organizadas, planejadas e embelezamento das vias além das investidas na questão da salubridade pública. É dessa forma, que se percebe um Recife tentando civilizar-se no aspecto físico da capital. Além disso, no que se refere ao aspecto humano, poucos foram os investimentos e os sujeitos pobres não se enquadravam ao modelo modernista da época.

Procedendo à leitura do Jornal Folha da Manhã e Diário da Tarde e Jornal Pequeno já percebemos as políticas de transformações urbanas e sociais na primeira metade do século XX como prioridade do governo no sentido de embelezar a cidade, colocando o pobre e suas indisciplinas, em lugares que não fossem visíveis ou sob o controle do Estado, pois pobreza era mais vista como caso de controle e não de mudanças sociais.

As mudanças eram visando edificações ordenadas, o embelezamento das vias e a preocupação com a salubridade pública, como meio de criar a civilidade no aspecto físico da capital. Em relação ao aspecto humano, pouco foi investido sendo as camadas populares mais prejudicadas. Na seguinte citação, retirada do jornal “O Diário da Tarde” é possível encontrar as reclamações que questionavam o então prefeito da época Novaes Filho para que o mesmo se responsabilizasse pelo embelezamento da cidade e destacando alguns outros problemas percebidos pela necessidade de urbanização:

O Diário da Tarde reproduz, hoje, dois aspectos de rua da cidade: um, é o da rua de Santa Rita Velha e o outro da rua de Santa Rita Nova. Mas ahi tanto o Nova como o Velha se empregam por empremismo. Da-se uma pela outra, sem um nickel de usura. A primeira tem um péssimo calçamento, as casas cahindo, o passeio intransitavel e ainda por cima servindo de deposito de madeira a uma serraria ali existente. Na segunda, as casas não são melhores: são feias e sujas. O calçamento é intoleraveis. Em ambas, há o fumaceiro que se desprende de fogueiras feitas, todas as noites, no largo de Santa Rita Velha. Na secção “A vida da Cidade” temos registrado, a respeito, innumerables queixas. Estamos certos de que o Sr. Prefeito Novaes Filho, cuidado da cidade como está cuidado, com carinho, não esquecerá de incluir, no seu programma de acção, certos e urgentes beneficios para o bairro de São José. Ahi há muito que fazer, a começar pelas ruas de Santa Rita, tanto a nova como a velha, onde tudo falta (VELHAS..., 1938, não p.).

Percebe-se o problema do aspecto físico à exemplo da insalubridade preocupação, esta que trazia a necessidade de exclusão do diferente tal qual as casas vistas como feias e sujas, possivelmente as habitações populares, que seus moradores não tendo condições de obter um fogão à gás, fazia fogueiras para cozinhar os seus alimentos. Nesse sentido, os pobres e suas

formas de organização social passaram a ser alvo de ações e de planos de remodelação, cujo objetivo era o de construir e preservar a imagem moderna de espaço público urbano. Ideia essa que passou a controlar as moradias de forma irregular. Na tentativa de organização da cidade, a sociedade recifense insistia na ideia de remodelação do espaço urbano através das demolições e construções de novos prédios dava um aspecto de progresso e um novo sentido para a cidade. Ideias difundidos pelo Estado Novo a proposta de um novo homem e de uma nova cidade eram elaboradas pelos principais periódicos na época.

A necessidade de urbanização também partia da ideia dos olhares dos visitantes sobre cidade, visto não poderiam ver o Recife dos homens caranguejos⁴. Já que tais olhares poderiam mostrar um aspecto feio e sujo da cidade, mostrar a cidade anfíbia povoada pelos menos favorecidos, o que também poderia prejudicar o turismo e a visão negativa do Agamenon Magalhães que vivia fazendo propaganda turística. Em artigo escrito no periódico Folha da Manhã o historiador carioca Max Fleiuss enaltecia o Recife e a figura de Novaes Filho:

Se me fosse possível, faria uma visita ao Recife, que tanto me encanta sob o ponto de vista histórico e geográfico, porém, além de manifestar o seu interesse em relação a estes aspectos, registrou em sua carta a sua admiração que veio robustecer a convicção de que a nossa pátria para se tornar cada vez maior só precisa de administradores do porte de Novaes Filho (PROPAGANDA..., 1940, não p.).

O historiador carioca Max Fleiuss, na época, secretário perpétuo do Instituto Histórico Brasileiro, fazia questão de mostrar um Recife bem diferente dos que viviam os mocambeiros. Tais narrativas foram selecionadas pela equipe do interventor para formarem um quadro de impressões positivas sobre a cidade, mas a realidade como descrevemos era bem outra. Foi nesse contexto de predomínio do estilo autoritário de gestão que o interventor tentou punir aqueles que fotografassem os aspectos desagradáveis da cidade, imagens que não condiziam com a proposta e os ideais varguistas, como foi salientado por Almeida (2001, p. 134):

Ao direcionar o olhar do turista, a Interventoria se deparou com um outro olhar que tudo capta e registra: o do fotógrafo. Tornou-se comum a prisão de turistas que ousavam fotografar locais proibidos tidos como ambientes “feios e sem higiene”, registrando o lado da cidade que ainda não fora “regenerado”. As máquinas fotográficas eram apreendidas e quebradas na frente do visitante que ainda era advertido sobre a possibilidade de ficar retido, caso persistisse em fotografar esses “lugares proibidos”.

⁴ Para Josué de Castro eram chamados assim as famílias pobres que se alimentavam dos caranguejos, famílias que não podendo comprar uma casa moravam nos mangues da cidade. Os mangues do Rio Capibaribe eram o paraíso dos caranguejos para Castro, local onde os homens se alimentavam do chamado Ciclo do Caranguejo, onde os sujeitos se alimentavam dos caranguejos e os caranguejos dos dejetos humanos.

Os visitantes passaram a ser alvo do interventor, visto que os mesmos não poderiam registrar imagens da dita feiura do Recife, aspectos que os serviços de fotografias de rua consideravam “feios e degenerados”. Essas imagens registravam o Recife dos homens pobres que viviam do ciclo do caranguejo, e tais conflitos se deram com os visitantes, pois havia a existência de dois Recifes. Mas nem sempre desde o início da década de 1930, os casebres de palhas chamam atenção dos turistas ou dos médicos higienistas, por ser uma cena fora do comum para os turistas e importante para o discurso médico. Registro da cena decadente dos mocambos do Recife, como podemos observar na imagem abaixo:

Figura 1 – O garoto do mocambo e o turista



Fonte: Museu da Cidade do Recife. Disponível em: <https://museudacidadedorecife.org/acervo/fotografia/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

O Graf Zeppelin sobrevoou a cidade de 1930 à 1937 e atracava numa estação construída no bairro do Jequiá, o mesmo sobrevoou os subúrbios do Recife, registrando momentos importantes, mostrando através das imagens uma série de expressões da cidade, expressões de pobreza e precárias condições de se viver.

O Recife de prédios luxuosos e dos meninos nus, das lamas pretas, dos mocambos e da pobreza. O papel ideológico do Estado Novo, propunha demonstrar aos turistas um roteiro a

ser caminhando com o objetivo principal de direcionar o olhar deles para os aspectos de urbanização e pavimentação das ruas. A representação da imagem da pobreza que o Estado Novo queria passar iria além da obra de ficção “Homens e Caranguejos” de Josué, retrata que mesmo a citada obra ser de ficção, a relação com o mundo real era muito intensa, visto que o próprio interventor se pronunciou contra a realidade dos catadores de caranguejos, querendo acabar com o ciclo do caranguejo.

As imagens passavam a ser associadas à linguagem e a escrita das propagandas do interventor, mas é sabido que o uso da imagem mesmo sendo verdadeira no seu uso iconográfico pode ser uma farsa dependendo do uso que lhe é determinado. E o Estado Novo fez isso com muita habilidade, visto que os artigos escritos por Agamenon na Folha da Manhã vinha sempre escrito com grande apelo para comover e população e convencer de suas ações:

Precisamos encerrar o ciclo do caranguejo, aterrando os alagados e os pântanos da cidade. O caranguejo não é a forma de vida. O inquérito sobre mocambos acabou com a lenda de que a população pobre procurava o mangue atraída pelos mariscos. Para comer os crustáceos, que as marés atiram nas portas dos mocambos. [...] O caranguejo pode ser um divertimento das crianças nuas dos mocambos. Meio de vida é que não. [...] A extinção dos mocambos é um problema nacional. Um foco de miséria social, em qualquer ponto do território, será sempre um motivo de exploração, um flanco aberto aos inimigos da ordem (CICLO..., 1939, não p.).

Desse modo, as situações conflitantes decorrente do Recife real e do Recife imaginado pelo interventor tentou desconstruir a ideia de que o pobre não necessitava dos caranguejos para sobreviver, haja vista que uma segunda possibilidade que determinava os homens ao mangue muitas vezes era a diversão, já que existiam crianças que brincavam com a própria alimentação, o interventor quis propagar a ideia de que o caranguejo não era fonte de vida, e que a habitação popular era o foco da miséria nacional.

É que esse estilo de vida era uma porta aberta para os inimigos da ordem. Mas em o livro a Geografia da Fome, publicada em 1946, escrito por Josué de Castro, o mesmo faz uma abordagem da insegurança alimentar que assolava a população brasileira, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Em outra obra: Homens e Caranguejos, o autor retrata a história do personagem Zé Luís que desce do sertão para encontrar o mangue, onde se dá o ciclo do caranguejo.

Começou o arrôcho. Só havia uma maneira de desapertar: era cair no mangue. No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se estira e se espreguiça, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Num deles, o caboclo Zé Luís

levantou o seu mocambo. As paredes de varas de mangue e lama amassada. A coberta de palha, capim seco e outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo (CASTRO, 2010, p. 10).

Esse era o ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos. Josué de Castro possibilita a compreensão de que o tal ciclo era sim, uma fonte de vida, haja vista que muitas famílias repelidas pela seca migravam para a cidade em busca de novas oportunidades de vida. Muitos fugiram da seca, mas não conseguiram fugir da pobreza, já que ao chegar na capital recifense tiveram que viver nas piores condições de moradia.

O Recife não fugia à tradição de ser uma cidade capital do estado da região Nordeste, localizada no litoral com a fama de “Capital do Nordeste” em razão do ciclo econômico da cana-de-açúcar segunda versão, que apresenta modificações, a situação dos mocambeiros e as péssimas condições de alimentação dos homens caranguejos, foi publicada no encarte do CD “Da Lama Ao Caos”, do cantor pernambucano Chico Science no ano de 1994. O mesmo informa que foi ao longo do século passado que o Recife apresentou seus sinais de desgaste.

Nesse sentido, dessa açúcarada que resultou numa cidade não mais rica, e sim pobre, e caótica para se viver. Habitações horizontalizadas eram erguidas sem o mínimo de higiene, casebres de palhas e barro conhecidos como “mocambos” eram erguidos, habitam as margens dos rios Capibaribe e Beberibe. Essa é a paisagem da cidade de Recife nos anos 1990 registrada pelo cantor em suas músicas, mas sobre as influências das leituras do médico pernambucano Josué de Castro, que retratou muito bem as condições de moradia e alimentação da população recifense nas décadas de 1930-1960 quando escreveu seu romance “Homens e Caranguejos” na década de 1960.

É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo
Escutando o som das vitrolas, que vem dos mocambos
Entulhados à beira do Capibaribe
Na quarta pior cidade do mundo
Recife cidade do mangue, incrustada na lama dos manguezais (CHICO SCIENCE E
NAÇÃO ZUMBI, 1994).

Fica claro um aumento sistemático da pobreza e das péssimas moradias, com a chegada de novos moradores, vindo das áreas de produção de açúcar que estavam em decadência, indo morar nas áreas mais afastadas da cidade, dando origem a aglomeração de mocambos que passaram a caracterizar a fisionomia da cidade. O Recife veio mudando rapidamente ao mesmo tempo que a tecnologia trazida pelo arautos de modernidade perpassou seu territórios, a pobreza também cresceu do mesmo modo, o autor abaixo informava que:

Os mocambos são tão numerosos como os coqueiros. Alastram o tamanho da cidade grande, formando na barra dela, um babado de barros e folhas secas. Babado crespo não tenho dúvidas, mas babado bem triste, sujo de lama, sujo de gente do mangue (ANDRADE, 2002, p. 201).

Foi dessa forma que o Recife foi descrito por poetas, músicos e cientistas nos de 1920-1990, revelando a pobreza em escala ainda maior, vista por Chico Science, Josué de Castro e Mario de Andrade, Manuel Bandeira, mostrando as faces parecida da pobreza e das precárias moradias que insistiam em continuar causando problemas sociais. Eles fazem citações dos personagens dos mangues e denunciam as desigualdades sociais na capital pernambucana. O uso do mangue e dos mocambos (por Josué de Castro e Chico Science) seria para tentar explicar o aumento sistemático da pobreza, e apontar os reais problemas enfrentados por homens mulheres e crianças no período estudado posteriormente

O processo de aglomeração urbana, é fruto desses fatores que são condicionantes para perceber os espaços de moradia e vivência das camadas populares. A feição peculiar da cidade atraía os turistas e médicos higienistas, aspectos naturais da cidade aliaram-se com seu habitantes, onde se misturava os rios com os homens, os alagados com os mocambos, contribuindo com a expansão da cidade, mas não eram beneficiados com o seu crescimento.

Figura 2 – Josué de Castro e um catador de caranguejo



Fonte: Centro de Estudos Josué de Castro, arquivo da família. Disponível em: <http://www.josuedecastro.org.br/biblioteca/biblioteca.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Os mangues recifenses, sob imposição do olhar excludente do capital, abrigaram ao longo do tempo uma significativa população de seres humanos expulsos pelo latifúndio e pelas secas na década de 1930. E a grande maioria desses sujeitos ao erguer suas moradias irregulares ao longo da cidade, tonam-se alvos de controle por parte do Estado Novo. As soluções que se buscavam para a sociedade desde a década de 1920 a cidade do Recife, até 1927, apresentara soluções urbanas de caráter pontual, na busca de propostas para intervenções nos casebres. Na gestão de Saturnino de Britto o mesmo já havia lançado planos de saneamento envolvendo diversos bairros centrais da cidade, projetos que estavam sendo influenciados por avanços modernizadores na cidade:

A onda modernizadora tomara conta das grandes cidades do mundo com o avanço do capitalismo. As cidades passavam por transformações significativas, para atender os sonhos progressistas facilitar o avanço da “verdadeira civilização”. O Brasil não estava excluído dessas aventuras de modernidade no seu lado de concretização das mudanças urbanas que influíam no traçado da cidade (REZENDE, 1997, p. 30-31).

A década de vinte, deste século, foi um dos momentos históricos e significativos da tensão entre o moderno e o tradicional no Recife. Tensões que se expressavam nos debates dos seus intelectuais, nas notícias e opiniões registradas na imprensa, no cotidiano invadido por certas invenções e hábitos modernos. Ainda segundo Rezende (1997), o Recife seria cenário dessas mudanças feitas com a finalidade de renovar as instalações do porto, o que provocou inúmeras desapropriações.

O Recife era na época, uma cidade com cerca de 218.255 habitantes segundo o recenseamento de 1913 e iria entrar na década de vinte com uma população de 238.843 habitantes. Economicamente, o Recife era um empório comercial e não apenas praça de açúcar. [...] (REZENDE, 1997, p. 32).

A experiência de modernidade e reorganização da cidade nos anos 1920 e 1930 se produzirá numa discussão das reformulações urbanas e as transformações urbanas com a habitação popular nesse contexto. Recife entra na década de vinte marcada pelas lembranças de desapropriação de moradores de locais centrais da cidade. O processo de modernização requeria mudanças na economia, avanços tecnológicos, burocratização.

Com isso, a capital do estado passara a entender que existia a necessidade de um plano geral de expansão e remodelação, tal qual o da capital federal ou outras cidades no exterior. Com capacidade de dotar o município de um funcionalismo moderno, dessa maneira, integraria a cidade e atendendo as suas necessidades contemporâneas como: ordenação urbana, moradia, transportes, saneamento. Com isso, Sartunino fora executando as obras do

bairro do Recife no início do século e sem maior articulação entre o centro e os subúrbios, composta basicamente de linhas férreas e de bondes, o próprio rio, e de algumas estradas que integravam os arrabaldes ao centro.

Na parte das obras públicas salientava a adoção de um moderno sistema de construção de pontes de cimento armados, além da ampliação da quantidade de estradas e carroçáveis. A preocupação com a higiene dos prédios, com o aumento da rede de iluminação elétrica, a criação da repartição do saneamento, sob a orientação do famoso engenheiro Saturnino Brito (REZENDE, 1997, p. 38).

Um dos aspectos modernizantes que têm chamado atenção consiste, é sobre o impacto nas populações mais pobres, sobre os seus hábitos de moradia. Ao tempo que punha abaixo edificações de raízes coloniais, pavimentava e ampliava as ruas, combatia os cortiços, os casebres de palhas. Fica evidente de acordo com Lopes (2003, p. 18) “Reorganizava os serviços médicos hospitalares e de vacinação, o governo estadual procurava enquadrar as camadas pobres da população citadina nos ditames oficiais de higiene e bem viver”.

A historiografia informa que o segundo momento de modernização na cidade do Recife se deu pela gestão de Sergio Loreto, que marcou a história da cidade pelos seus aspectos urbanos, por elaborar e colocar em prática as intervenções urbanas e as políticas de higiene, o mesmo enfatiza os aspectos urbanos em um momento, do outro prioriza aspectos da modernidade. São as populações pobres que nesse período tem seu hábitos de moradia e de comportamento observados, e o impacto que consiste sobre as classes baixas amplia a quantidade de pessoas que não tinham onde morar, visto que tiveram sua moradia derrubada.

Com isso, uma década depois, especificadamente os anos de 1937-1945, o interventor federal declarou “guerra” a moradia popular e conseqüentemente ao pobre, visto que as condições de moradia era fruto das péssimas condições econômicas, possibilitando que Agamenon para compor seu plano de demolição dos casebres alegasse que os mocambos gerariam a pobreza e não que eram resultante das desigualdades que os habitantes do Recife viviam.

A guerra contra os mocambos, que usualmente aparece na maioria dos estudos acadêmicos como uma ação única do poder do Estado pode agora passar a ser vista de um outro lugar. No Recife de Agamenon tinha-se produzido um espaço onde puderam proliferar os mocambos. O governo do interventor não arredou uma palha para impedir essa proliferação. Ao contrário esteve lá com sua polícia de vigilância e costumes. Legislou naquele espaço autorizando a construção, isentando débitos de imposto devido e definindo até formas arquitetônicas dos mocambos (LEITE, 2010, p. 11).

As medidas tomadas pelo Estado Novo para que as famílias que não tinham condições vivessem em terras devolutas do estado passou a colocar os mocambeiros em locais bem mais distantes, pois durante o avançar da década de 1930 e 1940, o discurso e as medidas contra o mocambo continuam a reverberar nos jornais e nas decisões da municipalidade. Era um projeto de antigos prefeitos e do interventor federal ver a cidade destituída de seus mocambos. A luta contra as imobiliárias ainda não era vista de forma tão presente. Já que muitas dessas terras ainda eram invibilizadas e marginalizadas.

3 A SOCIEDADE DOS ALAGADOS E MANGUES

O processo de ocupação e aglomeração urbana no Recife é fundamentada por fatores determinantes que possibilitaram uma disputa por territórios, disputa que permearam a escalada demográfica, traduzindo as péssimas condições dos pobres em busca de uma terra para morar, os debates que permeavam sobre a habitação popular desqualificava não só a moradia, bem como os sujeitos que nelas residiam.

Sanitaristas, higienistas e engenheiros, discutiam os perigos da propagação de doença por parte da habitação popular. Os pobres se instalaram em espacialidades inferiores, a ocupação do espaço se deu de forma precária para aqueles que buscavam um lugar na cidade. Os desafios encontrados eram muitos, visto que o saneamento era precário e redes de esgotos quase não existiam. Se por um lado, o Recife apresentava um desenvolvimento econômico, com vias de modernização e urbanismo. Por outro, os serviços de higiene, água e saneamento eram precários.

Para o historiador Humberto Miranda (2007, p. 2) “no final de 1920, a cidade do Recife já era marcada pelo desenvolvimento urbano, da indústria e do comércio”. Mas, em meio a esse processo ocorria o crescimento desordenado da população e das habitações. Antonio Paulo Rezende (2012, p. 106) outro pesquisador, acentua que “no início dos anos 30, o Recife continuava apresentando claros sinais de modernização” com a formação das indústrias e do comércio, crescimento do porto.

Tal desenvolvimento esteve acompanhado pelo crescimento desordenado das camadas populares, gerando diversos problemas sociais como: precárias condições de moradias, desemprego e o comércio informal. Com esse cenário, não era difícil de encontrar crianças, mulheres e homens vivendo na pobreza. Eram em sua maioria trabalhadores, vendedores, pescadores, catadores de mariscos e caranguejos, pessoas humildes que sofriam com problemas de alimentação, abrigo e trabalho.

Assim como em outras metrópoles brasileiras, a quantidade de pessoas vivendo de forma precária era bastante expressiva já que o desenvolvimento industrial, provocou reestruturação do espaço e a população de baixa renda que residia em áreas centrais, tanto fisicamente como estrategicamente teve que mudar de lugar, populações essas que viviam nos mangues do Recife. A busca por habitação, um solo e infra-estrutura, fez com que as terras de planícies alagadas tornaram-se a base de formação da cidade.

Tais fatores, somados a desigualdade, significou uma exclusão não só financeira, mas geográfica e espacial das populações vulneráveis. Assim, iria se formando a cidade aquática,

formada por mocambos, espaços que muitos não queriam frequentar e o setor imobiliário, ainda não tinha interesse em explorar.

Eram nesses locais insalubres que as construções ganhavam nomenclatura de mocambo, decifravam a miséria na urbe, visto que delimitava espaços no processo do fenômeno urbano, apresentando critérios de segregação. Assim, uma outra imagem da cidade iria se formando, através de critérios de segregação mesmo que marcada pelo desenvolvimento urbano, crescimento das indústrias e expansão do comércio. A ocupação das terras no Recife revelaria o crescimento desordenado, o desemprego e as precárias condições de moradia, gerando problemas sociais. Esses fatores, comprometiam o desenvolvimento da cidade.

São nesses lugares que “se expressa a irreverência de atitudes e sociabilidades que eram estranhas a família burguesa” (PESAVENTO, 1998, p. 32). É no processo de formação que a cidade podem ser vistas como local de exclusão, são locais que a pobreza ganha plena visibilidade. Os mangues mais pareciam proliferar o mocambo e a pobreza.

O acesso ao solo e a habitação se deu através da aglomeração urbana, a população mais pauperizada, erguiam seus mocambos sem acesso a infra-estrutura, os mocambos foram se proliferando intensamente em trechos de alagados, córregos, e muitos em áreas centrais próximo aos rios Beberibe e Capibaribe. Assim, aconteciam as instalações de tipo mocambo que incorpora-se a expansão e crescimento da cidade.

Por volta nos anos quarenta do século XX em terras molhadas e encharcadas de lama e pobreza. A desorganização com a distribuição territorial e formação dos mocambos, deixava as autoridades em alerta, visto que a preocupação na época do higienismo no Brasil aparece como uma ampliação do saber médico, a preocupação com as possíveis doenças que esse tipo de moradia poderia acometer a sociedade. Nesse sentido, é a partir do século XIX que as habitações populares se espalham pela cidade do Recife pelas zonas desprezadas da cidade. E nessa configuração que se acentua ainda mais as desigualdades, são nesses espaços que se atravessam histórias das comunidades ribeirinhas, são histórias que recordam a memória de pessoas que viviam nas águas, de pescadores e marisqueiras que conviviam nos manguezais.

3.1 OS ALAGADOS DO RECIFE: OS HOMENS DOS MANGUES

Os alagados do Recife eram uma constante na paisagem da cidade, foram marcantes, por onde as pessoas circulavam, eram apresentados os mangues e conseqüentemente as habitações populares. Os alagados estavam por toda parte em torno do porto, polo atrativo para

o trabalho, considerado na época como civilizado. O Recife é formado por águas salgadas e águas doces, de pessoas procurando se ajustar próximos ao mar que repeliam os rios da cidade. “O Recife sempre viveu sobre o signo das águas, o Recife, o nome já indica seu compromisso com a água” (GOMINHO, 1998, p. 14), e nesse contexto, começou a surgir e se multiplicar a fisionomia dita primitiva da cidade na área dos alagados, onde famílias miseráveis moravam.

Foram nos espaços dos alagados que aos poucos foi-se construindo e estruturando os ignorados, esquecidos sujeitos às margens do Rio Capibaribe, nos mangues da cidade, local onde os populares buscavam se alimentar de caranguejos. A cidade do Recife é formada quase abaixo da linha do mar, por mangues, águas e pontes. Locais que aos poucos foram sendo aterrados para a construção de moradias compostas por materiais alternativos. Diversos foram os grupos humanos que viveram geração após geração da prática de catar mariscos, pegar caranguejos para sobreviver por razões, sociais, culturais, políticas e econômicas, de modo que os rios e os mangues tinham uma grande importância para essa população. O jornal Diário de Pernambuco demonstrou que as famílias pobres viviam nas regiões de alagados em busca de sua alimentação e meio de vida:

Passeio de bote, um bote vem das ruínas do buraco, traz três moças que o canoero transporta a dois tões. Tomamos o bote que caiu na correnteza e deslizava. [...] ma adente a embarcação chiou na areia. U´ma mulher com o filho, de cócoras, entretinha-se cavando os minúsculos buraquinhos de mariscos. Olhos presos no chão a preta tira longas baforadas do cachimbo e a fumaça enchia-lhe o rosto, o fumo sobe e por momento a sua cabeça, desaparece na fumaça. Vestia branco e um pano cobria-lhe as carapinhas, a moda turca, enroscado na cabeça.

Móises leva a lata pr´a a tua vó!”

O menino já deixará o serviço e estava junto ao bote, lavando um galho de manguê pr´a pegar siry. Lá pro fim da croa uma velhinha também cavava e sua vasilha já não cabia mais nada. A velha chamou Moisés e o menino correu com a lata na mão. O reporter procurou colher da mulher algumas informações.

Com quem falô? o senhô e fiscá?

Depois de saber o nosso intuito se apresentou:

Francisca Dias do Nascimento sua creada. Em seguida foi nos dizendo:

“Quando a maré seca a crôa descobre, vem muita gente catar mariscos. Vê o buraco, como os das formigas e só é meter a foíce. Com meio palmo, um palmo, ou até na flor na flor da terra se acha marisco. Pelas beiradas dessa crôa é coisa que não falta. Todo dia do anno, a maré seccou, agente vem cava e sae na outra enchente. umas aramjam muito e outras menos”. Deixamos Francisca dias em paz, escavando o solo e o canoero colocou o bote de novo nas águas. Fomos a uma crôa grande. Lá perto de 50 pessoas entre mulheres e meninas crianças, entregavam-se ao mesmo officio (A VIDA..., 1937, não p.).

Ao passar de bote para fazer uma reportagem, os repórteres do Diário registraram as práticas de sobrevivência da família de Dona Francisca com seus filhos e netos. Era a forma de se viver nos mangues do Recife, á procura da alimentação diária, eram mais de cinquenta

peessoas procurando os mariscos, cavando buracos, tendo que conviver com a gentileza da natureza que em dias bons a maré não secava. Eram homens e mulheres que Josué de Castro (2010) chamou de “irmãs” e “irmãos” de leite dos caranguejos. Grupos humanos, que à margem do desenvolvimento urbano, erguiam suas moradias e buscavam suas alimentações.

Eram locais onde as marés podiam secar ou causar enchentes, onde populações humanas viviam de maneiras insustentáveis, onde eram erguidas os mocambos, símbolo de uma estrutura social e política desigual que promovia a exclusão do ponto de vista do desenvolvimento humano. A cidade do Recife enquadra em sua história um processo de ocupação do solo e degradação ambiental que estava diretamente ligada à degradação de vida da população pobre.

Comunidades que se formavam embasadas em histórias de vida que se organizavam e se estruturavam em pequenos espaços desconhecidos, esquecidos, e ignorados às margens do Rio Capibaribe, nos mangues, antes povoados por caranguejos. Com isso, analisada o Recife como um subsistema espacial fica claro que, apesar das relações das populações pobres com a natureza era grande, a região possui relações internas autônomas, através dos rios e da dinâmica de vida de seus moradores que lhe conferem um caráter próprio e diferenciado.

Ainda, enquanto a construção espacial que esses pobres habitavam eram desiguais, a região é a concretização dos processos sociais e incorporam a sua dinâmica das práticas e ações humanas.

Figura 3 – A vida obscura dos pescadores de mariscos. Dona Francisca e sua família



Fonte: Arquivo da Hemeroteca Digital do periódico Diário de Pernambuco, Recife, 1936.

Assim, foram se formando comunidades como Caranguejo e Tabaiães, área localizada na zona centro-oeste da planície do Recife” (GONÇALVES, 2011, p. 39) foram formadas nessa dinâmica territorial das famílias desfavorecidas do Recife que buscaram sobreviver no entorno das águas. Parte dessas comunidades são partes que pertenciam a Ilha do Retiro e Afogados. Foram nesses locais que percebemos que o “Ciclo do Caranguejo” fazia parte de um complexo maior, já que estavam interligados não apenas os caranguejos, mas outros mariscos, o que mostrava como famílias que viviam “atoladas” nas lamas dos rios dependiam tanto do crustáceo bem como dos mariscos.

Esses sujeitos sofreram uma exclusão social e espacial na cidade. Muitas dessas famílias viviam sem acesso à educação e saúde. A “oferta” de alimentos e o baixo custo do solo foram motivos que possibilitaram a sobrevivência dessa comunidade. Segundo Mendonça (2012), foi no período de 1910 que as comunidades foram se formando ao longo da cidade.

Por volta de 1910 chegaram os primeiros moradores de Caranguejo, que formaram uma comunidade de pescadores, cuja a sua vida provinha do rio Capibaribe. O nome do “Caranguejo” se devia a abundância deste crustáceo na ocupação dos manguezais [...] o caranguejo resistiu ao longo dos anos a política da liga contra o

mocambo entre os anos de 1937-1945. Na qual eclodiram diversos conflitos, pela cidade, entre o Estado e os “mocambeiros”, com a demolição de 12.437 dos 45.000 mocambos existentes, especialmente nas mediações entre Recife e Olinda para abertura do canal do Derby-Tacaruna (MENDONÇA, 2012, p. 57-58).

Nesse processo de ocupação e aglomeração no Recife, o quadro de pobreza caracterizava-se por graves problemas ligados à infra-estrutura, tendo a moradia e o saneamento básico os principais problemas que essa população passava. A ocupação desordenada no Recife deu origem ao chamado bolsões de pobreza. A ação desses sujeitos por intermédio de intensos aterros realizados sobre os mangues e rios, era um papel decisivo para a expansão da cidade e de sua pobreza. Tal expansão urbana trazia um inchaço populacional que logo se manifestaria no chamado problema habitacional e a insalubridade. Aos poucos foram surgindo as áreas de pobreza⁵, dessa maneira eram levantadas as construções simples sobre aterros às margens dos Rios que cortavam a cidade, ou em suas proximidades.

À vista disso, chegaram os primeiros moradores da comunidade Caranguejo, que fora formada por pescadores e marisqueiras cuja a sua vida provinha do rio Capibaribe, muitas dessas famílias não só se alimentavam, mas viviam da venda dos crustáceos e mariscos. Esse cenário fazia do Recife uma capital com explícitos problemas de desigualdade visto suas moradias. Não só a comunidade do Caranguejo bem como outras comunidades que também viviam nas mesmas condições do consumo do caranguejo e mariscos foram sendo erguidas, Monteiro Neto (2003, p. 62) mostra ainda que a

comunidade erguida no manguezal de afogados do Recife na primeira metade do século XX, são pescadores de caranguejos, pessoas que tiram do mangue o seu sustento. Suas casas construídas de massapé, madeira e palha do local, e sua principal alimentação, os caranguejos até as crianças eram criadas tomando mingau com o caldo (leite da lama) desses bichos que “fervilhavam” nas margens do Capibaribe.

Era o outro Recife de gente triste que tinha que se alimentar do caldo do caranguejo, e dos mariscos. Assim, a Cidade Maurícia passou a crescer desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais. Em contrapartida, os aterramentos, não tardou a revelar sua fragilidade. Nesse sentido, o meio ambiente fora sendo degradado na busca pela sobrevivência gerando problemas socioambientais. As estratégias de sobrevivências dessas comunidades além do aterro dos mangues e o levantamento dos mocambos foram a busca pela alimentação dizia que muitos catadores de caranguejos

⁵ Áreas urbanas da cidade do Recife definidas como assentamentos habitacionais, considerados de baixa renda, surgidos espontaneamente e carentes de infra-estrutura, localizadas principalmente e áreas com maior nível de precariedade da cidade: alagados, encosta de morros e manguezais.

chegavam a imitar sons da natureza para conseguir a sua alimentação. “Aproveitando-se que os caranguejos ficavam desorientados em dia de tempestade com trovões, homens forjavam barulhos para simular essa situação e capturá-los” (MONTEIRO NETO, 2003, p. 38-39).

Relembrando João Cabral de Melo Neto, os catadores de caranguejos e mariscos para ele eram heróis, visto sua esperteza diante da adversidade “São heróis de um mundo à parte, são membros de uma mesma família, de uma mesma nação, de uma mesma classe: a dos heróis dos mangues” (MELO NETO, 1994, p. 43). Em sua obra, o autor faz descrição das condições sub-humanas nos mocambos do Recife, mostrando uma denúncia através do rio e a situação de exclusão da comunidade ribeirinha às margens de tudo.

Do outro lado do Recife, às margens dos rios a pobreza e miséria das habitações fazia parte da paisagem da cidade. Muitos não vivendo na comodidade tinham que batalhar todos os dias pela comida diária. Homens, crianças e mulheres passavam a disputar os espaços da cidade. Marcada por profundas contradições eles acabam por criar estratégias e resistências diante da miséria em que viviam. Assim, os catadores de mariscos disputavam entre si o momento da caça e coleta:

O “unha” de “velho” e cobiçado e sempre difícil, só a muito custo é apanhado [...] Para ir apanhar o marisco, cavando a superfície molhada da areia dos mangues, nas vasantes das marés, mais de mil pessoas se preparam, fazem calculos, convidam amigos, acertam hora e, no momento aprazado, todos se dirigem para a Corôa do Passarinho, no Pina, para Volta do Sino, em Santo Amaro e outros lugares. O marisco, assim, passou a ter, como a manga a jaca e o abacaxi, a época de sua safra. Época que coincide, justamente, com os dias das grandes marés. O marisco é trazido do mar, pelas águas das marés cheias. E’ trazido e coberto por uma fina camada de areia, como um presente que o oceano quizesse oferecer á gente pobre que habita á beira dos braços do Capibaribe (PESCADORES..., 1938, não p.).

Era dos rios que retiravam o seu sustento, da marés e das cheias. Dessa maneira, a cidade apresentava um visível crescimento da pobreza e do subemprego, ao mesmo tempo em que surgiam discursos de urbanização, decréscimo social e econômico, a ocupação dessa população se deu por “volta dos anos de 1910, com o processo de expansão da cidade e se intensifica mais nos anos de 1920” (SILVA, 1997, não p.). Apesar das diversas histórias de vida os motivos que levam essas famílias a morar em habitações precárias nos alagados do Recife eram as péssimas, desemprego, expulsão da Zona da Mata e busca por melhores condições de vida nos centros da cidade.

Figura 4 – Pescadores de mariscos e caçadores de pérolas



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

A população pobre diante do enfrentamento das condições naturais, iriam se articulando como podia, vivendo e catando marisco no ambiente aquático do Recife. O lugar que fora definido pela dinâmica organizacional da cidade como o lugar dos pobres, nos alagadiços.

3.2 PROLIFERAÇÃO DOS MOCAMBOS: ENCHENTES NOS ALAGADIÇOS, O MEDO DOS HABITANTES DOS MANGUES

Os impactos provocados pelas enchentes, colocavam as populações carentes em situações desconfortáveis. Em Recife foram registradas enchentes desde 1632, umas de maiores e outras de menores proporções, mas que sempre causam muitos prejuízos à população, principalmente as camadas populares, por viverem em áreas consideradas de risco e

em locais mais vulneráveis. Uma das enchentes no Recife que deixou completamente submersas as habitações populares e fez com que a população sofresse grandes prejuízos na época foi a enchente da década de vinte.

Em 14 de abril de 1920, uma enchente deixou o Recife sem comunicação com o resto do Estado durante três dias. Postes caíram, linhas telegráficas foram interrompidas, pontes vieram abaixo, entre elas a da Torre. Os bairros da Caxangá, Cordeiro, Várzea e Iputinga ficaram totalmente isolados do resto da cidade. Já em 1924 outra enchente no Recife deixa os bairros da Ilha do Leite, Santo Amaro, Afogados, completamente submersos (GOMES, 2019, p. 24).

Eram nesses solos ainda mal consolidados que as habitações eram erguidas, foi crescendo o Recife dos mocambos. As comunidades ribeirinhas conviviam com a possibilidade de sobreviver do Rio Capibaribe, da maré, mas também viviam assombrada pelas possibilidades das enchentes, visto que os pobres enfrentavam as consequências de suas habitações em posições próximas aos rios. Eram casebres entrando por dentro da maré e a maré invadindo os casebres. Segundo Paulo Cavalcanti (1987, p. 75), em suas memórias, conta casos em que:

Por condições geográficas, o Recife é um grande charco, braços de rio cortando a cidade em todas as direções, canais e zonas ribeirinhas que, a cada dia, se estreitam pela desenfreada ganância da especulação imobiliária. É o homem violentando os rios, desenraizando de seus caminhos água que, à preamar, nas fases invernosas, volta a tomar de assalto o seu leito, criando calamidades sociais.

Cavalcanti (1987, p. 75) ainda completa: “Josué de Castro descrevia o Recife como a área do ‘ciclo do caranguejo’: o homem alimentando-se dos caranguejos e estes nos desejos humanos alimentando-se de quem os come”. Tais histórias relatadas mostravam que os pobres destas áreas viviam entre o caranguejo, o rio e medo das possíveis enchentes. Assim viviam e se formavam os grupos humanos que construíram suas histórias gerações após gerações às margens do desenvolvimento urbano em mocambos.

“Ao confrontar a condição prodigiosa de cidade das águas, registra os seus efeitos sobre o território, ao indicar “mais as cheias de 1924 foi madrastra, levando de rojão os mocambos das zonas ribeirinhas, avançando por caminhos nunca dantes navegados” (CAVALCANTI, 1987, p. 49). Invadindo novos aterros da cidade, deixando a população assustada. Consequências dos efeitos das ações do homens no processo de edificação urbana e aterramento das áreas alagadiças.

Não era apenas a maré que invadia a casa e os braços dos rios, mas também os lixos e

esgoto adentravam os mocambos, homem e natureza se invadindo mutuamente. Vivendo em precárias condições habitacionais e total falta de dignidade humana se formavam os mocambos sem rede de esgotamento sanitário e com possibilidade de desabamento, desde sua formação o interventor federal evidenciava o problema da moradia popular:

Folhas de zinco, tábuas velhas, capim seco, o que for encontrado no lixo ou nas demolições serve para construir uma parede e a coberta da lugrume morada. Esse material não resiste ao vento e às chuvas, vivendo por isso, o habitante do mocambo, ao relento, tangido pelas goteiras e a ameaça do desabamento de seu casebre (HABITAÇÃO..., 1942, não p.).

A população habitante dos mangues surgiam como mais uma sociedade dentro dos alagados, já que a primeira eram as do caranguejos, dos quais serviriam de alimentação aos mesmos. Assim fora se evidenciando a existência de outro Recife, de casebres frágeis, construídos de restos de matérias jogados fora. Se por um lado, os rios contribuíram com a extensão do seu curso no sentido de levar sedimentos e formar planícies para a proteção dos casebres, serviam também como via de transporte dos próprios moradores, causando medo em momentos de chuvas por causa das enchentes:

Com muitas chuvas caídas desde ontem, começaram a surgir as triste consequencias, logo ao primeiro “pe de água, como chama o povo do mocambo, a parede frente a pobre morada não resistindo a furia das águas, que tomam agora todo o leito da rua e adjacências, formando um rio e interrompendo o trafego, rui por completo e ameaça derrubar as outras paredes aliás sob um peso de um tecto já bastante velho arruinado. Residiam no mocambo a senhora Francisca Guimaraes Santos viúva do sr. José Pereira Santos (O INVERNO... 1938, não p.).

A prática do aterramento do solo recifense para a construção dos mocambos, era necessário, mas problemática, visto que as consequências eram desastrosas, sendo o solo da cidade constituído por “bacias naturais percorridas por rios, baixos e gamboas, apresentava facilmente alagável” (LIMA, 2009. p. 5). Dessa maneira, o Recife desvelava as desigualdades e angustias dos mocambeiros, tendo que viver com a possibilidade da destruição de suas moradias pelas enchentes do Capibaribe.

O rio, fonte de alimento se tornaria também sinônimo de medo, já que as populações viventes às suas margens temiam inundações em seus casebres. É através da geografia de exclusão que o Recife abriga as camadas populares, famílias bastantes numerosas. Em fragmentos do poema do João Cabral intitulado: O cão sem plumas, observa-se a face obscura dos catadores de mariscos, mocambeiros da cidade; “aquele rio, era como cão sem plumas [...] sabia dos caranguejos de lodo e ferrugem. Sabia da lama, como de uma mucosa. Devia saber

dos polvos. Sabia seguramente da mulher febril que habita as ostras” (MELO NETO, 1994, 52). Assim, crescia desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais.

Em contrapartida, o desvario irresistível de uma cínica noção de progresso que elevou a cidade posto de metrópole do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade nos manguezais através das péssimas condições de vida dos moradores do mocambo (ZHIOMN, 2013).

A assistente social Rosa Maria Cortês de Lima (2009, p. 16), ao analisar dados da Comissão Censitária dos Mocambos, informava que o censo registrou no período um aumento da população: “o crescimento tornava-se-á vigoroso a partir de 1940, quando se observava um incremento de 449 mil pessoas, no espaço da cidade, correspondendo a 129% entre 1920, 1940”. O crescimento se tornou intenso atingindo a cidade, visto o crescimento desordenado das habitações populares e consequente da pobreza.

Portanto, os fatores condicionantes do processo de ocupação urbana recifense, esteve diretamente ligada aos aspectos da natureza locais onde as águas faziam parte das comunidades sejam pelas enchentes, ou por serem áreas que atravessam os braços da maré. O interventor afirmava em seus artigos no periódico Folha da Manhã, que não tinha como conhecer o Recife, sem antes conhecer os aspectos naturais que estavam interligados a essa cidade. Em visita feita por Agamenon à Ilha de Joana Bezerra e Afogados o mesmo relatou aspectos de pobreza existentes nesses locais bem como a necessidade de acabar com as habitações dos pobres:

Para conhecer o Recife, é preciso lutar contra o mocambo. Andar toda parte. Atravessar os braços da marés e ver onde há terra firme. Conheci domingo a Ilha de Joana Bezerra, que fica em Afogados, a margem da linha Great Western, dando para o Hospital Pedro II para rua Imperial e para a estrada dos Remédios. Era inacessível a pé enxuto. Junto dela fica outra ilha, a do Maruim. Também inacessível aos pedestres. Os seus habitantes pediam-me a ponte. Ponte de madeira, ou qualquer coisa parecida, que lhe evitasse andar de jangada todos os dias ou arriscar a vida atravessando o pontilhão da Great Western (A ILHA... 1940, não p.).

Esses fatores mostravam a aglomeração, o quanto tais lugares eram de difícil acesso, espaços que até então não continham interesse da cobiça imobiliária, áreas de antigos engenhos e canaviais, que foram invadidas pelos mocambos. Pertenciam às famílias ilustres do açúcar de rendeiros dos engenhos, tornam-se locais da decadência dos engenhos, propriedades da família Visconde de Albuquerque. O interventor revela, ao retornar a Ilha para inauguração da ponte, que ficara bestificado com a quantidade de moradores existente naquele local:

Mandei fazer a ponte, ponte que eles chamaram do Fernandinho, local do pontilhão do Great Western, “fui inaugurar a modesta passagem de travessa de madeira. A

multidão que me esperava era surpreendente. Saia gente dos mangues e dos mocambos que espantava (A ILHA..., 1940, não p.).

Eram famílias em comunidades rodeadas por lamas e águas, com dificuldades de locomoção, sem rede de esgoto ou saneamento adequado. Foram nesses locais que cresceu a mocambópolis com seus habitantes anfíbios, vivendo como caranguejos e alimentando-se dos mesmos. Entre o rios Capibaribe e Beberibe, nascia as comunidades dos caranguejos, as ilhas do Maruim, Joana Bezerra e Afogados, locais que residiam os mocambeiros surgindo da lama natural dos mangues.

Através do processo urbano industrial e do projeto de remodelação da cidade, Agamenon, seguindo uma proposta de modernidade para o Recife, buscou apagar esta natureza, aterrando os manguezais e construindo sobre eles as vilas operárias, como proposta da modernidade. Todavia, como a natureza do mangue teimava em ressurgir, iam-se colocando para dentro delas aqueles seres humanos negados pelo processo urbanístico.

Figura 5 – Mocambos de palhas e de barro, tipo do mocambo palha terra



Fonte: Museu da Cidade do Recife. Disponível em: <https://museudacidadedorecife.org/acervo/fotografia/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Desse modo, a cidade fora crescendo desordenada, sem infra-estrutura em regiões baixas, próximas da maré. Comunidades que viviam amedrontadas com as chuvas, já que o

mesmo rio que proporcionava a alimentação provocava cheias em épocas de maré alta e chuvas constantes. O crescimento dessa população produzia efeitos no desenho da cidade. Em entrevista feita pela antropóloga Maria Sheila da Silva, a uma das moradoras mais antigas da comunidade do Caranguejo conhecida por Dona Olga, senhora de cerca de 70 anos na época, percebe-se a importância dos seus relatos sobre as condições de sobrevivência e moradia dessa comunidade. Se expandia sem água tratada, bebendo água dos chafariz e se alimentando de mariscos e caranguejos:

Quando cheguei aqui para morar não tinha calçamento as casas eram de taipas, outras de palha, outra era de tabua coberta com palha, era um rebuliço. Não tinha calçamento, não tinha água só tinha luz, e de vez em quando faltava. Água não tinha agente atravessa a pista para o outro lado, que tinha a água do chafariz era o dilema daqui. Quando a maré enchia saia lá fora na pista, quando o mar secava, as casas ficavam tudo cheio de lama com muito caranguejo, muito chié, muito siri. Porque a maré enchia tudinho. Aqui passava bote quando a maré enchia (SILVA, 2004, p. 41).

A história de vida de dona Olga, expressa muito bem tantas narrativas de outros moradores da comunidade. Histórias de lutas, na busca por sobrevivência que diante das chuvas e marés, tinham suas casas invadias pelas cheias e lamas. Vivendo como Josué de Castro descrevia: alimentados na infância com caldo de caranguejo, o leite de lama:

Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama, de se terem em lambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues e de se terem impregnado do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com suas duras carapaças também enlambuzadas de lama (SILVA, 2004, p. 41).

Habitando nos manguezais, às margens da sociedade (literalmente), esses fatores somaram-se como determinantes as questões políticas e econômicas, já que o processo de ocupação e formação urbana da cidade, provocava a periferização da população, que por questões adversas ergueram suas habitações nos córregos, morros, e alagadiços da cidade, assim concorreram, para a instalação em locais de espacialidades desiguais, configurando um território esquecido, como afirmava historiadora Sandra Pesavento (2001, p. 9) “uma outra cidade”.

A diferença é um dado posto pelo real, na medida em que, por exemplo, possamos admitir que a estrutura social se compõe de forma contraditória, articula-se de modo desigual e constrói-se no enfrentamento de representações que se constituem sobre o social e que atribuem sentido a esta diferença, classificando-a e produzindo novas partilhas e divisões (PESAVENTO, 2001, p. 9).

Dessa forma, ocupando espacialidades desiguais, os habitantes dos mocambos foram definindo seus territórios, tendo que conviver com o medo de enchentes, visto que a época da busca pelos mariscos e caranguejos acontecia em períodos de maré alta “Época que coincide, justamente, com os dias das grandes marés. O marisco é trazido do mar, pelas águas das marés cheias” (PESCADORES..., 1938, não p.). O que ao mesmo tempo era motivo de alegria e de tensão aos moradores dos alagadiços da cidade. As cheias aconteciam porque boa parte dos manguezais eram aterrados, sendo assim a água tanto da chuva como da maré, não tinham pra onde ir, provocando o alagamento. Os terrenos foram perdendo os seus isolamentos naturais, visto que os aterros eram sucessivos, essa situação se agravava ainda mais quando o interventor federal passou posteriormente a aterrar os alagados para as construções das casa de alvenarias.

Figura 6 – Rio Capibaribe, década de 1940. Fotografia de Alexandre Berzin.



Fonte: Museu da Cidade do Recife. Disponível em: <https://museudacidadedorecife.org/acervo/fotografia/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Como parte integrante da planície dos alagados, os mangues, conforme foi possível observar, possibilitaram alimentação diária de muitos, além ser palco na prática de disputas pelos pobres para obtenção do espaço na luta para erguer o seu mocambo. A (ex) cidade “Maurícia” passou a crescer desordenadamente, à custa do aterramento indiscriminado e da destruição dos seus manguezais, que estão em vias de extinção. A cidade cresceu às custas da

pobreza e destruição de seus aspectos naturais, se agravando com as migrações:

Em contrapartida, o desvario irresistível de uma cínica noção de ‘progresso’, que elevou a cidade ao posto de ‘metrópole’ do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade.

Bastaram pequenas mudanças nos ‘ventos’ da história para que os primeiros sinais de ‘esclerose’ econômica se manifestassem, no início dos anos 60. Nos últimos 30 anos a síndrome da estagnação, aliada à permanência do mito/estigma de metrópole, só tem levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e dos caos urbano.

Recife detém, hoje, o maior índice de desemprego do país. Mais da metade dos seus habitantes moram em favelas e alagados e, segundo um instituto de estudos populacionais de Washington, é hoje a quarta pior cidade do mundo para se viver (ZHIOMN, 2013, não p.)⁶.

Nesse sentido, o manifesto revela que o século XX é marcado por um novo ritmo econômico e social, as experiências vividas ao longo do século mostrou que a Revolução Industrial e o desenvolvimento técnico do capitalismo, trouxeram novas formas de viver e conviver aos quais os homens tiveram de se adaptar, sejam eles pobres ou ricos, criando novas relações, representações e temporalidades. Nesse perspectiva, o dinamismo dos grandes centros urbanos, atrairia muitas famílias pobres e desempregadas, pessoas que migraram do interior em busca de melhores condições de vida.

Assim, as cidades recebiam novas máquinas, modos e hábitos que as tornaram um espaço diferente, palco propício para novas efervescências sociais e culturais. Com isso tornou-se um polo atrativo, o que possibilitou o desenvolvimento demográfico, “em 1882 a população da cidade do Recife era de 34 mil pessoas e, em 1940, já havia 348.410” (LIMA, 2006, p. 33). Fruto da expansão urbana que trazia benefícios, como investimentos em novos equipamentos, mas também um inchaço populacional, que logo se manifestaria no chamado problema habitacional, desemprego e insalubridade.

Ao lado do crescimento urbano, proliferava a desigualdade social e conseqüentemente decaía a qualidade de vida da população. Nesse período também, havia as preocupações dos médicos sanitárias com a questão das doenças, visto que a meta era o saneamento e embelezamento da cidade. Nessa perspectiva em tal período as políticas higienistas surgem com a função de ampliação do poder e do saber médico.

O trabalho e as condições financeiras foram elementos importantes para se pensar na saúde e insalubridade. A população pobre surge como uma ameaça, já que desempregados, mal alimentados o pobre e suas habitações se tornaria através das representações sociais o

⁶ O fragmento do manifesto “Caranguejos com Cérebro” apresentado neste capítulo é referente a primeira versão do documento, publicado no Jornal do Comércio em 1992. A segunda versão, que apresenta modificações, foi publicada no encarte do CD “Da Lama Ao Caos”, de Chico Science e Nação Zumbi, no ano de 1994.

propagadores da insalubridade e conseqüentemente das doenças, tornando-se uma ameaça social. Por essas razões o interventor tentava convencer os moradores dos mocambos que suas habitações eram fruto de suas tristezas, desconfortos e doenças. Pois saindo das moradias melhorariam de vida. As políticas de Agamenon através do Instituto de Previdência possibilitaria a retirada dos mocambos dos centros das cidades, mas alegava ser sua ação um benéfico para a população dessa forma investiu nesse discurso.

3.3 MIGRAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO EXPULSO PELAS SECAS EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NO RECIFE

A busca por trabalho na cidade moderna e aspirações por melhores condições de vida, fez com que diversas famílias migrassem para o espaço urbano da cidade. O processo de ocupação e aglomeração urbana só aumentava, a ocupação do território do Recife esteve diretamente ligada aos espaços dos quais se instalaram os seguimentos populares no decorrer da formação urbana da cidade. Nesse sentido, o processo de ocupação se deu pela migração de escravos libertos para a cidade em períodos anteriores, na busca de sobrevivência, e posteriormente pelos fluxos migratórios do homem do campo. Tal ocupação aconteceu de forma desordenada, através de uma locação de baixo custo em áreas de mangue e alagados da cidade. Conforme acentua Tânia Maria em sua tese sobre a tela de sincretismo dos mangues, o fluxos migratórios se deram por questões climáticas da zona da mata pernambucana:

[...] dezenas de pernambucanos e nordestinos, se retiram destas regiões para tentar a vida na crescente cidade do Recife, urbana e em processo de industrialização; outros retirantes vão participar de outros ciclos econômicos como o da borracha no Norte e o do café no Sudeste, “igualmente devastadores de homens”. Foi com os retirantes do Sertão e da Zona da Mata que habitaram a “Hong Kong da América”, a Veneza Americana, Recife (LIMA, 2007, p. 280).

Com esses fluxos migratórios foi crescendo a mocambópolis⁷ com seus habitantes anfíbios vivendo como caranguejos e alimentando-se dos mesmos. Como sabe-se, Recife, ilha flutuante entre os braços dos rios Capibaribe e Beberibe, surgiu da lama natural dos mangues. Culturalmente, com o processo urbano industrial, e como proposta de modernidade, a cidade tentou apagar esta natureza, aterrando os manguezais e construindo sobre eles uma cidade moderna. Aos poucos os mocambos ergueram-se pelos imigrantes traduzindo um estreito

⁷ Termo utilizado por Josué de Castro para caracterizar a zona dos mangues, formadas por mocambos habitados pelos homens-caranguejos em locais como Zonas de mocambos dos bairros de Afogados, Santo Amaro, Pina e Ilha do Leite (CASTRO. J. de **A cidade**. São Paulo: Braziliense, 1957, p. 15).

enfrentamento entre o homem e a natureza, entre os homens e as águas. Para Emmanuelle Mendonça (2012) esses conflitos se deram de forma a causar a degradação da natureza, já que as famílias iam se fixando nas áreas ribeirinhas.

No quadro do Recife se enquadra no processo de ocupação do solo urbano no qual a degradação ambiental é intrinsecamente relacionada a degradação esse cenário é marcado pela degradação do estuário do Rio Capibaribe entendido como um bem coletivo que rebate nas comunidades e nas vidas das comunidades Caranguejos Tabaiaras (MENDONÇA, 2012, p. 55).

Isto posto, eram identificados os cenários de conflitos socioambientais apresentados pela dinâmica de ocupação da cidade, e da formação das comunidades ali existentes. A prática de aterramento gerou consequências para o meio ambiente e conseqüentemente o desafio de se ocupar a cidade, visto que na busca por moradias, enfrentando as imperiosas condições naturais, a população pobre repelidas da seca para a cidade, buscavam no ambiente aquático porção firme de terra para se fixar gerando danos as áreas ribeirinhas:

A prática de aterramento do solo recifense gerou consequência desafiante na tarefa do fazer a cidade. Essa prática fomentava cuidado, utilização de técnicas das mais rudimentares as mais sofisticadas, isto porque, sendo o solo do Recife constituído por bacias naturais percorridas por rios, baixos e gamboas, apresenta-se facilmente alagável. Gerando para as áreas ribeirinhas problemas de escoamento das águas pluviais e de esgoto sanitário (LIMA, 2005, p. 41).

Logo, o homem sedento por um solo para morar vai se fixando ao longo do leito do Rio, abrindo caminhos e destruindo paisagens, dessa maneira, não só a vida era ameaçada pelas condições financeira dos ocupantes desses alagados, bem como recursos naturais, prejudicando a relação do homem com a natureza. Com isso, o enfrentamento dos imigrantes para erguer suas moradias, se deu de forma desordenada, através de uma locação de baixo custo em áreas de mangue e alagados da cidade. Para o autor citado abaixo, essas construções só foram possíveis pelo baixo custo investido, dada às condições daqueles que estavam à margem da sociedade:

Uma área de predileção para a população mais pobre da cidade, notadamente pelos imigrantes expulsos das áreas rurais, foi os alagados dos mangues. Ai literalmente e população construiu seu solo e reproduziu certos padrões edificadores do mundo rural. Também ali estava a localização do baixo custo do solo, [...] os manguezais que margeavam o centro do Recife, constituíram-se, redutos especialmente para escravos que ali não só construíram seus abrigos, mas supriram suas necessidades de alimentos, lançando mão da fauna do mangue: peixe, caranguejo, siris, ostras (BERNARDES, 1996, p. 135).

Por essas razões, o Recife fora se tornando a capital dos mocambos, formada em sua grande maioria por sujeitos das áreas rurais que passaram a morar em locais insalubres. Essa expansão urbana trazia um inchaço populacional, locais onde famílias moravam sem saneamento básico, literalmente nas lamas do Recife. Os grupos humanos que chegaram aqui no período da Segunda Guerra Mundial, passaram a habitar a planície da cidade e consequentemente teve aumento populacional.

O mocambo passou então a ser uma presença marcante na capital pernambucana, era nos alagados dentro de casas de materiais alternativos que residia a pobreza da cidade, local onde seus habitantes desfavorecidos lutavam por melhor condições de vida. Segundo a historiadora Dulce Pandolfi (1984), eram nesses locais que surgiam a grande concentração populacional, os quais posteriormente vão ser perseguidos pelo interventor federal, na busca de urbanizar e higienizar a cidade:

Ao mocambos cabia a responsabilidade pela grande concentração urbana, pelo êxodo rural. Forma de habitação improvisada e fácil de ser erguida numa cidade de áreas imensas sem construção. O mucambo, segundo o interventor teria contribuído para facilitar decisivamente a fixação do homem do campo nas cidades (PANDOLFI, 1984, p. 63).

Corroborando também para a insalubridade e, posteriormente segundo os médicos higienistas, para doenças. Aspirações pelo novo e pela sobrevivência fez com que muitos migrassem para o espaço urbano e alguns alcançara uma habitação e um trabalho. Outra parte impulsionada pela expansão e benefícios, faziam parte do inchaço populacional causado na cidade e tal situação se manifesta no problema habitacional no período. A interventoria tinha preocupação com o embelezamento da cidade, com o saneamento e remodelação urbana. Nesse sentido, trabalho e capital foram um dos grandes problemas enfrentados pelos imigrantes ao chegar na capital Pernambucana.

A falta de trabalho e a pobreza se confirmaria nas doenças e desemprego, aos que conseguiram um mocambo para morar, ainda tinham que enfrentar a fome nos alagados. Os ideias de salubridade que foram sendo frutos de ações de administradores da cidade desde a década de vinte, absolutamente contrários a persistência dos mocambos no Recife precisariam ser revisto, já que os mocambos das áreas urbanas continuavam a crescer e se proliferar. O Brasil passava pela experiência nacional de modernização, mesmo que economicamente não tivesse galgado as grandes indústrias comuns às nações europeias e norte-americana e nem gerado tão precocemente as baixas condições de vida urbana presentes nos subúrbios fabris, buscavam propor para o controle médico-sanitário e estético da sociedade, numa visão

comungada como uma das concepções da modernidade, segundo Goulart Filho (2000, p. 85):

[...] atrelar a ideia da urbe como moradia e da moradia como urbe foi levantado, ou seja, entender a cidade como uma extensão do cidadão e tratá-la como um corpo ou conceber a moradia e hábitos privados como uma extensão dos interesses de saúde pública foram as novidades dessa forma de atuar nas capitais brasileiras. Portanto, saúde, moralidade, ordem pública e progresso social, tão quanto as discussões sobre o aperfeiçoamento da raça e o complexo amálgama da sociedade brasileira, esteve o debate de como modernizar o espaço urbano com forte apelo à habitação popular como ambiente de intervenção.

Nesse sentido, medidas mais específicas à políticas higienistas foram tomadas para a contenção dos casebres, mas tais medidas não resolveria o problema habitacional, visto que as questões que estão interligadas as condições precárias de moradia se interligam com os fatores econômicos e sociais. A feição peculiar que imprime às habitações no Recife, se interligam ao formato do território, a elementos condicionantes naturais que repeliam os sertanejos para migrarem da capital pernambucana. Gilberto Freyre (2012), ao escrever sobre os estudos do cotidiano, apresenta também uma narrativa sobre os problemas da habitação popular em Pernambuco, provenientes das mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil. O mesmo afirmava que os desempregados tiveram amplo impacto no desenvolvimento da cidade, modificando a paisagem da moradia do Recife, visto que ficaram para os mais pobres os piores locais, as piores condições da habitação.

Ficou para os pobres a beira dos “lodaçais desprezados e até conservado alguns aumentando-lhes às vezes a propriedade nociva pela edição jornalreira de dejetos orgânicos. De modo que os casebres e mocambos, foram-se levantando, rasteiros, pelas partes baixas e imundas da cidade. Pelos mangues, pela lama, pelos alagadiços (FREYRE, 2012, p. 300).

Famílias passaram a sobreviver nos locais mais desprezíveis da cidade, além de ter que viver sem trabalho. Uma grande parcela desta população pobre passara a viver nos mangues da cidade, nos córregos e morros. As famílias que migraram para o Recife sedentas por melhoria, viviam em miséria e desamparo; o sertanejo ao chegar na capital pernambucana queriam beber dos mananciais recifenses, mas tiveram que enfrentar no casebres de palha e barro, situações um tanto desagradáveis. Segundo o urbanista e especialista em habitação do tipo mocambo, José Tavares Correia de Lira (1994, p. 734), essa famílias oriundas das secas viviam lamentavelmente em penúria:

O masseiro, a mulher e quatro filhos dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão coberta de zinco, custava 12 mil-réis por mês, água do mangue da maré cheia,

ia dentro de casa os maruins de noite escalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedía, e os urubus faziam por ali atrás petiscos, pero da rua levavam coró de boi [...] morria peixe envenenado e quando a maré secava os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando pelas biqueiras dos mocambos.

Portanto, o ciclo da pobreza persistia com condições de moradia péssimas e insuficiência alimentar. As diferenças sociais aumentavam, para explicar toda complexa situação, é importante perceber que no decorrer dos séculos XIX e XX a cidade passa por transformações importantes em sua geografia, vai ganhando pouco a pouco território devido anexação dos arrabaldes que cresciam nas suas cercanias e com a chegada de novos moradores advindo do interior, existiram problemas relativos à ocupação desordenada, tais como poluição de rios, córregos e lagos. Os aterros em mangues, a ocupação de terras e aglomeração urbana agravavam e faziam com que a cidade começasse a sofrer sérios problemas relativos à saúde pública como epidemias, devido a falta de estrutura sanitária e de habitação para a maioria de seus moradores.

A contradição era visível, visto que “em contrapartida, o desvario irresistível cínica noção de progresso que elevou a cidade ao posto de metrópole do nordeste não tardou a revelar a sua fragilidade” (ZHIOMN, 2013, não p.), essas palavras ecoam contra o desejo que era acalentado pelos administradores da modernidade, que fizeram da cidade, na metade do século XX em diante, diversas obras públicas para tentar controlar o ritmo da natureza.

Por essa razão, os estudos do autor mencionado abaixo são de imensa importância para o período, dado que o autor nos fornece elementos para a compreensão da migração dos sertanejos, o que possibilita o aumento sistemático da pobreza na capital pernambucana caracterizando a fisionomia da cidade:

Secas tangidas pelo vento do fogo do sertão, como um monturo humano. Eram emigrantes expulsos do outro latifúndio, do açúcar, este bem mais protegido pela lei, onde não podia haver invasões faltantes no feito da cana, sem tempo sem permissão para se plantar só um pé de milho ou de feijão para ajudar a matar a fome da família. E assim, o latifúndio do açúcar secretava sempre seus excessos de gente que o latifúndio da lama absorvia como um mata borrão e a cidade do Recife inchava, embebida daquela tinta grossa da miséria formando sua crosta de mocambos (CASTRO, 2010, p. 106).

Dessa maneira, enfrentando as imperiosas condições naturais e associando-se a população pobre, empreenderia a construção do solo de habitação, conquistando aos mangues. Esse agir requeria esforço, persistência, tralho exaustivo, realizado em determinando tempo, pois as lamas se transformariam em solo constituído de uma porção firme para acalentar os frágeis mocambos. Para a construção dos mesmos, conseguir erguer suas moradias esses

sobreviventes da seca, viram no Recife um refúgio. A atração pelas terras molhadas cobertas por águas, indica o lugar dos que foram expulsos das colheitas latifundiárias. A análise das condições de vida dos ocupantes dos alagados e mangues são descritos por Castro (1967 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 416):

Na minha arrogância que me fazia sentir dono do mundo, eu nunca esperara ser derrubado pelo beribéri, embora tivesse notícia que milhares de outros seringueiros tinham sido atacados dessa estranha doença que, naquela época, ninguém sabia o que era e que, hoje, se sabe ser uma doença da fome.[...] História de fome não é história que se conte-começou Zé Luís-, é só tristeza. Tristeza e vergonha. História feia. Mas, se vocês querem, eu conto assim mesmo. Conto a tristeza e a vergonha que a gente passou na seca de 1877. [...] Até então, a gente vivia feliz no sertão de Cabaceiras.

No século XX, Recife e as grandes cidades brasileiras, de forma geral, a alimentação básica da população pobre consistia no consumo do pão, carne-seca, peixe e feijão, pois nem todos alimentos possuíam, visando que saiam para trabalhar de barriga vazia. Á exemplo de muitos trabalhadores da construção civil, que mesmo inserido no mundo do trabalho muitas vezes não tinham alimentação, considerados como os homens que não comem.

Esse foi um problema que perdurou mesmo depois do regime estadonovista. Os pobres do Recife na década de 1930 e posteriormente, davam continuidade a sobrevivência e ter que lutar para morar e viver na cidade. Assim, existiam os retirantes, que mesmo trabalhando não tinham como se alimentar devidamente. Existiam os que não trabalham formalmente, pois viviam do comércio como ambulantes e aqueles que viviam da procura de caranguejos, mariscos e peixes para sobreviver.

Foi nesse processo de integração de novos elementos para o Recife, novas formas de sobreviver, com maior quantitativo populacional que os administradores da cidade tornaram-se capazes de integrar novas práticas habituais a possibilitar ações de controle social pelo estado consideradas como únicas eficaz na assistência e cuidados a população carente. Foi por essa ótica da alimentação e assistência que, o Estado Novo viabilizou inserir, segundo Castro (2010), uma discussão no ambiente político nacional, causando desconforto nesse cenário político nacional que até então, aceitavam como verdadeiras as visões de cunho determinista e biológico sobre classes em vigor no país desde o final do século XIX. Segundo o pesquisador, as condições naturais do Recife não possibilitaram melhorias para a população, na verdade gerou muito mais pobreza, como informa Castro (1967 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 418):

Fizeram do Recife um espaço heterogêneo, mesmo cosmopolita em alguns momentos, com suas vinculações fortes com as novidades estrangeiras. Para Josué

de Castro, o Recife viveu, desde as origens, sempre atraído por suas seduções opostas: pela atração do vasto mar salpicado de caravelas e pela atração o ondulado mar dos canaviais espalhados nas grande várzeas. Essas seduções, nem sempre opostas alimentaram as contradições sociais e econômicas que marcaram a história da cidade.

A convivência com o porto, a abertura para o comércio, posição geográfica que tanto fascinara e servira aos planos de holandeses, presença marcante dos canaviais como grande gerador de riqueza e ambições para o Recife como o valioso produto do açúcar, mostrou o lado amargo dos que buscavam a trajetória de vida na cidade, dos que migravam repelidos da seca. Eram em péssimas condições que viviam essas pessoas nessas habitações dão um caráter ainda mais primitivo. Segundo a interventoria, os mocambos mantinham continuidade na cidade, cada vez mais ocupando de forma desordenada.

Mesmo que em tempos anteriores os administradores estivessem proibindo a construção de mocambos na região central nos anos de 1920, isso não conseguiria conter os avanços dos casebres. Alguns estudiosos como Gilberto Freyre entendiam os mocambos como sinônimo uma arquitetura e da cultura popular do Nordeste brasileiro, mesmo sendo uma habitação precária. Porém os administradores os consideravam uma habitação miserável que precisava ser repelidas das imagens da cidade.

Por conseguinte, mesmo sendo marcadas como um problema social para a cidade, a falta de higiene e saúde pública, os mocambos da cidade não eram observados por um olhar mais atento e humano, dado que as questões relativas as condições de moradia estão interligadas diretamente com a condições financeira de seus habitantes. Com isso, mesmo sabendo que o problema da moradia era um problema de pobreza, os administradores e governantes buscaram culpar a habitação pelos infortúnios dos pobres da cidade. Essa perseguição a moradia popular ganha força maior no Estado Novo, visto que Agamenon Magalhães, buscou exterminar todos, o mesmo discursava que:

O mocambo é uma morada que não tem classificação na geografia humana. Não é forma de vida. É formar de morte. [...] Vamos para a frente, vamos fazer casas. Vamos derrubar os mocambos. Onde houver mocambo, há um sofrimento. Há uma revolta. [...] vamos acabar com ele (UM ANO..., 1940, não p.).

Com isso, mesmo no período de maior efervescência da luta do estado contra os mocambos, no momento de maior estardalhaço da intransigência de Agamenon na periferia do Recife, o mocambo se disseminava sem atropelos, e em alguns lugares eram até incentivados a se estabelecer por interesses comuns que articulavam um espaço de negociação entre detentores de terras e sítios - proprietários muitas vezes falsos - cobradores de alugueis, os

fazedores de casebres, a força policial e a população da localidade. Assim, não seria tarefa fácil acabar de uma vez por outra com os casebres de palha.

4 OS MOCAMBOS, O PROBLEMA DE MORADIA E A CONSTRUÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS NO ESTADO NOVO

O traçado da cidade e a proposta de modernizar a sua fisionomia urbana, foram organizadas pelos projetos do setor imobiliário e equipes técnicas do interventor, sendo incorporados interesses paralelos aos do mesmo. Agamenon Magalhães declarava a incumbência em extirpar os mocambos do Recife, mas ele não foi o único responsável pela sua efetivação. Além disso, não conseguiu impedir que esse tipo de moradia popular se multiplicasse nos arredores da cidade, chegando a compor os cenários dos córregos e morros do Recife.

É importante considerar, nesta parte do trabalho, que o problema da dos mocambos já era notado como uma questão social a ser resolvida por governos anteriores, que discutiam os problemas da moradia e a mortalidade por doenças, resultado das condições de higiene nas habitações. Portanto, o programa contra os casebres atendia apelos de médicos e de governos anteriores, os quais viam nos mocambos um grande mal para a cidade e a sociedade, como focos de doenças.

Entre os séculos XIX e XX, já circulavam discursos de um projeto modernizante social e urbano, cujas soluções transitavam entre as políticas públicas e a medicina urbana. As soluções apontadas defendiam a remodelação da urbe, quanto aos seus serviços como às suas construções e o controle deste corpo social considerado como perigoso, imoral e indesejável, vistos como lugares sem higiene. Antes do Estado Novo, na década de 1920, os médicos considerados mais ilustres de Pernambuco, já apresentavam medidas de profilaxia e saneamento do estado, como meio para a solução de problemas de doenças ligadas à habitação. Além da profilaxia e saneamento urbano, também se discutia a necessidade de saneamento do espaço rural (A SAÚDE..., 1923)

O problema dos mocambos já era discutido desde o governo de Estácio Coimbra que, na década de 1920, já dava destaque aos problemas causados pelos mocambos como um dos principais motivos da mortalidade infantil e outras mortes. Em seu governo foram produzidos muitos discursos sobre os males dos mocambos, como um dos grandes problemas do estado e o local de origem de várias doenças (LIGA..., 1928).

De acordo com o governador e os médicos da época, uma das causas das doenças infantis era a habitação dos pobres, considerada sem higiene e infectada de doenças. No ano de 1928, o Jornal Pequeno relata a visita do Governador a um Mocambo e descreve sua reação acerca daquela realidade habitacional, bem como da população que nela vivia:

Liga do visceralmente ao importante problema, está outro, não menos transcendente: o da habitação. Para que a questão da mortalidade infantil seja atacada com êxito, há necessidade da habitação higienica e barata, substituindo os infectos mocambos, fator devulto na letalidade da infância. O problema da habitação entre nós podermos assegurar-lo é uma das mais serias preocupações do governador do Estado. Convidado pelo ilustre Dr. Arthur de Sá, para visitar um lar pauperrimo, onde ocorrera o nascimento de duas criancinhas, tendo os seus paes implorado o auxilio da Liga [da Mortalidade Infantil] devido o extremo estado de pobreza em que viviam, o exmo, Sr. Dr. Estacio Coimbra acquiesceu prontamente. O genitor das crianças havia sido despedido do emprego que ocupava, argumentando isto a situação afflictiva da pobregente.

No domingo último, às 2 horas da tarde, o Dr. Estacio Coimbra resolveu visitar aquelle lar, situado no sitio do Bernardo. O local não é accessivel a automóvel, de modo que o trajecto, do largo do mercado da Magdalena até la, foi feito a pé. Ao entrar no misero mocambo, composto de uma única sala, medindo aproximadamente com 2 metros de largura por 2 de comprimento, a impressão que teve foi de grande tristeza. Ali, em promiscuidade, moram 12 pessoas. Lá estavam Pedro de Lima e sua esposa Capitulina de Lima mae de oito filhos, e que, a 25 de fevereiro ultimo, dera a luz a mais duas criancinhas.

Não escondeu o dr. Estacio Coimbra a tristeza que lhe causou aquele espetáculo. S.Exc. deu um donativo a Capitulina e apertou mão dos seus oito filhos. Indagando se destes, os mais velhos, já em idade escolar estavam aprendendo a ler e escrever, e recebendo resposta negativa o Sr governador declarou ir providenciar que eles frequentassem a escola (LIGA..., 1928, não p.).

Figura 7 – Visita de Estácio Coimbra ao mocambo

Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil

A sua acção benemerita

O GOVERNADOR DO ESTADO VISITA UM MOCAMBO
NO SITIO DO BERARDO – COMO REFLECTIU
O GESTO DEMOCRATICO DE S. EXC.



Em frente ao mocambo de Pedro Lima : ao centro, o dr. Estacio Coimbra, a visitadora Orvalhina Jacome e o dr. Arthur de Sá. A' direita do leitor, o capitão Antonio Rodrigues e á esquerda o jornalista Pedro Lima, marido de Capitulina de Lima.

aproximadamente com 2 metros de largura por 2 de comprimento, a impressão que teve foi de grande tristeza.

Alli, em promiscuidade, moram 12 pessoas. Lá estavam Pedro de Lima e sua esposa Capitulina de Lima, mãe de oito filhos, e que, já 25 de Fevereiro ultimo, dera á luz a mais duas criancinhas.

Não escondeu o dr. Estacio Coimbra a tristeza que lhe causava aquelle espectáculo.

S. exc. fez um donativo a Capitulina e apertou a mão dos seus oito filhos.

Indagando si destes, os mais velhos, já em idade escolar, estavam aprendendo a ler e escrever, e recebendo resposta negativa o sr. governador declarou ir providenciar para que elles frequentassem a escola.

Os paes das crianças agradeceram, commovidos, aquelle gesto de s. exc.

Para o sustento das criancinhas, que se chamam Mathias e Martha, a Liga dará uma mensalidade de 50\$, com a condição de sua genitora amamentá-las.

A visita do sr. dr. Estacio Coimbra áquelle local, grande centro de habitação da nobreza, foi recebida com

Fonte: LIGA..., 1928, não p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&PagFis=43393&Pesq=Liga%20Social%20contra%20o%20Mocambo>. Acesso em: 15 out. 2019.

Na década de 1930, o problema dos mocambos tinha se ampliado bastante. O debate das profilaxias e da higienização da habitação dos espaços pobres não era novo, mas uma condição do novo governo apresentar uma solução ao problema. É desta forma que em 1939 se funda a Liga Social Contra oMocambo:

Figura 8 – “Fundação da Liga Social contra o Mocambo”

ANO XLII Nº 100000 12 de Junho de 1939

JORNAL PEQUENO

FUNDADOR: "TERRA" GIBSON

ORÇÃO INDEPENDENTE E NOTICIOSO

Assinaturas: ANUAL: 1000\$000 SEMESTRAL: 500\$000 MENSAL: 100\$000

A FUNDAÇÃO DA LIGA SOCIAL CONTRA OS MOCAMBOS

Como decorreu a reunião de ontem no Palacio do Governo, presidida pelo inter-ventor Agostinho Magalhães



Figura da grande reunião de ontem no Palacio do Intervenente, presidida pelo professor Agostinho Magalhães.

Um telegramma ao presidente Getulio Vargas

Hoje

A Italia auxilia a Alemanha no preparo militar para o golpe contra Dantzig

Chamado à Roma o embaixador Grandi, ha annos servindo em Londres



GRANDI



DR. FRANCO

O general Franco visitara Berlin em Setembro -- Nova convocação militar na Polonia

A maior pescaria que já fez o ROCAS II



Figura colhida na Pulpadeira das Rocas, no momento em que foram desembarcadas as 4 e 50 toneladas de peixe.

"O MAL DE HANSEN E O SEGURO SOCIAL"



Prof. Irineu Malaguetta

Um novo trabalho do prof. Irineu Malaguetta

ONTEM, HOJE E AMANHÃ

Mário Melo

MUTILADO

Na década de 1930, diante dos discursos higienistas e de urbanização da cidade que já vinham de tempos anteriores, Agamenon Magalhães organizou o serviço sanitário para obedecer às suas determinações de limpeza da cidade. Para isso, também utilizou a Igreja católica, enquanto agente de influência junto ao operariado, visando combater o avanço do perigo vermelho. A atuação da Igreja deveria se dar nos Centros Educativos Operários e através da Liga Social Contra o Mocambo, de modo a influenciar o pensamento do operariado. Em sua atuação prometia melhores dias para os pobres, prometendo a realização dos sonhos da casa própria.

4.1 A PROLIFERAÇÃO DOS MOCAMBOS: EXPANSÃO DA POBREZA NO RECIFE

A expansão e o forte crescimento demográfico do Recife estão diretamente ligados ao processo migratório, além dos refugiados da seca que foram repelidos do sertão, existiram o que não suportando o regime de trabalho imposto pelas usinas na zona-da-mata pernambucana acabaram migrando para a cidade grande. Com isso, a questão da modernização fez com que o processo industrial substituísse métodos artesanais pela tecnologia industrial. A incorporação e disseminação de tecnologias mais avançadas e de novas formas de produção contribuiu para o desemprego, haja vista que pequenos produtores que não puderam acompanhar tiveram seus engenhos fechados. Os ricos senhores de engenhos viram seus empreendimentos crescerem já que tiveram suas terras expandidas:

As transformações que se registram na produção açucareira pernambucana equivalem a uma Revolução Industrial: os métodos artesanais são substituídos pela tecnologia industrial tendo em vista a produção em massa. É deste modo que se explica que Pernambuco tenha podido quintuplicar sua exportação de açúcar [...] (SINGER, 1977, p. 278).

Dessa maneira, com o processo de transformações no interior pernambucano, os espaços ocupados pelos pobres através da migração desse segmento social são maiores no pulsar do crescimento da cidade, modificando a paisagem urbana, aumentando demograficamente:

Então, o morador que chegava à capital tinha que se instalar num dos poucos prédios disponíveis (cerca de 17.678, em 1910) ou ir buscar solução através de um mocambo erguido por si próprio ou alugado; além disso, em geral, o mocambo tinha um custo mais acessível ao nível salarial dos trabalhadores da capital (PANDOLFI, 1984, p. 60).

Por tanto sem obedecer a padrões estéticos e higiênicos os mocambos se proliferavam e essa realidade gerou grupos sociais situados em posições opostas, que desenvolviam condições de vida díspare. Logo, a relação da proliferação dos mocambos na capital pernambucana estava diretamente ligada as distorções socioeconômicas. Diante dessa situação, a interventoria passou a tentar interferir na proliferação dos casebres no princípio “afirmando sempre a sua preocupação com as questões sociais, o interventor Agamenon Magalhaes privilegia a habitação popular” (PANDOLFI, 1984, p. 60).

Basenado-se nesse contexto, para o Estado Novo os mocambos do Recife deveriam ser destruídos e em seus lugares erguidos novos modelos de habitação, as tentativas de remodelação urbana da cidade apontou o mocambo como um problema de caráter não só social, mas moral também, dessa maneira o interventor buscou apoio ao incentivar jornalistas, médicos religiosos em seu combate. Com isso, a questão da moradia da população pobre volta a tornar-se notícia nos periódicos da cidade. As estratégias utilizadas por Agamenon Magalhães para a remoção da população de baixa renda e suas moradias, se transformam em uma verdadeira cruzada.

O interventor fez uma propaganda intensa contra os moradores de mocambo, em uma associação profunda entre a moradia e o sujeito. Assim, o mocambo era estigmatizado como portador de todos os males financeiro, biológicos e morais, temos nesse período a busca por aquilo que define a nacionalidade brasileira, o que une seus habitantes como um povo como um Estado legítimo e particular:

Discutia-se nos meios acadêmicos de Recife de demais capitais brasileiras o que fazer para melhorar a estrutura urbana, fazendo dela mais que um reflexo da ordem promovida pelo novo regime, mas também colaboradora para a manutenção da mesma. Havia um vírus a ser combatido, [...] e ele estava localizado justamente naquela moradia do pobre. Cortiço, favela e mocambo estão ligados por um interesse ávido a elas destinado por parte da engenharia, do urbanismo, da política de cunho higienista, vendo essas formas de se viver como representação da corrupção humana a partir do lugar em que se vive (MORAIS, 2013, p. 7).

Dessa maneira, a ideia de mudar e controlar a sociedade com base nos princípios biológicos percorreu as ações no espaço urbano não apenas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, mas na capital pernambucana que via na política contra os cortiços no Rio com o interventor o Vitor Tavares de Moura um espelho, pois a sua administração apresentava uma forte ligação com a política do Estado Novo que praticava a remoção das favelas justificando que criaria os parques proletários provisórios. Segundo a socióloga Lima (2006, p. 6):

A demolição das favelas e dos mocambos, é questão da transformação das identidades da população considerada pobre e sua relação com a memória e um projeto que dão sentido ao fato do deslocamento físico e às ideias de transferência e fragmentação da sociedade.

Muitos moradores acabaram sendo estigmatizados especialmente porque em um período de forte influência das ideias higienistas e eugênicas, o pobre e sua moradia as concepções sobre os hábitos entendidos como anti-higienicos e imorais. No Recife, o mocambo era visto como portador do estigma execrável: moradia de pobre, de ex escravo, de despossuídos; torna-se símbolo do atraso e da desordem que envergonha a capital pernambucana. De acordo com os estudos de José Tavares Correia de Lira (1994, p. 734) o mocambo era o local mais procurado pela população de baixa renda:

Trabalhadores livres pobres, artesãos depauperados e do amplo proletariado, massa enorme de despossuídos, heterogênea e dificilmente classificável: parteiras, lavadeiras, jardineiros, mecânicos e serralheiros, comerciários e caixeiros, vendedores ambulantes, operários fabris, de indústrias de porte muitovariado, de oficinas e fabriquetas de fundo de quintal a maioria produtora de bens de consumo, biscateiros, carvoeiros, pescadores, empregados domésticos, trabalhadores braçais, desempregados, mendigos, doentes, prostitutas.

O mocambo era a moradia dos que fugiam da seca os imigrantes que buscavam novas possibilidades de emprego. Era um local da grande massas de despossuídos, mocambos erguidos pelos que precisavam, ou alugados, um tipo de moradia que tinha um custo acessível para milhares de trabalhadores pobres. O censo na época registrava a existência de 45.581⁸ mocambos e um dos principais fatores da condenação dos mocambos era o excesso de pessoas para cada área habitada. A Doutora em Planejamento Urbano e Regional do Recife Lima (2009, p. 16) acrescenta que

em 1920, o censo computa para o município do Recife, uma população de 238.8 mil pessoas, vinte anos mais tarde, portanto, em 1940, verifica-se um incremento populacional de 46% na capital pernambucana. O crescimento tornar-se-á vigoroso a partir de 1940. Quando se observa um incremento de 449 mil pessoas, no espaço da cidade, correspondendo a 129% entre 1920 e 1940.

É nesse período em que vemos surgir a presença marcante dos mocambos nos arredores da cidade. Neste momento o interventor propõe através do programa do governo Agamenon Magalhães financiar casas, a custo baixo, para os trabalhadores de baixa renda. Mas tal projeto não chega a atingir a todos, deixando a maior parte da população carente de

⁸ A comissão Censitária dos mocambos foi criada pelo Decreto nº 182, de 17 de Setembro de 1938, pelo interventor Agamenon Magalhães.

fora, com consequências até nossos dias.

Além disso, alguns desafios foram encontrados pelo interventor Agamenon Magalhães na tentativa de reconfigurar o traçado da cidade e de modernizar sua fisionomia urbana. Foram organizadas pelas propostas do setor imobiliário e as equipes técnicas do interventor. Na historiografia regional se atribuiu a Agamenon Magalhães a incumbência em extirpar os mocambos do Recife, visto que esse tipo de moradia era a única opção dos mais pobres, porém o interventor não foi o único responsável por essa cruzada. Além disso o mesmo não conseguiu impedir que esse tipo de moradia popular se multiplicasse nos arredores da cidade, chegando a compor os cenários dos córregos e morros da cidade.

O combate ostensivo ao Mocambo predominante forma de moradia utilizada pelos pobres é uma marca irremovível da ação político-ideológica e repressora do Estado, no Recife, entre 1930 e 1950. O Mocambo foi significado como um elemento de barbárie a ser combatido e exterminado. Pela temática da erradicação dos Mocambos vazou um denso e apaixonado debate por onde escorria parte do ideário de nação e do “novo homem” proposto pelo Estado Novo e a crítica de oponentes ao regime. As notícias daquele tempo falam de derrubadas massivas e da proibição de construção. Dos seus malefícios à saúde e à dignidade (LEITE, 2010, p. 1).

O Recife crescia e o interventor junto com sua equipe técnica usa como discurso principal a moradia popular como elemento responsável pela insalubridade da cidade, o pauperismo das camadas populares, elemento colonial e atrasado. Com isso, para Agamenon Magalhães a retirada massiva desse tipo de habitação dos bairros centrais e subúrbios mais próximos era uma missão. É conhecido que o projeto modernizador através das políticas teve apoio do discurso médico e das propostas de urbanizações existentes na cidade desde a década de 1930. A paisagem encontrava-se amplamente modificada, a população crescia e os projetos urbanísticos também e andar pelas ruas significava reconfigurar os seus passos na construção de um outro Recife:

No final dos anos de 1930, a capital pernambucana passava por um momento em que as concepções de cidade, desde as áreas centrais e, principalmente, os seus subúrbios, estavam passando por significativas reordenações com o advento de outras novas formas de se pensar o espaço, inclusive com a institucionalização do urbanista enquanto categoria profissional (LEITE, 2010, p. 1).

As áreas que mais sofreram intervenções em suas feições foram as centrais, visto que a maior parte dos mocambos da cidade eram concentrados nessas áreas. Essas moradias foram condenadas, e uma ofensiva contra essas habitações eram elaboradas pelo interventor. O inquérito da Comissão Censitária Contra o Mocambo revelava que a maior parte das pessoas

que viviam nos mocambos eram mulheres, muitas vezes abandonadas pelos companheiros e tinham que viver em tais habitações alagadas:

O inquérito sobre mocambos apurou que o número de chefes de famílias, na ocupação doméstica, era de 7.778, ou sejam 19,47 por cento. São de lavadeiras, engomadeiras e domésticas, que não residem em casa dos patrões. Mulheres abandonadas em geral com dois ou três filhos, sem salário certo e que não podem pagar o chão dos mocambos. Se fosse possível uma classificação dos mocambos, poder-se-ia dizer que o tipo mais degradante, o de paredes de folhas de flandres, mal coberto, é o da lavadeira. Vivem entre duas tiranias o do senhorio e a da alimentação (LAVADEIRAS..., 1939, não p.).

Segundo o inquérito a grande parte dos habitantes dos mocambos, se dava por mulheres lavadeiras, engomadeiras, mulheres que eram verdadeiras chefes de família, visto que sustentavam sua família como a renda de seu trabalho.

Diante do agravamento das tensões sociais, a preocupação com a pobreza e a moradia popular ganharam importância na interventoria de Agamenon Magalhães. O mesmo nomeou Novaes Filho que passou a administrar o Recife de 1937 a 1945 (PONTUAL, 2001), até o fim do Estado Novo. Novaes, durante o período procurava seguir a interventoria pernambucana, que tinha como meta acabar com o problema da habitação popular, então o mesmo baixou um decreto proibindo a proliferação de mais habitações do tipo mocambos:

Antes da criação oficial da Liga, algumas medidas são tomadas pela interventoria. Já em Abril de 1938, o prefeito Novaes Filho, baixa o decreto proibindo a construção de mocambos nas zonas urbanas e suburbanas da cidade (A QUESTÃO..., 1955, não p.)

Após o decreto ter sido baixado pelo então prefeito na época, Agamenon cria em junho de 1939 oficialmente a Liga Social Contra o Mocambo e o mesmo já demonstra o interesse em promover o sonho da casa própria para os moradores dos mocambos “O Interventor Federal Agamenon Magalhães manifestou o desejo de ser organizada, o quanto antes a primeira empresa para a construção das casas populares” (A CAMPANHA..., 1939, não p.). Nesse sentido, promoveu uma campanha de apoio as famílias de baixa renda, através do deslocamento da população:

Prossegue victoriosa com o apoio do governo de todas as classes activas do Estado, a campanha contra o mocambo. Ontem a comissão presidida pelo prefeito Novaes Filho [...] A directoria de Reeducação e Assisténcia Social está avisando aos interessados, que a partir de hoje, poz a disposição dos habitantes dos mocambos que queiram se mudar para zona rural da cidade. Um caminhão a fim de ser feita a mudança em caráter inteiramente gratuito. A directoria facilita os moradores das zonas de mocambos do Pina, São José, Afogados e Santo Amaro o transporte de

moveis, animais objectos de toda ordem e até da família inteira para local mais apropriado e mais interessante aos moradores dos casebres. Desta forma quem quiser se mudar do Pina, São José e Afogados e Santo Amaro é só procurar a diretoria de Reeducação a assistência social na rua da Aurora e dizer o que deseja (PROSEGUE..., 1939, p. 169).

Assim, Agamenon buscou promover uma campanha contra o mocambo prometendo melhores condições de vida, para os que se interessassem sair dos bairros indicados pela Diretoria de Assistência Social. Percebendo o crescimento desordenado dos mocambos no cenário urbano da cidade o interventor buscou logo através das propagandas e dos programas do governo a proposta de financiar casas, a custo baixo, para trabalhadores.

Segundo o programa habitacional, o objetivo foi resolver o problema habitacional para as classes de baixa renda para integrar as agendas das decisões do setor público. Porém como projeto do Estado Novo o objetivo de afastar essas famílias numerosas das áreas centrais da cidade. Os desafios encontrados pelo interventor Agamenon Magalhães na tentativa de reconfigurar o traçado urbano da cidade era o principal convencer a população a deixar as moradias de tipo mocambo e sair das áreas centrais do Recife.

Com a proposta de modernizar a fisionomia urbana da cidade e promover melhores habitações para os moradores dos alagados, que na época Agamenon Magalhães gerou a retirada massiva desse tipo de habitação dos bairros do centro e subúrbios mais próximos como uma missão. E foi através do apoio do discurso médico, de jornalistas e boa parte da população que o projeto modernizado do Estado Novo através das políticas públicas foi ganhando espaço.

Figura 9 – Mulheres e crianças ao lado de um mocambo. Ao fundo um Dirigível Zeppelin. A modernidade contrasta com o atraso e pobreza. Fotografia feita por um dos tripulantes do Lz127 Graf Zeppelin, localidade do Jiquiá, Recife 1939.



Fonte: Pernambuco Arcaico. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAgF8WDJnoP/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

O crescimento desordenado dos mocambos era um grande problema para o interventor federal, já que revelava também o crescimento populacional. O crescimento tornava-se intenso e a expansão urbana exigia maiores medidas do interventor para a condenação dos mocambos. Entre o centro do Recife e a praia de Boa Viagem, por exemplo, havia o bairro do Pina, cuja quantidade de mocambos somava, em 1939, 441. No entanto, quase nunca citados em narrativas produzidas por órgãos estaduais ou municipais (SOBRE..., 1941). Visto que o interventor não buscava informar sobre o crescimento e expansão dos mocambos. O interventor revelava desprezo aos mocambos.

4.2 FUNDAÇÃO DA LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO: A TENTATIVA DE CONVENCIMENTO PARA DEMOLIÇÃO DOS CASEBRES DE PALHA

A interventoria de Agamenon Magalhães teve fundamental importância nas políticas de habitação no Recife. O processo de consolidação dessas políticas públicas para as habitações populares se deu através do compromisso de extirpação dos mocambos e consequentemente após a erradicação dos casebres seria criada as vilas operárias. Tal ação

teve participação de Novais Filho, então prefeito do Recife entre 1937 e 1945.

Para entender os mecanismos utilizados por Agamenon para a desagregação das moradias populares é preciso compreender que o mesmo se utilizou da imprensa, rádio e jornais. Além disso, buscou apoio dos usineiros, indústrias e intelectuais para executar suas ações. O objetivo principal era o de convencer a opinião pública na época para que a população ajudasse no processo de consolidação do seu projeto. Aceitando a derrubada massiva de suas habitações.

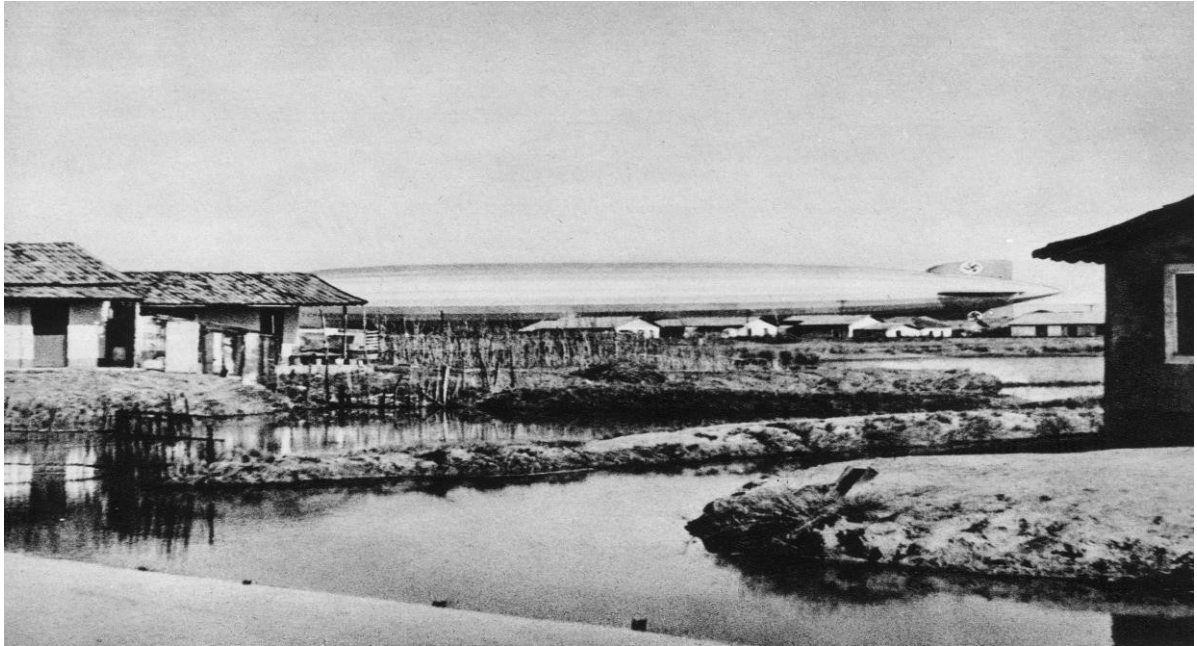
Na década de 1930, portanto, surgem várias ações dos serviços sanitários tendo como alvo os pobres e suas moradias, seus costumes e lazeres. Já que os espaços ocupados pelos pobres eram representados como ambientes insalubres, disseminadores de doenças e vícios, conforme discursavam as elites e o governantes. No Brasil, especificamente Pernambuco, a população crescia de forma desordenada e conseqüentemente os casebres também, Segundo Pontual (2001, p. 427):

Se, pelo censo de 1913, os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos não só “cercavam a cidade como um babado” como estavam “enquistados em áreas mais urbanizadas”, em 1939 essa situação devia ser aterradora. Já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo.

Com o crescimento acelerado, as habitações populares pareciam fazer parte da paisagem recifense mostrando duas cidades, um cidadão com grandes prédios, pontes e tudo que mostrasse o seu progresso material; o outro, a cidade dos alagadiços, dos casebres cobertos de palha e zinco, que aparentemente produzia a impressão de serem dois espaços distintos, duas cidades que refletiriam nas águas dos rios Capibaribe e Beberibe o reflexo de sua dualidade também social.

Os discursos modernizantes na época diziam que o mocambo era o resquício do passado, do atrasado, não combinava em nada com a proposta de tornar o Recife uma cidade moderna, bonita e higiênica. O mocambo incomodava a cidade, ofuscava-a, revelava suas misérias e contradições. Mesmo assim, as moradias foram erguidas tornando cada vez mais visíveis na paisagem da cidade. A visibilidade das condições de habitação dos pobres, mostrava a desigualdade e falta de administração de seus governantes.

Figura 10 – Fotografias do Recife feitas pelos tripulantes do Zeppelin



Fonte: Museu da Cidade do Recife. Disponível em: <https://museudacidadedorecife.org/acervo/fotografia/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Os esforços realizados por Agamenon Magalhães em mostrar o centro do Recife como alinhado às tendências modernas de arquitetura, entrava em contraste com a marcante presença do mocambo na cidade, o que causava perplexidade no olhar dos turistas que vinham a Recife, como revela o historiador Dirceu Marroquim (2015, p. 145):

Um cenário que habitualmente não era vendido como uma destinação turística mas que, aparentemente, impressionou o olhar daquele viajante. O Zeppelin atracado próximo aos mocambos, com a população daquele entorno presente na paisagem, meninos encantados com aquela cena olhavam curiosos para câmera, ou para o fotógrafo. As moças paradas em frente ao mocambo fazendo pose para a excursão de passagem. A complexidade dessas relações apresentam um Recife singular se comparado à outras narrativas.

Diante desse cenário, para o interventor havia urgência em combater-se a todo custo o atraso dos mocambos, a falta de higiene repugnante que existia nessas habitações e o atraso provinciano que elas representavam, o perigo de possíveis doenças e imoralidades. Com o agravamento das tensões sociais, a preocupação com a pobreza e a moradia popular ganharam importância na interventoria de Agamenon Magalhães. O mesmo ao nomear Novaes Filho que passa a administrar o Recife entre os anos de 1937-1943 (ARRAIS, 2004, p. 46). O mesmo buscou durante o período seguir a interventoria pernambucana, que tinha como meta acabar com o problema da habitação popular, então o mesmo baixou um decreto proibindo a

proliferação de mais habitações do tipo mocambos:

Antes da criação oficial da Liga, algumas medidas são tomadas pela interventoria. Já em Abril de 1938, o prefeito Novaes Filho, baixa o decreto proibindo a construção de mocambos nas zonas urbanas e suburbanas da cidade (DECRETOS..., 1939, p. 177).

Após o decreto ter sido baixado pelo então prefeito na época, “Agamenon cria em junho de 1939 oficialmente a Liga Social Contra o Mocambo, que tinha como objetivo erradicar os mocambos do Recife, retirando a população de suas habitações com a promessa da casa própria” (A CAMPANHA..., 1945, p. 2). Assim, de acordo com os discursos do interventor, a principal função da liga seria:

Iniciada a reunião o interventor Agamenon Magalhaes fez uma segura e clara exposição sobre os fins da Liga, ele iria trabalhar pela solução imediata do problema dos mocambos, com a intensificação da construção de casas populares, conciliando os industriais e os comerciantes para se reunirem em comissões que tratavam da organização e aplicação de capitães para neste fim. [...] Voltando a usar a palavra o interventor Agamenon Magalhaes esclarece ainda mais a questão, dizendo ser necessário começar o quanto antes a desocupação dos alagados, como por exemplo do Pina, onde já não era possível continuar o aterro em face da elevação dos níveis das marés (A CAMPANHA..., 1945, p. 2).

A proposta da Liga Social Contra o Mocambo de trabalhar para combater o mal dos mocambos, mostrou que a desagregação dessas habitações iria começar pelo Pina, visto que os mocambos ali existentes ficavam entre o Recife e a praia de Boa viagem, local de lazer das famílias burguesas e do turismo da cidade na época, sem falar que era o local com a maior quantidade de casebres erguidos naquela época.

Nesse sentido, o interventor buscou o apoio dos industriais e comerciantes para a execução de seu projeto de urbanização e modernidade. Os discursos e as medidas contra o mocambo ganharam intenso debate nos jornais e nas decisões da municipalidade, Agamenon escrevia na Folha da Manhã que era “[...] inútil pretender-se qualquer reforma social, sem começar pelo fato econômico, sem começar pela base, pelas raízes, pelas causas de inquietação ou de mal estar coletivo” (FLAGRANTES..., 1941, não p.). O discurso da imprensa acerca das transformações que a cidade deveria sofrer parabenizava a Liga Social, em poemas intelectuais defendiam a interventoria e a campanha de extinção dos mocambos:

Mocambos. A proposito da liga contra os mocambos Que vem de ser fundada nessa cidade.
Eu não daria uma figa, mas um aperto de mão Aos componentes da liga
Contra os mocambos, pois não! O mocambo e uma irrisão

Que me ferroa e fustiga O orgulho de cidadão Recifense... viva a liga! Pode haver maior tristeza Que ver a minha Veneza Com esse imenso mocambo! E como ser linda e bella Se lhe roube essa mazella Todo o encanto tropical?! (O PROPÓSITO..., 1939, p. 3).

A tentativa de concretizar transformações na cidade, não se caracterizava apenas pelas transformações físicas no espaço citadino, porém de mudanças do comportamento das populações de baixa renda, segundo a historiadora Almeida (2001, p. 127): “Este novo tempo, caracterizava-se não somente pelas transformações físicas da cidade, mas, pela mudança radical de ser operacionalizada no modus- vivendis de seus habitantes”.

Assim, eram feitas propagandas intensas contra os moradores de mocambo, em uma associação profunda entre a moradia e o sujeito, sendo o tais moradias estigmatizada como portadoras de todos os males. O apelo emocional é um recurso recorrente nos discursos do periódico Folha da manhã escrito pelo interventor:

Na última audiência pública de sexta-feira, conversei muito com uma velhinha, cujo o trato e boas maneiras me impressionaram desde logo. Já tiverá seus dias de grande felicidade. Residirá em casa própria. O marido era comerciante. Perdeu tudo. Morreu na indigência, velho, sem filhos e sem amigos, na casinha que hoje é mocambo, porque caiu a coberta de telha e ela, a sobrevivente, mal pode cobrir de palhas.

- E a vida nos mocambos, a senhora tem observado?
- Quando não chove, as noite passam-se calmas. O céu é claro e a gente conta as estrelas. O sol nasce cedo. A natureza ajuda os pobres. No inverno as noites são infernais. A água cai nos mocambos, há tanta revolta e tanto desespero sem remédio, tanta dor, sem alívio, que se os ricos ouvissem já teriam construídos casas acabando com os mocambos (A VELHINHA..., 1939, não p.).

Lidos os artigos de Agamenon não só nesses textos mas nos outros artigos da Folha da Manhã, não fazendo simplesmente a um recurso de estilo pertencente à época, ele obedece a uma orientação retórica que auxilia para que o leitor se aproxime e haja comoção, através do apelo contido em seus discursos. Tudo na tentativa de convencimento da população em abandonar seus mocambos e os mesmos serem demolidos pela interventoria. O interventor defendia a ideia de que todo pernambucano deveria ter uma moradia, porém não essas de tipo mocambo, visto que ao observar a condição sanitária do Recife e dos moradores que viviam nas habitações precárias, se entende a necessidade de se fazer as obras de modernização. O projeto estadonovista apelava para a perspectiva de um novo homem, através das vias modernizantes.

Nesse sentido, calcado num projeto modernizante social e urbano, o interventor buscou soluções para os problemas sociais da habitação popular. Buscar as mais diversas formas de intervenções “entre os séculos XIX e XX percebe-se um diálogo que se sustentou

por um século através das políticas públicas com apoio da medicina urbana” (LOPES, 2003, p. 64). Com isso, sendo o mocambo um perfil de moradia indesejado pelas elites, técnicos e políticas estaduais higienistas, apresentavam. Do outro lado, os pobres trabalhadores viviam da informalidade e do ciclo do caranguejo, sonhando com a aquisição da casa própria de alvenaria.

Dessa forma, Agamenon também se dizia preocupado com os anseios populares, propondo-se a financiar tais moradias. Em troca a população ficava proibida de construir novos mocambos, devendo os velhos ser derrubados pelo governo. As novas casas teriam que ser em lugares também determinados pelo Governo, nos subúrbios, já que as áreas centrais deveriam ficar livres para outros interesses de modernização da cidade. De modo geral, o plano de extinção dos mocambos seria o seguinte:

- a) Fazer casas de três a oito contos. Casa que os habitante dos mocambos possam adquirir ou alugar;
- b) Casas para as lavadeiras e domésticas, construídas pelo estado, dando-se a forma jurídica de uma fundação;
- c) Não permitir o governo que se construa ou se alugue mais de um mocambo. Todo mocambo vazio ou que desocupar, será interditado pela Saúde Pública e intimado o seu proprietário a demoli-lo;
- d) Taxar os terrenos que tenham mocambos, como já foi feito. Taxas acrescidas sobre a de terrenos não construído se de mocambos neles existentes; Aterro dos alagados. Para todas casas populares que forem sendo construídas irá o governo removendo, primeiro os habitantes dos mocambos da Cabanga e Pina, depois os de Santo Amaro e assim progressivamente, de toda zona urbana da capital (COMO..., 1939, não p.).

Dado que iria se consolidando a ação de remoção dos mocambos. Com planos de construção de novas moradias, para a população pobre nos subúrbios aterrados nos bairros da Cabanga, Pina, Santo Amaro e outros espaços urbanos no entorno da capital. As intervenções da cruzada contra o mocambo aos poucos fora se consolidando, para a interventoria a remoção dos mocambos seria um passo à diante na promoção da liberdade.

Figura 11 – Cruzada Contra o Mocambo e seu desenvolvimento, arrancando uma população livre da escravidão dos mangues



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Na imagem acima, o mangue é sinônimo de zona de pobreza e escravidão, é lugar a ser poluído com o lixo urbano, além de constituir espaço potencialmente a ser aterrado sob os olhos da especulação imobiliária e do Estado Novo. O perfil da ação estatal em intervenções na cidade se dava predominantemente no intuito de modernizar a cidade higienicamente, esteticamente e economicamente e para tanto menosprezar esses espaços nos discursos eram necessários. As ações do interventor buscou implementar através das transformações urbanas a projeção para um mundo civilizado e tal ação era considerada pela interventoria como um ato de solidariedade e civismo.

4.2.1 O projeto de modernização da cidade: os aterros dos alagados e a construção das Vilas Operárias

A intensidade e amplitude da pobreza descortinava-se na precariedade da moradia de parte expressiva da população, a cidade do Recife espelha, no curso de sua histórica parte dos habitantes direções pendulares entre riqueza e pobreza. As condições de moradia da paisagem urbana da cidade denunciam extremas desigualdades. Essa aglomeração urbana que faz parte

da região nordeste é a maior e mais pobre do Brasil, ao ser analisada nos estudos de Maria do Céu, a mesma apresenta eu a imigração como o fator preponderante:

O Recife da primeira metade do século XX passa por significantes mudanças estruturais, culturais e populacionais. Entre os anos de 1920 e 1940 sua população aumenta 46% devido, sobretudo, ao êxodo rural e a migração de pessoas vindas de outros estados da região nordeste. Porém, a cidade não estava preparada estruturalmente em economicamente para este aumento populacional, com isso, em 1939 cerca de um sexto da população se encontrava desempregada e havia na cidade quarenta e cinco mil mocambos (CÉZAR, 1985, p. 78).

Sabe-se que a maior parte da construção dos casebres encontravam-se nas áreas de mangue e alagados da cidade, alguns possuíam cobertura de lata o que esquentava a residência e impedia a circulação de ar permitindo que o ambiente se tornasse ainda mais insalubre, junto com as precárias condições de higiene. O mocambo era visto pelo interventor como uma degradação moral o causador da pobreza de seus moradores.

O mocambo era o propagador da pobreza de seus habitantes, já que mesmo os que possuíam empregos não usufruíam de melhor qualidade de vida. Boa parte das famílias retiravam o seu sustento da própria lama dos mangues que habitavam, a extração e comercialização de caranguejos, peixes e mariscos era uma das principais atividades econômicas. Segundo Geane Cavalcanti (2015, p. 217):

O mocambo era o resquício do passado, do atrasado, não combinava em nada com a proposta de tornar o Recife uma cidade moderna, bonita e higiênica. O mocambo incomodava a cidade, ofuscava-a, revelava suas misérias e contradições. Nas décadas de 1930 e 1940 era quase unanimidade no Recife: o mocambo era um problema! Era o que expunha a pobreza da cidade e sua severa desigualdade social, sua defasagem habitacional, era o que envergonhava, era o “feio” e deixava a cidade “feia”, era o não civilizado, o atrasado, o que deveria ser retirado.

Essas habitações eram uma presença marcante na cidade e causava grande repercussão na imprensa e na literatura. Os jornais comentavam sobre a precariedade e miséria existente naqueles casebres. Como proposta de superação do problema habitacional Agamenon Magalhães indicou fazer mudanças e extinguir os mocambos da cidade do Recife, pois sendo ele elemento de feiura e pobreza, também era um perigo por propagar doenças. A nova política habitacional de Agamenon contra os mocambos também se propunha a criar vilas operárias, no âmbito de sua reforma urbanística, cujo alvo era a habitação, e o intuito era o de civilizar seus habitantes. O projeto de construção das vilas operárias:

Como alternativa, por tanto, apareciam as vilas operárias, que tiveram suas pedras fundamentais lançadas em agosto de 1939, sendo uma das primeiras vilas das lavadeiras, a dos contínuos e a dos serventes do Estado. Tal campanha a favor de casa salubres e dignas seguia um ritmo acelerado na tentativa de se conseguir benefícios para as obras. Ao mencionar a construção da Vila da lavadeira, Agamenon revela que 19,47% dos chefes de família estão divididos entre profissionais, as engomadeiras e as domésticas e todas vivem nos mocambos (LIMA, 2006, p. 110).

As ruas por onde corriam carros e pessoas, precisavam ser limpas e abertas para que os nutrientes da economia e produtos vindos dos portos, trens e demais transportes, pudessem escoar devidamente. Com isso, os mocambos e casas velhas eram o significado de empecilho, o “mal” da cidade que denunciavam com seu cheiro e forma as chagas da pobreza e da desordem. As condições de moradia e seus habitantes conviviam nesse ambiente contaminado, fadado das casas saírem pessoas tão doentes quanto aqueles ambientes proporcionavam.

Com isso, significa que a insistência na transformação dos hábitos e formas de se morar tinham mais do que um sentido de políticas públicas para a população, tinha um sentido disciplinador. Debateu-se frequentemente nas revistas de arquitetura, nos jornais e publicações oficiais sobre a influência que haveria no morador se sua casa era feita de madeira ou concreto, com ou sem vento e luz natural, plantado em mangue ou em chão seco. A dimensão de significados simbólicos podem ser notados, portanto, aí como tão influentes nas políticas públicas quanto as questões econômicas e políticas.

Os mocambos eram remanescentes do período escravocrata, era o local onde os negros fugidos ou livres habitavam. Com o fim da escravidão e o crescimento urbano este tipo de construção se proliferou pela cidade, chegando cada vez mais perto dos sobrados. Sendo reduto de pobres, o mocambo era o resquício do passado, do atrasado, não combinava em nada com a proposta de tornar o Recife uma cidade moderna, bonita e higiênica. Essas discussões acerca da habitação e de seu morador e alimentava ainda mais o desejo do interventor de demolir os casebres. A proposta das construções operárias tinha ligação direta com Caixa e pensões do Ministério do Trabalho

Como ações de combate ao mocambo o prefeito da cidade Novaes Filho, posto no cargo por Agamenon Magalhães, proibiu a construção de novos mocambos e elevou o imposto a ser pago pelos proprietários dos terrenos onde se encontram este tipo de habitação. Os operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência, Caixa e pensões do Ministério do Trabalho teriam prioridade na compra dos imóveis (PANDOLFI, 1984, p. 62).

Mesmo com a proposta de financiamento, boa parte da população empobrecida não

conseguia, investimentos para conseguir financiar o novo imóvel, segundo Pandolfi (1984, p. 62) esta ação também “ao priorizar os sindicalizados e contribuintes, o governo indiretamente estimulava e fortalecia a sindicalização operária”. Em entrevista de Maciel José do Rego, percebe-se como os planos de remodelação da cidade foi sendo elaborado pelo interventor e como o mesmo colocou seu projeto de construção das vilas operárias em ação:

D.P. - E aquela campanha contra o mocambo do governo de Agamenon? J.M.

- O governo de Agamenon Magalhães era voltado para as chamadas classes menos favorecidas - para usar uma expressão muito usada naquela época. Ele mandou fazer um inquérito sobre o mocambo e, depois deste inquérito, ele soube que havia quarenta mil mocambos no Recife e foi ver se era possível equacionar o problema e entrar num combate sério a isso e fez. Então ele começou, procurando tirar o mocambo das áreas mais próximas do Centro. Nestas mesmas áreas construíram as chamadas vilas, chamada antigamente Liga e depois Serviço Social contra o Mocambo. Esta campanha foi mais ou menos bem-sucedida e terminou por chegar até o presidente da República. Getúlio Vargas tomou conhecimento da campanha e até prometeu ajudar, mas nessa época o governo federal ajudava pouco os estados. Mas, de qualquer forma, a campanha continuou a ponto de na primeira Constituição estadual já se determinar que uma verba do orçamento deveria ser para o Serviço Social contra o Mocambo [inaudível], embora fosse muito difícil tirar o mocambo de uma área pobre como aquela. Bom, nisto o governo estava certo. Extinguir o problema era muito difícil, porque aquilo era um sintoma de extrema pobreza, e era preciso, então, ir às causas, e as causas eram o pauperismo mesmo. Mas naturalmente nesta campanha contra o mocambo houve também choques. Choques e incompreensões foram naturais mas não foram, assim, de grande repercussão (MACIEL, 1992, p. 18).

Na entrevista encontrada na Fundação Getúlio Vargas pelo Centro de pesquisa de História Contemporânea encontramos registros sobre o plano de habitação do interventor

Ele mandou fazer um inquérito sobre o mocambo e, depois deste inquérito, ele soube que havia quarenta mil mocambos no Recife e foi ver se era possível equacionar o problema e entrar num combate sério. O inquérito afirmava que no período existia 40 mil mocambos no Recife, dessa maneira as medidas do interventor fora de retirar os casebres do Centro da cidade, para a construção das possíveis vilas. As informações era de que mesmo a situação dos mocambos tenha chegado ao Presidente Vargas o mesmo não ajudou como deveria, ficando muitas pessoas nas mesmas condições. Além disso, com as informações dos projetos de construção das Vilas Operárias, muitos fizeram desse acontecimento um negócio. Segundo Gominho (1997, p. 32):

A crescente procura por moradia tornou-se um negócio rentável para muitos proprietários e pseudos-proprietários de terrenos, formou-se uma verdadeira indústria com donos de terra cobrando o “chão a mais de 700 mocambos”. Uns construíram para alugar, outros depois de terra alegada valorizada livre das águas, expulsava os mocambeiros para arrendá-la ou vendê-la.

Em algumas situações houve questionamentos de posse haja vista a existência da Liga Mista dos proprietários pobres da Vila São Miguel, sociedade que existiu. Os donos dos terrenos reivindicavam na justiça o direito de propriedade do terreno onde estavam erguidos uma 500 habitações, entre casas e mocambos. Diante dessa situação Carlos Lima Cavalcanti havia decretado medidas visando inibir e extinguir os mocambos e conseqüentemente os mocambeiros, assim proibiu a licença de construção de mocambos. O contraponto ao mocambo, a vila, deveria ser uma empreitada de todas as forças, público e privadas. Agamenon pedia ajuda dos grandes usineiros e a participação popular no movimento, e teve o apoio dos próprios moradores dos mocambos, visto que o sonho de uma casa própria e em boas condições deixava muitos ansiosos pela mudança proposta pelo interventor.

Com isso, a casa popular no estilo de vila foi a referência de habitação mínima para os industriais, e empresários da construção civil e pelo governo. Sua tipologia ordenada traria consigo a disciplina, beleza e urbanização propícia à cidade desejada. Coisas que mocambo nunca faria. Segundo Moraes (2016, p. 26) em seu trabalho sobre os lares e a família a mesma acrescenta que:

A casa é o reduto sagrado da família e suas condições influenciavam não apenas aos que ali passavam como também aos que mais frequentemente ali ficavam: as mulheres e as crianças. O ócio e o consumo de bebidas alcoólicas eram, tal como a falta de escolarização e de orientação profissional, problemas graves. A indisciplina, o adultério e toda sorte de maus costumes eram provenientes dessa má forma de se viver, sendo questionado inclusive se nesses ambientes ocorria de fato a experiência de lar. Um dos principais questionadores desse sentido foi o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, nos seus textos diariamente publicados no jornal Folha da Manhã e transmitidos pelas ondas da rádio PRA-8, o que lhe garantia grande difusão doutrinária. Em sua ação política percebemos que o projeto e ações da Liga Social Contra o Mocambo foram a “ponta de lança” em nome do combate aos males da cidade.

Dessa forma, o Instituído oficialmente em 1939, a Liga Social Contra o Mocambo tinha o propósito de mudar a vida dos mocambeiros e trazer a ordem e a paz à cidade, tal como se afirmava – em esfera nacional – necessário ao desenvolvimento do país. A escolha dos projetos das casas operárias, tais como as avaliações de custo e a participação dos fundos da Caixa de Aposentadoria e Pensões, eram organizados dentro do Ministério de Educação e Saúde e demais repartições delimitadas. O trabalhador recifense precisava de sua casa própria ou alugada para enfim realizar sua função social à nação: desenvolver a família nuclear, em uma casa individual, separando as famílias.

Considerando que o plano da Liga Social Contra o Mocambo visava, sobretudo, à reeducação social dos ex-habitantes dos miseráveis casebres erguidos na lama do mangue. Nas

vilas, obras de educação e assistência têm a tarefa de reajustá-los aos padrões de vida exigidos pela dignidade humana e para o seu próprio aperfeiçoamento profissional. Se o mocambo transgride com a moral e rebaixa o espírito, a vila popular exige que as normas morais sejam observadas e que o seu morador procure adquirir a consciência do seu próprio valor e do papel que lhe cabe na vida social.

Agamenon Magalhães para impedir o surgimento de mais casebres foram estabelecidas leis que proibiam a sua construção, como também ações de despejo, aumento de imposto e demolição dos mesmos. As medidas tomadas pelo Interventor Agamenon sobre os mocambos deixava claro que não adiantaria os mocambeiros tentar erguer novamente seus mocambos na áreas alagadiças da cidade, visto que os que assim fizessem estariam confrontando o próprio Estado:

Procuramos transformar a sua casa de taipa em uma casa de alvenaria e telha o dono da casa de taipa, vi isso no domingo ontem em varias zonas da cidade está cavando alicerces em volta da antiga moradia, elevando as paredes e cobrindo a telha. A prefeitura da licença gratuita para essa transformação, há por outro lado a exigência da urbanização e do serviço de água e esgoto. A questão da higiene tem que ser colocada em primeiro lugar, resolvida essa estarão resolvida todos os demais problemas da habitação.[..] no meu governo o primado é do bem público que estiver contra o bem público estará contra o Estado. O que faremos questão é que todas as casas de taipa [e de certo, se transformem em casas salubres] (CASAS..., 1941, p. 3).

O interventor federal com sua Liga Social Contra o Mocambo combateu o mocambo como construção e não a miséria que o habitava, ele “era visto como causa, e não como consequência, de uma situação de desigualdade econômica” (PANDOLFI, 1984, p. 63). O interventor afirmava que o mocambo acomoda o trabalhador, por isso ele não se esforça para mudar sua condição de pobreza, porém uma moradia nova, descente e saneada o estimularia a buscar melhorias para sua vida, o fazendo trabalhar até mais.

É notória a tentativa da interventoria de retirar os mais pobres das áreas centrais e colocá-los em regiões mais afastadas era o objetivo de Agamenon. Dessa forma a pobreza e miséria não incomodariam os políticos e a sociedade mais abastada. Era compatível também com interesses de construtoras e do setor imobiliário visando nos terrenos mais centrais, áreas mais valorizadas da cidade.

Dessa forma, o processo de aterramento elaborado pela Liga Social iria aos poucos fazendo os aterros na cidade e derrubando os mocambos. A Liga tinha por objetivo captar recursos das classes proprietárias e construir as denominadas vilas operárias. Prometia casas higiênicas com terraço e quintal, os jornais anunciavam o início das obras de aterramentos para a construção das casas:

Sob a presidência do interventor Agamenon Magalhães, realizou-se ontem á tarde, no palácio do governo, mais duma reunião da liga social contra o mocambo. Iniciados os trabalhos do senhor Alfredo Vieira secretário da liga, comunicou que semana ultima, foram demolidos 26 mocambos. E na ultima semana mostrou as ultimas arrecadações para o Abrigo Cristo Redentor. [...] prossegue o trabalho de construção do primeiro grupo de casas da Vila dos industriários, em Areias, cujo plano total abrange 300 residencias. [...] O senhor Melânio de Barros informou que a empresa construtora de casas populares SA. Iniciou o aterro na estrada do remédios afim de construir novas casas populares ali (REUNIÃO..., 1943, não p.).

Agamenon utiliza-se do poder de persuasão e coerção, disseminado através dos aparelhos educacionais, midiáticos e religiosos, para recolher recursos de empresários e indústrias e manter aceso seu sonho de erradicar os mocambos. Nesse processo de aterramento foram demolidos 23 mocambos com a proposta de construção de 300 casas para a futura Vila dos Industriários.

Normalmente as futuras vilas tinham nomes relativos as profissões exercidas pelos trabalhadores: Vila dos Contínuos e Serventes do Estado em Areias, Vila Tranviarios no Rosarinho, Vila Popular do Cordeiro, Vila das Costureiras e das Cozinheiras, Vilas dos Bancários dos Ferroviários dos Tranviários em Santo Amaro, Ilha do Leite e Vila das lavadeiras.

Para a construção dessas vilas, o importante não era saber como estas pessoas viviam e nem as condições, mas a Liga iria retratar a realidade dos mocambeiros para mostrar os materiais utilizados por tais moradores e a qualidade e fazer uma comparação como as futuras casas de alvenarias que seriam construídas nas futuras vilas. A interventoria afirmava que “ A solução do prolema do mocambo para essa gente não é fácil” (LAVADEIRAS..., 1939, não p.). Já que muitos não eram filiados aos institutos de Previdência Social, e seu poder aquisitivo era quase nenhum.

As informações mostram que no que compete as habitações populares, a Liga fora demolindo os casebres de palhas que tinham e segundo a interventoria, a sua ocupação completamente desordenada, assemelhando a esse ponto as favelas. Ao serem demolidos eram proibidos a construção dos mocambos nos mesmos locais, já que eram considerados a marca dos problemas sociais da cidade do Recife. A Liga Social Contra o Mocambo definia como objetivo principal a construção de casas para a população menos favorecida do estado, mas cada vez os mocambos eram demolidos e o processo de aterramento dos mangues eram efetuados:

Iniciado os trabalhos, o secretário da Liga informou que foram desapropriados 122 mocambos na zona do aterro em Santo Amaro, acrescentando que ja foram pagas todas as idemnizações. [...] o senhor Arthur Pio dos Santos, thesoureiro declarou, a

seguir, ser de 429:544\$ 200 da liga o saldo a favor da instituição, depositado no Banco Auxiliar do Commercio (REUNIÃO..., 1940, não p.).

A destruição dos mocambos para as futuras Vilas em Santo Amaro não se deu conforme a Liga informava. Muitos foram desapropriados e não tiveram suas moradias feitas pela interventoria, além de indenizações não terem sido pagas como prometido. Segundo Bezerra (1965) era um momento e uma briga entre administradores da cidade e os donos dos mocambos que, pressionados, criaram a sociedade para defender seus interesses, a “Sociedade a Bem de Nossa Defesa” (BEZERRA, 1965, p. 41). Uma das primeiras associações que deram origem a diversas outras nas décadas de 1940 e 1950, tais associações eram permitidas por Vargas, pois tinham um caráter educador e integrador que se queria o Estado Novo. As intervenções feitas pela Liga e as ações de Agamenon Magalhães mesmo sendo em pleno processo do Estado Novo, carregava resquícios de uma mentalidade interventora era de um intervenção da própria identidade regional de um povo.

Visando erguer as vilas em locais separados dos bairros nobres, a Liga buscava estabelecer uma hierarquia através das reformas urbanas, o Recife acabava sendo dividida aos poucos em várias cidades. Gerando valorização de algumas áreas em detrimento de outras. Desse modo, os resultados dos trabalhos da Comissão Censitária dos Mocambos iria sendo implementado através da questão habitacional.

A pesar de ter se constituído como um processo limitado, mostrou-se eficiente na elaboração de medidas de controle social e, ao longo das três primeiras décadas do século XX, o governo estadual e o municipal utilizaram medidas autoritárias para manter a disciplina no uso do espaço público urbano a fim de assegurar a higienização da cidade. Os pobres e suas habitações tornaram-se alvos diretos, de modo que, o olhar para as habitações populares perpassava pelo higienista, pois estes eram os que apresentavam projetos importantes para o sanitarismo e urbanismo da cidade ao lado dos engenheiros e médicos. Maria das Graças Almeida (2001) em seus estudos sobre a interventoria, observar que em nome da modernidade, Agamenon buscou erradicar

tudo que simbolizasse o velho, o obsoleto, ou seja, tudo que representasse a República Velha [...] nesta proposta, concentrava-se o ideário regenerador do Estado Novo: criar o novo acionando signos que, no seu conjunto, colaboravam para a construção do imaginário em que a ideia de progresso se apresentava como antônimo do provinciano, do atraso, feio repugnante (ALMEIDA, 2001, p. 25).

Com isso, uma das medias da interventoria foi de formular um plano de remodelação da cidade segundo o qual a “a miséria em todas suas nuances – deveriam ser extirpada, porque

por ela se retrata a feiura da cidade” (MELLO, 1982, p. 230) assim, a proposta da interventoria buscava, sanear e urbanizar a cidade. Ao falar de reformas urbanas, as habitações populares acabavam se tornando alvos, “Recife nesta época recebeu uma reforma urbana: ruas portos, tudo passava por uma grande renovação para ganhar áreas de uma capital” (MELLO, 1982, p. 230).

Assim, os mocambos em que pessoas viviam em péssimas condições de vida chamavam atenção daqueles que circulavam pelas grandes capitais, sendo tema de discursos e da interventoria. Vale lembrar que tal moradia em sua própria estrutura física não combinava com a paisagem que se queria construir no início do século XX. Assim como no Rio de Janeiro que os cortiços tinham pequenos corredores, pouca ventilação e sem luz, com chão de madeira, buracos e paredes rachadas (CHALHOUB, 2018). O mocambo era feito de barro e terra batida com pouca ventilação e péssimas condições de se morar. Percebia-se que a forma de se morar e as dinâmicas domésticas ali vivenciadas eram elementos fundadores do atraso, além disso, "os cortiços eram considerados na época como segundo fator responsável pelas péssimas condições de higiene municipal" (CHALHOUB, 2018, p. 88). Dessa forma, com os mocambos não foram diferentes.

Nesse sentido, as vilas operárias seriam uma alternativa para a resolução do problema da habitação. “Os homens caranguejos”, as marisqueiras e o proletário foram, então, lembrados pelos médicos como classes danosas à sociedade. Já mendigos e deficientes portanto, deveriam ser recolhidas às instituições de caridade, e assim como os demais ao serem retiradas do centro para viverem no subúrbios mais distantes. Ao invés de lhes assegurar condições para que se mantivessem dignamente, os médicos, engenheiros sanitárias, junto a interventoria pregavam a manutenção da modernidade.

Os principais feitos urbanos elaborado pelo interventor estavam centrados na remodelação da cidade, que buscavam não só dar continuidade a modernização que já ocorria na década de 1920, mas é sabido que às transformações modernizadoras não se deu apenas no centro da cidade, mas nos subúrbios, visto que a cidade se ampliava e conseqüentemente as suas fronteiras também, a ampliação aconteceu de forma que a retirada dos mocambos não se deu em qualquer subúrbio, mas dos principais subúrbios mais próximos do centro, já que o objetivo era a remodelação de forma padronizada, tal objetivo fazia parte de um projeto maior que visava a proposta modernizante do Estado Novo.

Figura 12 – Aspectos Típicos dos mocambos na Cabanga. Boletim Técnico de Aviação e Obras Públicas do Recife. Recife de Janeiro a Março de 1941



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Essa é uma época em que o higienismo no Brasil aparece como uma formação de ampliação do saber e poder médico e o Estado Novo tinha como proposta de um novo homem, que precisava ser inserido no mundo do trabalho questões importantes para se pensar a saúde, bem como a insalubridade das habitações, uma vez que sem trabalho o pobre estaria mais suscetível as doenças e a pobreza, a fome se tornaria uma ameaça as famílias burguesas, um problemas social para as elites.

Dessa forma, as mudanças que incidiram nas cidades pelo interventor é que buscou-se compreender como estas intervenções se deram e se caracterizaram para a parte mais pobre da população, o momento Vargas no Recife é marcado pelo autoritarismo, centralização política e da modernização das instituições e das cidade.

É possível até que a ascensão, entre 1910 e 1920, de um argumento nacionalista a reivindicar a precedência de causas higiênicas e sociais de nossa decadência tenha ampliado as possibilidades de abordagens dos males do Brasil e de regeneração do homem nacional para além de visões étnicas e raciais até então indiscutíveis [...]. Não é de se estranhar também que o discurso da doença e do saneamento do país

tenha de fato contribuído com mais força para referendar e escoltar a disciplina urbanística em sua função modernizadora da nação (LIRA, 1996, p. 3).

Os mocambos eram duramente criticados como opção de moradia, e sua negação guiados por concepções higienistas, como autor importante para se discutir observação sobre a sociedade Lira (1996), explora além das relações raciais, culturais, partindo da premissa de que o discurso urbanístico encontra na eugenia bases fortes, através do regionalismo, para o mesmo as ações urbanísticas, foram desenvolvidas por visões eugenistas, sendo assim, o pobre e sua habitação foram motivos de preocupação, os “surto” epidêmicos do Recife estava a deterioração das condições de vida da cidade diziam os higienistas.

Não demorou, e essa patologia passou a ser denominada de “doença de pobre” e por isso, os casebres, os mocambos dos alagados passaram a ser vistos como detentores das condições necessárias à reprodução do vírus dessa patologia. Para o interventor federal o mocambo era um mal:

o mocambo não é só uma habitação anti higiênica. Um mal para a saúde. É um fator psicológico de depressão social. Reduz os horizontes das aspirações de conforto da população, [...] de uma vida mais feliz, que é a força moral das coletividades, a condição de progresso, de aperfeiçoamento, de civilização, sempre a meios que elevem a dignidade humana (O GOSTO..., 1939, p. 3).

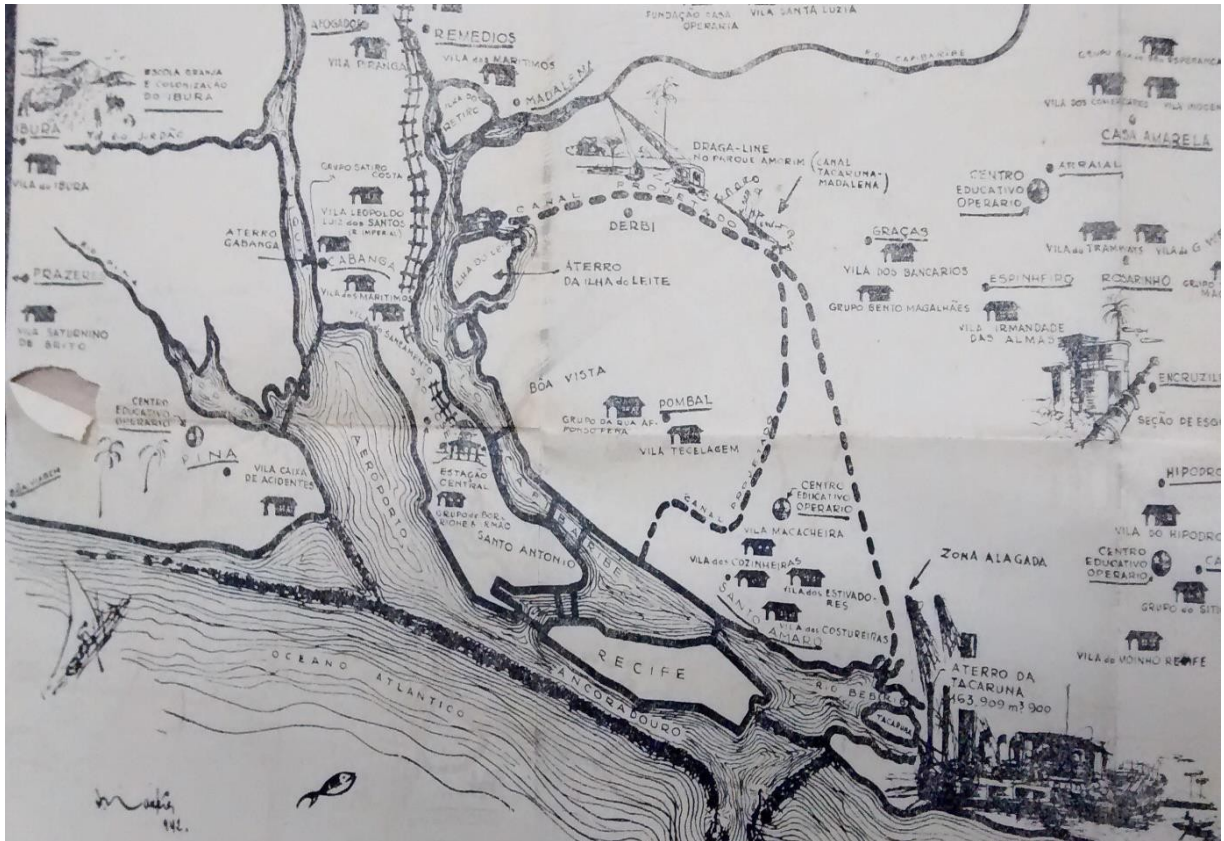
Não se denunciavam apenas as condições da casa, mas também os moradores, pois, na perspectiva da manutenção da cidade saudável e salubre, eles passaram a ser vistos como agentes transmissores de doenças, sendo assim o discurso da doença e saneamento foram marcas que contribuíram para o urbanismo e modernização do Recife. O governo e setores conservadores da sociedade acreditavam que precisavam ser protegida, pois estavam sendo ameaçadas pelos mocambos.

Assim, contra o mocambo se estabeleceu um discurso multifacetado que tanto tocava as questões de higiene e saúde, bastante em moda no início do século, quanto às questões econômicas, que passava pelo redirecionamento da ocupação e utilização do espaço, político-ideológicas, que trazia embutida os interesses de controle, informação e legitimidade perseguido pelo Estado.

O interventor pernambucano estreitava cada vez mais os laços entre governo e a sociedade, visto que perseguia a população que passaram a erguer os mocambos nos córregos da cidade, já que estavam pretendendo demoli-los, através dos planos a interventoria mapeou alguns lugares da cidade que continham os mocambos para construir as vilas, abaixo na imagem é possível ver os principais locais que continham mocambos e foram alvos da

interventoria:

Figura 13 – Mapa demonstrativo da realizações da Liga Social Contra o Mocambo. Relatório da Liga Social Contra o Mocambo. Recife, Julho de 1939 à Julho 1942



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Buscando os caminhos que tentaram traçar para facilitar a produção e o acesso à moradia, Agamenon através de sua equipe técnica produzia mapas para facilitar a produção e o acesso aos locais de moradia das populações pobres. A fiscalização das obras e localização mais próxima do centro da cidade como: Boa Vista, Santo Antônio, Boa viagem, Madalena, Graças e Espinheiro poderiam ser vistas pela interventoria através dos mapas, como pode-se ver na imagem acima. Os mapas ajudavam na localização dos terrenos mais baratos, os mais alagados e o pontos que ficavam nas áreas centrais e de interesse do setor imobiliário. Buscando enfatizar que a moradia popular não poderia conviver com áreas mais centrais a busca e os incentivos à construção de novas moradias começaram a gerar uma verdadeira “guerra” contra a moradia popular.

A guerra contra os mocambos adquiriu proporções inimagináveis, quando um artigo fora publicado no Jornal Pequeno por um sindicalista das Indústria de Fiação de Tecelagem de

Recife, no rastro dos relatos vai se consolidando o mito do interventor Agamenon Magalhães, o exterminador de mocambos já que o mocambo era um assassino de pessoas, responsáveis pela proliferação da doença e da pobreza. O sindicalista Severino Cunha Primo expressava sua indignação contra a moradia:

Um operário meu amigo e companheiro veio até minha casa, pela terceira vez convidar-me a ir ao enterro de filho seu, o que entendi fui a êle preparar aos pápeis e a igreja mandar tocar os sinos anunciando a perda de mais uma vítima do mocambo. Acompanhando-o do enterro ainda até a sua morada. De volta do cemitério, disse-me ele não tenho direito de criar um filho é o terceiro que morre e só hoje foi que compreendi que quem assassinou meus filhos foi o mocambo; vou provar-lhe com fatos, e, pegando o meu braço, mostrou a 2 metros de distancia do quarto onde ele dormia uma fossa arrodada de palha que aqui se dá o nome de “aparelho” e abalou as palhas do mocambo baixo e sujo, saindo centenas de batatas, grilos, escorpiões, etc. Aquele Mocambo sem água, sem luz e sem higiene fora o assassino dos seus 3 filhos. Será que diante de tais fatos ainda existem em Pernambuco, fora dos porcos, falta de lamas a Liga Social Contra o mocambo esta fazendo desaparecer dos suburbios da capital Mauricéa as casas infectas, prejudiciais á saúde. Multiplique os inimigos do bem se é que existem, 45 mil por 3 que é o numero de brasileiros como os do meu companheiro, que morreram assassinados pela falta de higiene, e conforto e vejam quantas vidas uteis a pátria perdeu; e quantas mães sofreram a falta de seu filhos estremecido! (MOCAMBO..., 1940, não p.).

Nessa guerra foram utilizadas, a imprensa e a igreja como pontas de lanças do regime estadonovista visando a destruição das habitações populares, significado como resquícios do atraso a ser superado pela nova ordem, pela nova nação. O mocambo agora seria o causador de chagas, o símbolo da pobreza, o antro de imoralidade e o assassino de pessoas.

Sendo assim, para atingir os resultados almejados o interventor adota como necessárias medidas que regulem a vida da população pobre em ambientes públicos como também os privados. Com a ajuda dos médicos sanitaristas tentavam introduzir novos instrumentos, médicos como Otávio de Freitas, passam a atuar nas direções da cidade fazendo registros sanitários para combater as habitações populares. O perfil normatizador dos higienistas ficara ainda mais declarado quando a questão sanitária tornou-se, portanto, prioritária para o governo, justificando seu controle sobre os pobres:

Otávio de Freitas, grande higienista brasileiro mandou-me ontem a memória que apresentou, em 1909, ao Congresso Médico Pernambucano, encarecendo a necessidade do registro sanitário das habitações. Nessa memória há a seguinte descrição do mocambo: o mocambo são edificados em lugares úmidos, aterrados, quase sempre com lixo e cercado de pântanos e alagadiços invadindo as águas das grande marés o interior de muitas delas, seu material de construção é composto de latas velhas ou pedaços de caixões para as paredes, e capim, palhas ou folhas de zinco, o chão não tem revestimento [...] dormem amontoados de mais de três pessoas, [...] o mocambo que tantas gerações também viram, sem sentir o seu mal. Esse mocambo é o viveiro de tuberculose e das moléstias tifóidicas, a morada de todas suas doenças que habitações insalubres, atraem, alimentam e propagam.

Derrubar, pois um mocambo é extinguir um foco de infecção. É dar saúde ao povo (O QUE É..., 1940, não p.).

A atuação de Freitas na saúde pública e seu combate contra a tuberculose acaba colaborando com o discurso de extermínio do interventor sobre as moradias. Agamenon não previa medidas isoladas, toma como norte iniciativas que atuem em várias frentes e o discurso médico-higienista fora usado como forma de erradicação dos focos de infecção como forma de prevenção.

Diante da atuação da Liga Social contra as doenças causadas pelos mocambos e a proposta da casa própria pelo interventor, foram se concretizando os aterros e derrubadas dos mocambos, e para isso Agamenon fazia as propostas da casa de alvenarias e as construções das vilas operárias. A imagem abaixo mostra o plano de habitação do interventor para a população mais pobre:

Figura 14 – Plano de Construção de Habitações Econômicas



Fonte: UM PLANO para construção de habitações economicas: um vasto projecto de 3.000 casas num grande terreno entre Giquia – para resolver parcialmente a questão dos mocambos – condições de venda – a opinião do prefeito contraria ao projecto. *Diário de Pernambuco*. Recife, [?] jul. 1940, p. 1.

O interventor informava que medidas deveriam ser tomadas para coibir a proliferação dos mocambos na cidade, além disso “Baseando-se na definição do direito de propriedade como um direito natural, a interventoria de Pernambuco defende que todo cidadão deve ser

proprietário de seu imóvel” (PANDOLFI, 1984, p. 61). É nesse sentido que a Liga Contra o Mocambo pleiteia a construção das casas, pois os moradores dos mocambos poderiam comprar a longo prazo, de acordo com seu salários. Tentaram traçar caminhos para facilitar a produção e o acesso à moradia buscando o barateamento dos custos envolvidos. Para Lira (1996, p. 119):

Um ideário de habitação econômica ou de pequeno valor; nova versão de uma referência mais antiga à habitação higiênica, depois que esta última tornou-se aplicável a toda a cidade. Econômica devia ser então apenas a casa proletária.

E nessa perspectiva de barateamento que a Liga social traça um caminho através da isenção de impostos como atrativo, garantindo maior rentabilidade aos investimentos no setor. Ou seja, a solução segundo o interventor deveria começar pelo setor econômico construindo casas como uma forma de distribuição de riquezas, transformando os habitantes dos mocambos em pequenos proprietários.

Diante de um processo em que a produção da iniciativa privada não abrangia ademandas por moradias sob valor acessível aos segmentos sociais de baixa renda, tanto para o aluguel como para a compra, o governo continua a depositar seus meios de ação em iniciativas na forma de incentivos fiscais. Exemplo é a lei nº 1530, datada de 5 de julho de 1922 [...] (FRANCISCO, 2013, p. 73).

Assim, o governo através de campanhas publicitárias principalmente nos jornais, vai divulgando as ações do plano a ser executado visando a derrubada dos mocambos. Ainda Segundo Pandolfi (1984, p. 63) “o projeto incluía tanto a construção de casas para fins de assistência social, como para operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência, Caixa e Pensões e Ministério do Trabalho”. Porém na prática, ao priorizar os sindicalizados e contribuintes, Agamenon indiretamente estimulava o fortalecimento dos sindicatos.

Logo, a interventoria buscava unificar a moradia aos locais de trabalho de cada sujeito, já que os operários seriam para a indústria mais produtivos morando perto das usinas e fábricas.

Com isso, entendia-se que o interventor resolveria a questão da pobreza, e que as construções das casas de alvenaria possibilitava outras formas de viver, mas o objetivo não seria o de olhar a questão da pobreza ou resolver as questões da desigualdade, a ideia seria da exploração da pobreza pela administração pública, somando ao conformismo dos moradores “iludidos”. Assim, foram aterrados diversas áreas de mangues, a destruição dos mocambos do

Recife contava com o apoio de alguns setores empresariais, principalmente donos de indústrias que queriam expandir seus negócios. Com isso, os trabalhadores ficariam mais próximos do trabalho, assim os custos seriam menores e a produção possivelmente melhor, tendo em vista que ficariam mais felizes morando perto das fábricas e usinas. Com a proposta de que traria garantias que pudessem trazer melhorias aos pobres trabalhadores, a prefeitura dava continuidade aos aterros:

O departamento nacional de saneamento, no Recife acaba de fazer o aterro. A draga já tomou posição, além da ponte do Pina para fazer o aterro dos alagados da Cabanga aos Afogados. [...] a Liga social Contra os Mocambos precisava de aterros para construir. Os planos de vilas populares já tinha atingido todos os terrenos dos arredores da cidade e também próximos dos mangues.[...] O transporte de barros e areia passou a ser feito ora de caminhão ora a canoa e veículos de tração animal. Foi esforço penosíssimo e de alto custo. Assim é que foram aterrados as áreas do Pina, Cabanga. Assim ficaram aterrados os canais da rua da Aurora e Hospício. A cruzada contra o mocambo atravessou, é verdade o período mais difícil. As dificuldades porém redobram a energias e a fé, fortalecimento e confiança no êxito de uma campanha humanda inadível (O ATÊRRO..., 1940, não p.).

Um fator que foi fundamental para a reprodução do trabalho da Liga Social Contra o mocambo foi o de mapear as áreas que seriam drenadas e construída as possíveis vilas, nesse sentido, Agamenon se mostrou um bom conhecedor da Cidade do Recife nas representações cartográficas. Os mapas foram importante para dar viabilidade dos loteamentos centrais e periféricos, para a construção das vilas operárias, sabendo que a questão da moradia vinha dos fluxos migratórios o grande objetivo do interventor foi o de erradicar os mocambos e mandar as famílias de volta para as áreas rurais, como pretexto de que estaria dando melhores condições de vida aos mesmos.

O interventor ao construir as vilas operárias conseguiu contemplar interesse das elites locais, visto que construía moradias seguindo os padrões de higiene e estética, plausíveis destruindo a reprodução dos mocambos a condição de levar as moradias populares a ocuparem áreas estabelecidas pelo zoneamento como suburbanas ou rurais, distanciando-a dos terrenos de interesse à empreendimentos de maior capital e, assim, criando focos de urbanização e valorização do solo ainda que em lugares incipientes da maioria dos serviços públicos.

Figura 15 – Vila dos Remédios



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

4.3 A DEMOLIÇÃO DOS MOCAMBOS: PARA ONDE VÃO OS POBRES? MAIS MOCAMBOS OU MENOS MOCAMBOS?

A demolição dos mocambos e a retirada da população pobre de suas moradias foi uma ação da interventoria marcada por agressivos gestos de repressão à construção e por atos concretos e simbólicos, de destruição e derrubada de habitações. Derrubava-se e em boa parte e as vezes não indenizava. A preocupação e criação de novas alternativas de habitação popular fez com que o interventor federal, aterrasse os mangues e fossem loteá-los para a construção de casas de alvenaria. Os mocambeiros por sua vez viam seus casebres serem derrubados, e alguns resistiram ao ver suas moradias literalmente indo por água-abaixo:

Os mocambeiros entraram em luta quase forçados. Por necessidade para subsistir. Usaram todos os métodos possíveis às suas forças e as suas inteligências, para enfrentar adversário muito mais fortes. [...] despejos noturnos à base de violência, perseguições policiais, incompreensões de autoridades, prisões e demolições de mocambos, e até destruição de salas primárias instaladas nos mocambos e mantidas por mocambeiros (BEZERRA, 1965, p. 41).

Com isso, o interventor primava por explorar o discurso da pobreza como fruto dos mocambos, incentivando cada vez mais, as demolições. O que salientava a falta de olhar de Agamenon para os pobres, mas sobre a ideia de exploração da pobreza pela administração pública, somada a “acomodação” de tantos outros moradores que não quiseram conter as derrubadas e se interessaram pelas prometidas casas de alvenaria. No entanto, para os que foram contra a medida do interventor e não acreditavam que a retirada das habitações não iriam trazer melhorias para a população pobre, restaram desapropriação forçada, ameaças e violências.

Assim, no Recife o combate ostensivo ao Mocambo, se dava cada vez mais através da ação político-ideológica e repressora do Estado, com o argumento dos seus malefícios à saúde e à dignidade da população, mas a proposta de novas habitações e de das edificações da vilas, não foram suficientes para resolver o problema social da pobreza no Recife, visto que como estratégia de sobrevivência diante das expulsões de suas habitações, a construção dos mocambos se dava de forma que seu espaço de manobra se disseminou por morros e córregos:

Na encenação destrutiva, há relatos de que o mocambo era amarrado a correntes e arrastados. Os moradores empurrados fora de sua moradia retiravam seus pertences e, na maioria das vezes, saíam à procura de um lugar para morar, impotentes ante a violência do Estado. O palco relatado e provável desta cena, no momento mais pujante da Liga, são os bairros de São José, Boa Vista, Afogados e Santo Amaro, às margens do Capibaribe, nos aterros sobre o manguezal. Na encenação, o poderoso e violento Estado Novo não contemporizava e seguia bradando morte aos monstros de palha, taipa, madeira e zinco. Bem ao estilo do Estado autoritário, o exterminador ainda conclamava a população a denunciar os mocambeiros e apontar as construções e reconstruções de mocambos que tivesse conhecimento (LEITE, 2010, p. 4-5).

As tensões que foram vivenciadas na apropriação da cidade por moradores pobres, e sobre a intervenção de Agamenon, revelou enorme quantidade de recifenses expostos ao poder do governo, são informações que podem mostrar parte ainda subterrânea da luta ocorrida entre as políticas de intervenção do Estado Novo, é nesse momento que vai se consolidando importantes comunidades em morros como de Casa Amarela.

Figura 16 – Morro de Casa Amarela, entre os anos de 1940 e 1955



Fonte: Museu da Cidade do Recife. Disponível em: <https://museudacidadedorecife.org/acervo/fotografia/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Diante da impotência frente a ação do Estado, a população buscavam outros locais para sobreviver, dessa maneira os pobres do Recife assistia desde o início do século XX uma crescente intervenção em suas habitações e modos de viver. A cidade também sofria intervenção em seu espaço urbano, os mocambeiros encontravam-se em uma situação limite no território recifense, já que eram proibidos de erguer e morar nesses locais mais centrais. Com isso, ao erguer suas habitações em locais de córregos e morros os subúrbios e a pobreza continuaram a se expandir, e com eles, os mocambos cobertos de palha, feitos de taipa ou madeira. Nos espaços que não continham o germe da cobiça imobiliária, saiam de locais alagados, para outros locais muitas vezes novamente alagados e partiram para os morros e córregos da cidade.

O processo de ocupação e aglomeração nos morros e córregos da cidade por sujeitos pobres incorporava-se á expansão da cidade a partir dos anos quarenta do século vinte em terras de morros, ao derredores da cidade. Assim, iriam se formando espacialidades desiguais o que contribuía com a construção de mais mocambos. Segundo dados insuspeitos por que são colhidos de informações oficiais, existiam em 1939, cerca de:

45.581 mocambos no Recife, e neles residiam 164.837 pessoas. Desse total foram demolidos, desde aquele ano até a recente instalação do “Serviço Social Contra o

Mocambos” que substituiu a Liga, 13.774 casebres. Nas declarações publicadas quanto da instalação daquele “serviço”, foi dito com certa dose de esperteza, que a liga fizera construir 16.267 casas, no interior e na capital. Mas a verdade que dessas 16.267, restante foram edificadas apenas 1.183 (mil cento e oitenta e três) foram levantadas pela liga, foram edificadas pelo apoio de institutos de previdência, caixas de aposentadoria e pensões, industriais e empresas construtoras diversas (MAIS..., 1945, p. 11).

Aqui está o resultado da campanha contra o mocambo: as centenas elas se espalhavam e multiplicam fora das zonas urbanas, em Olinda é como se vê na presente reportagem. As fotografias apresentam aspecto de Peixinhos, para onde a população pobre teve que se mudar do dia para outro:

Quando o senhor Agamenon atirava-se furiosamente contra os mocambos de Santo Amaro e de outros pontos mais centrais, milhares e mais milhares dessa humildes choupanas iam surgindo, diariamente, nas zonas suburbanas, transplantando-se para longe a paisagem que o ex interventor não podiam contemplar. O morador do mocambo após a assistir a derruba da impiedosa de sua residência, partida em busca de outras plagas, onde pudesse construir uma tapera, para o seu lar, as casinhas apareceram menores comum aspecto misero (MAIS..., 1945, p. 11).

As através das informações dos periódicos não oficiais coloca-se em xeque a condição de cidadania desses moradores de mocambo e a intenções do interventor e suas políticas públicas voltadas para a pobreza especificamente para os moradores dos alagados. O esforço da retirada de milhares de moradores de suas antigas residências, vistas como imundas e inapropriadas para aquilo que se procura na cidade, se de um e diante a esse pano de fundo, onde o forte teor sanitarista estava presente, ao lado de projetos de modernidade, pois eram derrubados os mocambos no Recife e edificado na cidade de Olinda, e em morros como o de Casa Amarela, as fontes informa que o crescimento desordenado de mocambos na cidade de Olinda se deu como alternativa as ações do interventor:

Quadro 1 – Crescimento das habitações de tipo mocambos em Olinda

Ano	Quantidade de mocambos existentes
1939	2.552 mocambos
1940	3.664 mocambos
1941	4.740 mocambos
1942	5.369 mocambos
1943	5.586 mocambos
1944	6.093 mocambos
1945	7.925 mocambos

Fonte: MAIS..., 1945, p. 11.

Esses dados foram recolhidos na Prefeitura de Olinda, o que corresponde que na interventoria fala-se muito de um Recife em busca de uma modernidade, ainda que, como foi visto, sem superar os valores que construíram a sociedade que antecede esse interesse, e que por fim, ajudam a pensar a perpetuação de velhas desigualdades e esbarra decadência do desenvolvimento humano local na cidade. Lembrando a existência de múltiplos Recifes, desvela as diferenças econômicas e condição de subcidadania⁹. A interventoria tentaria expropriar o cidadão pobre do seu direito de também propor o futuro da cidade, estabelecendo qual a casa e a urbe ideal a cidade do Recife precisava. As intervenções violentas de Agamenon só contribuíram para a população resistir de forma a promover o pobre a responsabilidade em ocupar novos territórios marginalizados.

Com isso, a busca pelo acesso à casa, fez com que setores intelectuais criticassem a atitude do interventor pernambucano, que afirmavam que Agamenon não resolveria o problema da habitação popular e muito menos do pobre, visto que a retirada dos mocambos do centro e a expulsão de seus moradores repercutiu num impacto social que se direcionava para os morros da zona norte e para cidades vizinhas como Olinda, a partir de então, fenômeno este que impulsionaria uma área de expansão urbana e propagação da desigualdade social, visto que as políticas públicas de Agamenon Magalhães foi muito mais para retirada

⁹ Ver: SOUSA, J. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003. O autor tece sugestões que avizinham o argumento da subcidadania aos nossos dias. Observa que a "contradição de classes" na modernidade periférica revela uma "ralé" de excluídos. Esse contrasta nossa modernização periférica, para insistir em que aqui tivemos experiência marcada pela ausência de precondições essenciais nos processos de cidadania desenvolvidos em outros países

marcante dos mocambos da paisagem da cidade do Recife:

Faz-se um estardalhaço enorme com a tal liga contra o mocambo; assoalha-se que se destruíram 13 mil mocambos, mas como se construíram apenas 1.300 casas, era natural que as pessoas expulsas dos mocambos destruídos, construíssem novos, onde vivessem.[...] Mas onde é que essa gente queria que se aboletassem os pobres, expulsos de seus mocambos? Queria que ficasse na rua? Se não tinham onde morar, é claro que os mocambeiros tinham de construir novos mocambos. Só podia dar nisso uma obra que nasceu do embuste; e no embuste e na manifestação terá que desaparecer (A VERDADEIRA..., 1946, p. 2).

Assim, as críticas feitas ao interventor, mostrava o quanto a população em a busca por melhores condições de vida e a esperança no governo e nas ações sociais da interventória, fez com que muitos acreditassem no apelo emocional usado por Agamenon como um recurso recorrente em seu periódico Folha da Manhã para convencer a população a se retirar das suas casas e acreditar na extinção dos mocambos, cada vez mais que se derrubava os mocambos, outros eram erguidos.

Haja vista que a quantidade de mocambos demolidos eram muito mais exorbitante que as casas de alvenarias construídas pelo interventor, além disso, essas novas construções de mocambos que foram erguidos, foi acompanhada pela comissão do Estado em integrar esses subúrbios mais distantes aos serviços urbanos básicos. Assim, a realidade do morador pobre, nos anos 40, fora marcada pela precariedade nas condições básicas de vida dessa população, que novamente sofria com a insalubridade e passaram a se abrigarem nas colinas, morros, córregos e encostas.

Figura 17 – Homens, crianças e mulheres do Mandacarú: aspecto da população pobre do Recife, entre os anos de 1946



Fonte: HOMENS, crianças e mulheres do Mandacarú: mocambos a cem cruzeiros, estradas intransitáveis e a tortura da falta d'água – alguns aspectos da gente pobre do Recife. **Jornal Pequeno**. Recife, 16 jan. 1946, p. 1

A política do interventor não provocou a ocupação dos mocambos apenas nos morros, eram erguidos mocambos nas ilhas de João de Barro, Ilha do Leite, Torreão e Santo Amaro. Esses locais concentravam grande parte dos casebres de palha embora o governo construía algumas vilas populares e propaguem aos quatro ventos que solucionará o grave problema da habitação, os pobres continuam a sofrer.

A verdadeira Face Da Cidade Maurícia, Dona miséria da show na zona pobre do Recife, uma legião de candidatos á tuberculose mora nos mocambos dos mangues, córregos e morros, onde a alimentação é uma farsa para o estômago.[...] começamos a falar dos problemas da classe pobre, que em têda a parte do mundo sofre, mas que salvo engano, sofre muito mais no Recife, insto porque a classe pobre na terceira cidade do Recife, vivi na lama como caranguejo, ou então em morros feitos de imundície, habitando a mais degradante das espécie de residências: o mocambo feito de barro e madeira ruim. Mocambo de palha. Mocambo plantado na lama mal cheirosa dos alagados. Mocambo do alto dos morros onde não há água e nem transporte. Enfim, mocambo residência que degrada, que humilha e que não é digna da condição de humano (DONA..., 1946, p. 2).

As informações contidas no periódico acima, valorizam a ideia de que os contrastes existentes na cidade permaneceram, as doenças e a pobreza também, revelando precárias

condições de moradia e alimentação, mostrando que muitos continuaram abrigando nas áreas alagadas, ou morando em mocambos. Visto que o problema da moradia é fruto da desigualdade social e não o contrário como o interventor vivia escrevendo em seus artigos no periódico folha da manhã. Abaixo a imagem de uma família que continuava sofrendo com problemas de moradia literalmente afundados na lama dos mangues.

Figura 18 – Característica marcante da população pobre do Recife entre os anos de 1946



Fonte: GARNIER, A. Dona miséria dá "show" na zona pobre do Recife. **Jornal Pequeno**. Recife, 16 jan. 1946, p. 1.

Assim, a situação da população pobre do Recife, não se resumia apenas a troca de uma habitação por outra mais higiênica, mas a reeducação e integral social desses sujeitos, com assistência e desenvolvimento de atividades que o recolocassem na sociedade, a derrubada dos mocambos fora grande, as propagandas contra o casebre e contra os seus moradores também.

Mas a relação entre o governo de Agamenon Magalhães e os pobres moradores de mocambo se deu através de formas autoritárias, já que os habitantes dos mocambos muitas vezes não eram tratados com cidadão, onde o reconhecimento dos habitantes enquanto portadores de direito encontra-se em uma situação limite refletiva especialmente no espaço urbano, aos pobres restaram o fortalecimento da subcidadania com a expulsão para o interior da cidade, a saída dos centros, a continuidade de vida nos mocambos e em lugares cada vez mais distantes, uma exclusão econômica, social e espacial. Assim, os velhos homens caranguejos, chamava-se agora "homem-gabiru" que viviam nos mocambos e em casas de madeira ou ferro. Estes passaram a conviver com ainda com a fome, com os ratos em regiões

de córregos e morros no Recife. Segundo Melo Filho (2003, p. 516):

O homem-caranguejo fora substituído pelo homem-gabiru, [...] porque, saindo do mangue, ele foi viver em tocas, em morros, em casebres e em velhos sobrados abandonados, fugindo ao convívio dos seus semelhantes, enxotado e de testado por ele, vendo-se privado de seu principal alimento (o caranguejo). O olhar que observa é de ódio e de medo, mas o medo é recíproco, o pobre, o miserável, passou a se tornar agressivo, porque sai de seu esconderijo para procurar o alimento nas ruas, nos depósitos de lixo ou para roubá-lo dos transeuntes menos prevenidos; tornou-se um rebotalho social, perdeu cidadania, o respeito próprio e se animalizou, sem que o poder público tivesse o menos interesse por ele. Daí o homem-gabiru que come restos – quando come – esconder-se dos outros homens e não ter alternativa no meio em que vive.

Assim, as transformações urbanas deste período, foram marcadas principalmente pelo processo de verticalização da cidade e a falsa ideia de progresso, em razão da falta de planejamento não só urbano, mas principalmente econômico. Fez com que, não muito tempo depois, a proliferação de mocambos e a criminalidade tornassem outras referências na cidade do Recife. Sua definitiva taxonomia veio com a publicação do livro de título *Homem Gabiru: Catalogação de uma Espécie* do ano de 1992, dos pesquisadores do Centro Josué de Castro, Tarsiana Portella, Daniel Amose Zelito Passavante. A “nova espécie” foi catalogada, sendo descritas suas características, hábitat, hábitos, alimentação, reprodução, expectativa de vida e morfologia interna, tendo como respaldo a negligência social enquanto causadora desta bizarra análise de um novo homem que estava surgindo (PICCHI, 2011).

Infelizmente o mangue já não seria mais o “caldeirão que fervilhava alimentos” para os meninos que charfundam na lama como antes, visto que muitos mangues foram aterrados, por conta das tensões que foram vivenciadas na apropriação da cidade por moradores pobres, as classe média e elites do Recife ao longo das quatro primeiras décadas do século XX. Percebe-se que muitos dos que migraram à cidade do Recife em busca de melhorias de vida infelizmente tiveram que conviver novamente com o drama da fome e das péssimas moradias, visto que o Recife não conseguiu dar conta do fluxo migratório nas décadas de 1940 a 1960.

Com isso, as ocupações em territórios da cidade, recaía para à população pobre os custos e a longa tarefa de arcar simultaneamente com a sua alimentação e os custos da construção de suas moradias. Existia uma persistência do lugar dos pobres na cidade, a intensidade e amplitude da pobreza colaborava com a precariedade da moradia e parte expressiva da população continuava a sofrer.

Como bem lembra o poeta pernambucano Manuel Bandeira que na década de 1940, o povo sofria o mesmo já denunciava o prenúncio desse homem gabiru, visto que ao serem retirados dos mangues da cidade, muitos teriam que conviver com os ratos, mas estes não

eram frutos de alimentação dessa população, muitos continuavam se alimentando de caranguejos e conviver com ratos e moradias decadentes, com péssima higiene e alimentação:

Vi ontem um bicho na imundície do pátio
 Catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem
 cheirava:
 Engolia com voracidade. O bicho não era um cão, não era um gato,
 não era um rato.
 O bicho, meu Deus, era um homem (BANDEIRA, 1993, p. 2001).

Com isso, o autor tece uma dura crítica social da realidade brasileira dos anos quarenta no Recife. Infelizmente essa condição de desigualdade ainda hoje é encontrada nos grandes centros urbanos do país fazendo com que o poema permaneça assustadoramente atual. Assim, o Recife que apresentava aspectos importantes no âmbito cultural, é o mesmo Recife que continuava com aspectos de ocupação irregular, predominantemente habitadas por pobres, mostrando como esses agentes sociais, tiveram que resistir a condições de pobreza o que confirma a ideia de que o acesso a habitação, pelos mais pobres ocorre de modo precário e de forma espoliativas para significativa parcela da população.

Além disso, o Recife sob a interventoria de Agamenon Magalhães foi alvo da política contra os mocambos, que tentou promover a remodelação urbana da cidade durante o Estado Novo, discursando que os pobres da cidade eram motivos de seus problemas, e preocupação, mostrando que Vargas, que ficou na memória social como “Pai dos Pobres” pela sua ação em determinados campos, a exemplo da habitação. Contudo, já foi mostrado que tais políticas não atingiam a todos, sendo a população pobre e sua moradia alvos de controle social destacando que esta era uma população que vivia às margens da política social do governo Vargas.

Assim, o mercado imobiliário tentou legitimar o lugar social do pobre e suas formas de morar. Através das equipes técnicas e do poder público, a moradia dos pobres é apresentada pelo discurso das autoridades e da elite como culpada pela decadência estética, atraso a insalubridade da cidade, um elemento que aprofundava o pauperismo das camadas populares.

Desse modo, a cidade do Recife convivera com as críticas aos modelos de urbanidade e depararam com inúmeras tentativas de equilíbrio dos problemas da cidade, houve um impacto sobre as populações mais pobres, visto que as mesmas passaram a ser alvo da interventoria.

Os debates sobre a necessidade de reformulação da cidade vinha desde o século XIX, e tais debates fizeram parte das ações de Agamenon Magalhães e suas políticas públicas destinadas a menos favorecidos, que mais eram alvos de controle do que de assistência as

procedências dos problemas sociais.

Figura 19 – População removida dos mangues do Recife, “os homens urubus” entre os anos de 1946



Fonte: Arquivo Josué de Castro. Fundação Joaquim Nabuco. FUNDAJ.

E um aratu pra lá e pra cá
E um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue, virou gabiru (CHICO SCIENCE E NAÇÃO ZUMBI, 1994).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigamos nos acervos da cidade do Recife informações referentes a quase tudo que se relacionasse com a pobreza e habitação popular. Nesse sentido, analisamos a pobreza a partir dos fatores ligados à alimentação, moradia e trabalho. Com o intuito de demonstrar questões propostas para história da pobreza na capital pernambucana podem elucidar outros contextos brasileiros na Primeira República. O perfil dos indivíduos em situação de miséria e principalmente as habitações que eles residiam, eram consideradas as condições determinantes para que pudessem ser classificados como pobres.

Com a chegada do Estado Novo e sua política reformadora organizadora das cidades, as ações de Agamenon Magalhães voltadas para os pobres do Recife, se deu de forma paternalista, assim nesse processo são formuladas pelo interventor a tentativa das remoções das habitações populares. Como justificativa e estratégia de convencimento da população, Agamenon busca estigmatizar a moradia dos menos favorecidos, o mocambo é apresentado como um grande mal a ser combatido, pois as condições de moradia estabelecidas pela interventoria aponta essas habitações como foco de epidemias e pobreza.

Os mocambos começaram a ser alvo da administração pública, seus moradores eram integrados à sociedade por normas hierárquicas, como tentativa de reeducação dessa população, buscou-se controlar, remover e extirpar as moradias populares do Recife. Com isso, aos poucos esses casebres iriam “desaparecendo” do cenário urbano da cidade, mas cada vez que removia-se um mocambo, o processo de ocupação e aglomeração urbana aumentava, visto que para onde iriam os seus antigos moradores?

É sabido que a população pobre ao serem expulsas de sua moradia, ergueram-se continuamente seus mocambos novamente em áreas de manguezais em outras cidades como Olinda, ou incorporava-se à expansão da cidade o crescimento dos morros e córregos, em Casa Amarela, Santo Amaro e Pina. Contribuindo para espacialidades desiguais, vindo estes a se multiplicar nas décadas seguintes pelos morros e córregos da cidade.

Vemos que a marginalização dos pobres foi associada pela moradia, vista como insalubre, portadora de doenças e desigualdade social. Porém em contrapartida, mostrava-se um Recife moderno que crescia e se urbanizava com as ações do Estado Novo com melhorias que contribuíam para o sentido de ordenamento e progresso da cidade. É sabido que os desafios encontrados por Agamenon na tentativa de reconfigurar o traçado da cidade e de modernizar sua fisionomia urbana, foram acompanhados por estratégias de convencimento da população a abandonar seus casebres e por outras propostas que visavam imprimir quais

formas de moradia eram legitimadas pelo mercado imobiliário e pelas equipes técnicas do poder público. Junto ao papel assistencialista do Estado Novo para a população.

Com isso, as repercussões de desapropriação da moradia, contribuiu para fatores de segregação espacial do pobre, além de ficarem mais distantes do centro da cidade e partirem para locais antes desabitados com o intuito de reconstruir suas vidas. As estratégias de sobrevivência dessas famílias depois da desapropriação, revelou o caráter populista do Estado Novo que, ao invés de garantir proteção aos mais pobres, muitas vezes agiu de forma autoritária não possibilitando melhores condições de vida para a maior parte da população.

Poucos foram beneficiados pela tão sonhada casa própria, outros “jogados a sorte”, já que o quantitativo de mocambos construídos eram bem menores que as casas prometidas, além disso o problema da pobreza não seria resolvido apenas por uma troca de moradia, visto que a desigualdade social só aumentava e velhas desigualdades se perpetuava, a grande concentração urbana que era jogada para os mocambeiros, passou a se concentrar em áreas mais distantes do centro, os homens caranguejos eram desapropriados e passam a ocupar territórios marginalizados. A prática da autoconstrução nos morros e córregos só aumentavam, muitos habitavam o mesmo território, mas não compartilhavam da mesma disponibilidade de recursos financeiros para investir na construção de suas moradias. Dessa maneira, o moradores continuavam no mocambos, prejudicados pela ausência de higiene e conforto principalmente nos morros da zona norte. Assim, o mocambo continuou sendo considerado um problema para o desenvolvimento da cidade e fruto de intervenções públicas. Muitos mocambos nos zoneamentos da cidade como em Casa Amarela foram erguidos em terrenos sem financiamentos e em áreas de risco.

As considerações aqui levantadas, não tem a pretensão de absolutismo sobre os eixos norteadores da pesquisa, com o propósito a compreender as péssimas condições de moradia da população pobre. Problema esse que continua muito atual, tendo em vista que as camadas populares continuam morando em lares precários, somando-se a fatores determinantes para o processo de segregação espacial esocial.

A maneira que percebi e reelaborei as condições de moradia da população pobre foi no período de maior efervescência da luta do Estado contra os mocambos. No tempo de maior estardalhaço da intransigência de Agamenon, na periferia recifense, o mocambo se disseminava sem atropelos, e em alguns lugares eram até incentivados a se estabelecer por interesses comuns que articulavam um espaço de negociação entre detentores de terras e sítios, proprietários muitas vezes falsos - cobradores de alugueis, os fazedores de casebres, a força policial e a população da localidade. Assim, não seria tarefa fácil acabar de uma vez por

outra com os casebres de palha.

Longe de uma postura contemplativa que levasse a considerar as práticas dos moradores dos alagados como unicamente manipulada pelo interventor federal, já que houve um esforço para se adaptarem as condições precárias em suas moradias, mas houve os que saíram, pois acreditavam no plano de remodelação da cidade elaborada por Agamenon Magalhães, mesmo que o Estado Novo fundamentou a questão urbana através de um modelo de cidade fundado na desigualdade social. Diversos foram os motivos determinantes e condicionantes que marcaram a formação social do Recife e tornaram-se expressivos no processo de expansão urbana.

Essa pesquisa buscou evidenciar os fios condutores, que concorreram para planejar o acesso à habitação por intermédio da autoconstrução de moradia, alavancada pelos segmentos mais pobres, ocupantes do território citadino, delineando, também, os meandros do acesso à cidade. É sabido que a inexistência de infraestrutura que garanta uma moradia digna e a consequente qualidade de vida a seus moradores é reflexo do descaso histórico do estado para com esta parcela da população. As consequências da perseguição aos mocambos é visível até os dias atuais, já que com a destruição dos mesmos, a população se retiraram de áreas centrais da cidade para se fixar nos morros da zona norte do Recife, considerada uma área de tolerância para construção dessas moradias baratas.

Com isso, mesmo a derrubada dos mocambos sendo uma prática institucionalizada desde o início do século XX em Pernambuco, muitos foram os mocambos erguidos em córregos e em áreas de morros que o interventor não conseguiu ou não foi de seu interesse derrubar. Assim, a ação política e assistencial que se pretendia durante os anos de 1937 e 1945 pelo Estado Novo, serviu para mostrar a expansão da cidade e da periferia no Recife. Os habitantes dos mocambos tiveram que usar de estratégias para lidar com formas de “expulsão” de seus lugares de moradia. Visto que Agamenon Magalhães ressaltava a precarização do espaço e da moradia como forma de forçar o despejo dos mocambeiros.

É sabido que o interventor Agamenon Magalhães não atuou sozinho. Além de contar com o apoio de sua equipe técnica e do setor privado como usineiros e instituições beneficentes, a questão urbana no Recife teve apoio do próprio presidente Getúlio Vargas. A discussão a respeito da pobreza e da moradia popular está longe de ser desatualizada, já que é forte o crescimento da cidade e de suas favelas. Além disso, a omissão do poder público para com a realidade dos mais vulneráveis configura-se na perpetuação da perseguição aos mocambos. Com isso, a relação entre pobreza doença e falta de higiene persiste nos dias atuais, questões sobre a insalubridade levaram o presidente Vargas na época investir em ações

voltadas para a habitação.

Vários foram os aspectos determinantes e condicionantes que forjaram o lugar da habitação da população pobre na cidade. Com isso, as estratégias lançadas pelos os mocambeiros para persistirem em suas casas foram percebidas, mas alguns já não aguentavam viver nas péssimas condições nos alagados da cidade e acreditando que medidas fossem adotadas pelo interventor que garantissem uma moradia melhor e tão desejada colaboravam com a destruição dos casebres de palha. Assim, é importante perceber como se deu historicamente a produção da pobreza e das moradias populares no desenvolvimento urbano do Recife. Além disso, é importante entender como se deu as diversas possibilidades da cidade se expandir e os pobres refazerem suas vidas. Já que mesmo com o fim do Estado Novo as diferenças sociais continuaram e a busca pelo acesso a uma moradia persistiu. Sem falar nos moradores que passaram a viver em contexto de risco de desastres ambientais nos morros e córregos da cidade após a destruição dos mocambos. A conclusão dá uma ideia de fim, porém a discussão do presente trabalho não possui um final, pois muito ainda há por escrever sobre a pobreza e a habitação popular no Recife.

O Recife veio mudando rapidamente ao mesmo tempo que a tecnologia trazida pelos avaros da modernidade perpassou seus territórios a pobreza cresceu de modo igual.

Os mocambos só faziam crescer e se expandir agora não apenas pelos alagados da cidade, mas pelos morros e córregos, o mocambo no mangue não era mais o único personagem da cidade e homem caranguejo também não, pois famílias construíam redes importantes diante da derrubada dos mocambos e o “homem caranguejo” aos poucos iria dando lugar ao “homem Gabiru” como dizia Chico Science em suas composições sobre a desigualdade na capital pernambucana.

REFERÊNCIAS

- A CAMPANHA contra o mocambo. **Jornal Pequeno**. Recife, 13 jul. 1945, p. 2
- A CAMPANHA contra os mucambos. **Jornal Pequeno**. Recife, 18 jun. 1939, não p.
- A FUNDAÇÃO da liga social contra os mocambos. **Jornal Pequeno**. 13 jul. 1939, p. 1
- A ILHA Joana Bezerra. **Folha da manhã**. Recife, 24 fev. 1940, não p.
- ALMEIDA, M. das G. Folha da Manhã: o discurso da imprensa na construção da modernidade. **Revista de Arquivo público de Pernambuco**, Recife, v. 42, n. 46, p. 1-18, 1996.
- ALMEIDA, M. das G. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/USP, 2001.
- ANDRADE, M. de. **O turista aprendiz**. Belo horizonte: Itaitaia.2002.
- A QUESTÃO dos mucambos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 jun. 1955, não p.
- ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife no século XX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.
- ARRUDA, F. K. **Arquitetura vernácula da habitação popular: análise das mudanças e permanências das características arquitetônicas da habitação popular decorrentes da intervenção de fatores financeiros, técnico e sociais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- A SAÚDE pública em Pernambuco: o Jornal Pequeno ouve o Dr. Amaury de Medeiros sobre a sua acção, no Rio, pelo saneamento de nosso Estado. **Jornal Pequeno**. Recife, 10 out. 1923, p. 1.
- A VELHINHA do mocambo. **Folha da manhã**. Recife, 18 jul. 1939, não p.
- A VERDEIRA face da cidade Maurícia. **Jornal Pequeno**. Recife, 28 nov. 1952, p. 2.
- A VIDA obscura dos pescadores de mariscos: ha muita gente no Recife que vivi do que dá o “mangue”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 jul. 1937, não p.
- BANDEIRA, M. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BERNARDES, D. **O caranguejo e o Viaduto**. Recife. Editora Universitária da UFPE, 1996.
- BEZERRA, D. U. C. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1965.
- BLOCH, M. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2001.

CAMPELLO, J. Cidade Mesquinha. **Folha da Manhã**. Recife, 28 nov. 1937, p. 3.

CARVALHO, J. M. de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASAS de taipa. **Folha da manhã**. Recife, 6 set. 1941, p. 3.

CASTRO, J. de. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CAVALCANTI, P. **O Caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina. Vol. 4. Recife: Guararapes, 1987.

CAVALCANTI, G. B. Comunidade e identidade: a liga social contra o mocambo e a construção de um sentido de comunidade e identidade na periferia da cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940. **Escritas**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 215-229, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1801/8466>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CÉZAR, M. do C. do E. S. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). **Caderno de Estudos Sociais**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 161-181, 1985. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/970/691>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHICO SCIENCE E NAÇÃO ZUMBI. **Antene-se**. Recife: Chaos/Sony Music, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PH4JTvfEPs8>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CICLO do caranguejo. **Folha da manhã**. Recife, 7 jul. 1939, não p.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COMO vamos acabar com os mocambos? **Folha da Manhã**, Recife, 20 jul. 1939, não p.

DECRETOS do governo do estado e do prefeito do Recife incentivando as construções de casas populares. **Jornal Pequeno**. Recife, 5 ago. 1939, p. 177.

DONA miséria dá “show” na zona pobre do Recife. **Jornal Pequeno**. Recife, 28 nov. 1952, p. 2.

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco de 1840 – 1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

FLAGRANTES sociais. **Folha da Manhã**. Recife, 1 jul. 1941, não p.

FRANCISCO, T. P. **Habitação Popular**: reforma urbana e periferização no Recife, 1920-1940. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global Editor. 2012.

GOMES, M. M. de A. **Abordagem integrada de modelagem hidrológica e operação de barragens para avaliação da eficiência do controle de cheias na Bacia do Rio Capibaribe**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GOMINHO, Z. O. **Veneza Americana x Mucambópolis**: Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998.

GOMINHO, Z. O. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Recife e o Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1997.

GONÇALVES, R. M. **Gestão compartilhada da política de enfrentamento a pobreza: O caso caranguejo Tabaiaras**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

GOULART FILHO, N. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808 – 1945). *In*: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000, p. 83-117.

HABITAÇÃO. **Folha da manhã**. Recife, 9 jul. 1942, não p.

JHONSON, A. **Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAVADEIRAS. **Folha da manhã**. Recife, 20 jun. 1939, não p.

LEITE, R. Recife dos Morros e Córregos: a fragorosa derrota do exterminador de mocambos e sua liga social em Casa Amarela. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: HISTÓRIA E TESTEMUNHOS, 10., 2010, Recife. **Anais** [...]. Recife: Editora da UFPE, 2010. p. 1.

LIGA contra a mortalidade infantil. **Jornal Pequeno**. Recife, 08 mar. 1928, p. 1.

LIMA, R. M. C. de. **A cidade autoconstruída**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

LIMA, R. M. C. de. **Cidade**: alagados, planícies e morros, o espaço da população pobre. Recife: Departamento de Serviço Social/Editora da UFPE, 2009.

LIMA, T. M. **Tela de Sincretismo**: uma introdução a poética dos mangues. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

LIMA, J. C. **A pobreza como problema social**: as ações de Victor Tavares e Agamenon Magalhães nas favelas do Rio e nos mocambos do Recife durante o Estado Novo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2006.

LIRA, J. T. C. de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LIRA, J. T. C. A construção discursiva da casa popular no Recife na (década de 30). **Análise social**, [s.l.], v. 29, n. 127, p. 733-753, 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377575W5gXZ7li1Iz46WD7.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

LOPES, G. A. **A cruzada modernizante e os infieis no Recife, 1922 – 1926**: higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MACIEL, J. do R. **José do Rego Maciel (depoimento, 1976)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

MAIS mocambos e maior abandono, obra social do Sr Agamenon. **Jornal Pequeno**. Recife, 27 dez. 1945, p. 11.

MARROQUIM, D. **Entre sujeitos e instituições**: turismo no Recife entre os anos de 1939-1944. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MELLO, M. A. **Estado, Capital e Política Urbana formação social brasileira**: uma interpretação histórico-metodológica. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1982.

MELO FILHO, D. A. de. Mangues, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. **História, ciência e Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 505-524, 2003.

MELO NETO, J. C. de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MENDONÇA, E. R. de. **Cidade no Rio**: conflito socioambientais na área estuarina do Rio Capibaribe, Pernambuco, Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MIRANDA, C. A. C. O urbanismo higienista: e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. **Revista Gestão Pública Práticas e Desafios**, Recife, v. 3, n. 5, p. 119-152, 2012.

MIRANDA, C. A. C. Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife. **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 1, n. 20, p. 124-158, 2004.

MIRANDA, H. Na cidade dos meus encantos havia muita pobreza, miséria e sofrimento... Representações sobre o Recife nas memórias de infância de Gregório Bezerra. *In*: COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UFRPE, 1., 2007, Recife. **Anais** [...]. Recife: EdUFRPE, 2007, p. 2.

MOCAMBO assassino. **Jornal Pequeno**. Recife, 4 nov. 1940, não p.

MONTEIRO NETO, M. **Manguetown**: a representação do Recife (PE) na obra de Chico Science e outros poetas do movimento mangue (“a cena recifense nos anos 90”). Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7966>. Acesso em: 12 set. 2019.

MORAES, R. P. S. **O lar e a ordem**: moradia e cotidiano doméstico no Recife durante o Estado Novo (1937-1945) Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MORAIS, R. O mal do Mocambo: o discurso de Agamenon Magalhães e a busca pela moral e cidadania no Recife (1937-1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 26., 2013, Natal/Rio Grande do Norte. **Anais** [...]. Natal/Rio Grande do Norte: ANPHUH, 2013, p. 1-16. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364571154_ARQUIVO_OMaldoMocambo\[artigoRenataMoraes\].pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364571154_ARQUIVO_OMaldoMocambo[artigoRenataMoraes].pdf). Acesso em: 13 jan. 2020.

O ATÉRRO dos alagados do Recife. **Jornal Pequeno**. Recife, 4 nov. 1940, não p.

O GOSTO pela habitação. **Folha da manhã**. Recife, 5 jul. 1939, p. 3.

O INVERNO trovões relâmpagos e muita água. **Folha da manhã**. Recife, 24 mar. 1938, não p.

OLIVEIRA, I. B. **Façamos a Família à nossa Imagem**: A construção de conceitos de família no Recife moderno da (Décadas de 20-30). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

OLIVEIRA, T. A. S de. O romance “Homens e caranguejos” de Josué Castro: a contemporaneidade no tempo narrativo da memória. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 413-440, 2014. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/16751/15500>. Acesso em: 12 ago. 2019.

O PROPÓSITO da liga contra os mocambos que vem de ser fundada nesta cidade. **Jornal Pequeno**. Recife, 14 jun. 1939, p. 3.

O QUE É mocambo. **Folha da manhã**. Recife, 7 dez, 1940, não p.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PESAVENTO, S. J. **Uma outra cidade**: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, S. J. **Os Pobres da Cidade**: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: EdUFRGS, 1994.

PESAVENTO, S. J. **Vida e trabalho-1880-1920**. 2. ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.

PESCADORES de mariscos e caçadores de perólas. **Folha da manhã**. Recife, 9 mar. 1938, não p.

PICCHI, B. **De homens e caranguejos ao caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento manguebeat e o Recife contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/São Paulo, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95563/picchi_b_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 jan. 2019.

PINTO, J. de A. **Controle social e pobreza (Juiz de Fora 1876-1922)**. Juiz de Fora: Editar, 2008.

PONTUAL, V. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 400-437, 2001.

PROPAGANDA da cidade. **Folha da manhã**. Recife, 27 set. 1940, não p.

PROSEGUE victoriosa a benemérita cruzada em todos os seus aspectos. **Jornal Pequeno. Recife**, 27 jul. 1939, p. 169

REUNIÃO da Liga Social Contra o Mocambo. **Jornal Pequeno**. Recife, 2 jun. 1940, não p.

REUNIÃO de ontem no palácio do governo. **Jornal Pequeno**. Recife, 27 maio. 1943, não p.

REZENDE, A. P. (Des) **Encantos modernos, história do Recife na década de 20**. Recife: Fundarpe, 1997.

REZENDE, A. P. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundarpe, 2012.

SILVA, J. M. L. da. Escola e tecnologia: uma parceria que dá certo. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2004, São Luiz. **Anais [...]**. João Pessoa: Ed. Universitária; Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 73-75.

SILVA, M. B. **Caranguejo Tabaiars: história, lutas e conquistas**. Recife: Equipe Técnica de assessoria, pesquisa e ação social – ETAPAS, 1997.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOBRE o quantitativo dos mocambos no bairro do Pina: dois anos da Liga Social Contra o Mocambo. Recife: Imprensa Oficial, 1941.

UM ANO de cruzada. **Folha da manhã**. Recife, 13 jul. 1940, não p.

VELHAS ruas do Recife: Calçamento pessimo, cadeiras no passeio publico, fumaça deposito de madeiras no meio da rua. **Diário da Tarde**. Recife, 8 fev. 1938, não p.

ZHIOMN. **Caranguejos com cérebro: primeiro manifesto Manguebeat**. 2013. Disponível em: <https://medium.com/alayaspas/caranguejos-com-c%C3%A9rebro-primeiro-manifesto-manguebeat-1992-cd1ef292e73f>. Acesso em: 5 set. 2019.